



UENF

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSO* EM POLÍTICAS SOCIAIS

**O ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS RESULTADOS
SOCIAIS E ECONÔMICOS: UM ESTUDO DOS AGRICULTORES FAMILIARES
DO MUNICÍPIO DE BREJETUBA/ES**

Rhaiany Zavarize Dala Costa de Almeida

Campos dos Goytacazes

2015

RHAIANY ZAVARIZE DALA COSTA DE ALMEIDA

**O ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS RESULTADOS
SOCIAIS E ECONÔMICOS: UM ESTUDO DOS AGRICULTORES FAMILIARES
DO MUNICÍPIO DE BREJETUBA/ES**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Marcelo de Souza

Campos dos Goytacazes

2015

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser meu guia maior, por me conceder a vida e a saúde para lutar pelas minhas escolhas e para viver tudo o que tenho vivido até aqui, sobretudo pela realização deste Mestrado.

À minha família, pelo amor incondicional, através do qual me proporcionaram o apoio e o incentivo indispensáveis para a realização deste trabalho: à minha mãe Célia Maria pelo carinho, pela preocupação e pelas constantes palavras de encorajamento nos momentos de fragilidade; ao meu pai Sebastião, pelo zelo e ternura a mim dispensados e pelas semanas que deixou seu trabalho para me acompanhar na pesquisa de campo; e às minhas irmãs Elaine e Alliny pelo companheirismo de sempre, carinho e admiração e por dividirem comigo esses pais maravilhosos.

Ao Léo, meu grande amor, sem dúvida foi quem mais me impulsionou para realizar o mestrado. Pelas contribuições ao longo do curso, nas disciplinas, na realização da pesquisa e da dissertação e por me proporcionar incontáveis momentos de discussões, que foram fundamentais para meu crescimento enquanto pesquisadora. Enfim, por acreditar no meu potencial e por demonstrar tamanho companheirismo e amor por mim. Meu amor, sem você ao meu lado, jamais conseguiria chegar aonde cheguei. Te amo mais que tudo!

Ao professor Paulo Marcelo de Souza, por ter me aceitado orientar nesta pesquisa, pelas incontáveis contribuições que deu à minha iniciação como pesquisadora, pela confiança, humildade, sabedoria e pelas ideias que acompanharam a concepção e o direcionamento deste trabalho e que me possibilitou realizá-lo.

Aos professores Leandro Garcia Pinho, Geraldo Márcio Timóteo, Marcos Antônio Pedlowski, Marcelo Carlos Gantos, Rodrigo da Costa Caetano, José Glauco Tostes e Sílvia Alícia Martinez do programa de Políticas Sociais da UENF por todo o conhecimento socializado, pelo incentivo e estímulo à minha trajetória acadêmica.

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo financiamento de uma bolsa de auxílio para a realização desta pesquisa.

Aos companheiros do mestrado, pela amizade e conhecimentos compartilhados, em especial à Maria Amélia, Priscila e Camila, pelo carinho a mim dispensado ao longo destes dois anos.

Ao meu tio Libório por ter me acompanhado em alguns momentos da pesquisa.

A tantos outros amigos e familiares que não foram citados diretamente neste texto, mas que, torceram por mim e, com certeza, estão guardados em minha memória e em meu coração.

Aos agricultores membros das associações rurais pesquisadas, foco principal deste estudo, cujas informações a mim concedidas subsidiaram a reprodução desta pesquisa.

Àqueles que, indiretamente, também, contribuíram para a realização deste trabalho.

Muito obrigada!

RESUMO

Esta pesquisa de mestrado visa contribuir para o debate em torno da agricultura familiar, reafirmando a necessidade de compreensão da diversidade desta categoria social que até bem recentemente esteve à margem das políticas agrícolas do país. Neste contexto é que desenvolvemos este estudo em Brejetuba, Espírito Santo, com vistas a compreender a reprodução social e econômica da agricultura familiar no município. Analisamos como o Estado vem respondendo às demandas dessa categoria e também verificamos parte das estratégias utilizadas pelos agricultores familiares para se reproduzirem. Uma dessas alternativas, o associativismo, foi particularmente estudado, objetivando entender se este mecanismo se constitui em uma possibilidade dos agricultores melhorarem sua qualidade de vida. Para tanto, realizamos uma pesquisa empírica em 12 associações de produtores rurais familiares do município, utilizando o questionário e a entrevista semiestruturada como técnica de coleta de dados para chegarmos aos resultados alcançados. Os resultados desse estudo revelam que a atuação das associações é determinante para a valorização da produção e dinamização da economia, porém, ainda não se constitui em um espaço com o propósito de mudança social. Além disso, a partir dos dados, identificamos que, embora em alguns casos, as associações tenham sido fomentadas pelo poder público, há níveis elevados de capital social nestas organizações, pois relações horizontais de reciprocidade, confiança, cooperação, entre outras, foram identificadas entre os associados.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Associativismo; Políticas Agrícolas; Capital Social.

ABSTRACT

This research of master's degree aims to contribute in the discussion around the family agriculture, reaffirming the necessity of the comprehension of the diversity of this social class that until very recently was ruled by the social politics of the country. In this context we developed this study in Brejetuba, Espírito Santo, with sights to comprehend the social and economic reproduction of family agriculture in the municipality. We've analyzed how the State come answering the demands of this category and we verified part of the strategy used by the family farmer to get reproduced. One of these alternatives, the associativism, was particularly studied, aiming to understand if this mechanism is one possibility to the farmers improve their lives. Therefore, we made a empirical search in 12 associations of family farmers of the city, using the questionnaire and the interview semi structured by collect technique data to get the results achieved. The results of this study reveal that the proceeding of the associations is determinant to the appreciation of the output and stimulation of economy, however yet it's not given in a space of social change. Moreover, by the data, we identified that, although in some cases, the associations has been raised by the public power, there's high levels of social capital in these organizations, because horizontal relationships of reciprocity, confidence, cooperation, among others, were identified between the associated.

Key Words: Family Agriculture; Associativism; Agricultural Policies; Social Capital.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

- Figura 1: Lavoura de café arábica no município de Brejetuba/ES..... 35
- Figura 2: Mapa das microrregiões administrativas do Espírito Santo..... 36
- Figura 3: Paisagem típica encontrada no município de Brejetuba/ES..... 37

QUADROS

- Quadro 1: Principais definições do capital social..... 44

TABELAS

- Tabela 1: Estratificação da amostra segundo as associações consideradas..... 53
- Tabela 2: Beneficiamento do café entre os produtores pesquisados..... 71
- Tabela 3: Para quem os associados comercializam o café..... 71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Grau de escolarização dos associados	62
Gráfico 2: Onde adquirem os insumos utilizados na propriedade.....	63
Gráfico 3: Número de respostas apontadas pelos pesquisados como dificuldades que enfrentam na condição de agricultor familiar.....	64
Gráfico 4: Insumos utilizados nas propriedades agrícolas pelos associados	67
Gráfico 5: Distribuição dos agricultores tomadores de financiamento por fonte dos recursos	68
Gráfico 6: Motivos dos financiamentos tomados pelos pesquisados	69
Gráfico 7: Produção dos agricultores para o próprio consumo	70
Gráfico 8: Quem originalmente fundou a Associação	73
Gráfico 9: Como conheceu a associação da qual faz parte	73
Gráfico 10: Principal motivo de adesão à associação	75
Gráfico 11: Benefícios alcançados pelos agricultores através da associação	76
Gráfico 12: Motivos que levam os demais produtores da comunidade a não aderirem à associação	77
Gráfico 13: Empecilhos que dificultam a atuação da associação quanto à geração de benefícios	78
Gráfico 14: Frequência de participação nas reuniões promovidas pelas associações.....	81
Gráfico 15: Grau de atenção dado às opiniões dos associados durante as reuniões promovidas pelas associações	81
Gráfico 16: Grau de confiança presente entre os associados	83
Gráfico 17: Grau de cooperação presente entre os associados	83
Gráfico 18: Grau de reciprocidade presente entre os associados	84
Gráfico 19: Participação nas atividades voluntárias na comunidade onde residem ou na associação da qual fazem parte.....	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
- CUT - Central Única dos Trabalhadores.
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
- EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- ES – Espírito Santo.
- FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- INCAPER – Instituto Capixaba de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- INCRA – Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária.
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.
- MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
- PAA - Programa de Aquisição de Alimentos.
- PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário.
- POLAMAZÔNIA - Programas de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia.
- POLOCENTRO - Programa Para o Desenvolvimento do Cerrado.
- POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste.
- PROAGROMAIS - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária.
- PROÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool.
- PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
- PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária do Norte-Nordeste.
- QI-MCS - Questionário Integrado para Medir Capital Social.
- SC-IQ - Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital.
- SRA - Secretaria de Reordenamento Agrário.
- STRs - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Afonso Cláudio, Laranja da Terra e Brejetuba.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1. A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	06
1.1 A luta dos movimentos sociais do campo e o reconhecimento da Agricultura Familiar.....	06
1.2 As designações da Agricultura Familiar à luz das contribuições teóricas brasileiras.....	08
1.3. Importância da Agricultura Familiar no Brasil segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006.....	13
1.4 Transformações do meio rural brasileiro e seus reflexos na agricultura familiar: a diversificação e a pluriatividade como elementos de sustentação.....	15
1.5 Agricultura Familiar e Políticas Públicas.....	19
1.6 As dificuldades que permeiam a agricultura familiar.....	24
2. A AGRICULTURA FAMILIAR NO ESPÍRITO SANTO.....	28
2.1 A proeminência do café no Espírito Santo.....	32
2.2 Reprodução da Agricultura Familiar em Brejetuba/ES.....	35
3. ASSOCIATIVISMO E CAPITAL SOCIAL: ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	40
3.1 O capital social como base para o desenvolvimento do associativismo na Agricultura Familiar.....	44
3.1.1 Níveis de capital social.....	47
4. PERCURSO METODOLÓGICO.....	50
4.1 A pesquisa empírica.....	51
4.2 Instrumentos de coletas de dados.....	54
4.2.1 Levantamento bibliográfico.....	54
4.2.2. Questionários.....	55
4.2.3. Entrevistas semiestruturadas.....	57
4.2.4. Pesquisa documental.....	57
4.3 Instrumentos de análise dos dados.....	58
5. EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVAS EM BREJETUBA.....	59
5.1. Caracterização dos agricultores associados.....	61
5.2. Dificuldades dos agricultores associados e opiniões sobre o apoio estatal.....	63
5.3. Utilização de tecnologia, acesso a financiamentos e assistência técnica.....	66
5.4. Comercialização da produção.....	70
5.5. A constituição das associações de produtores familiares e seus impactos sobre as comunidades locais.....	72
5.6. O capital social presente nas associações.....	82
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90
APÊNDICES.....	98

INTRODUÇÃO

O associativismo se faz importante como uma força estratégica para a melhoria das condições locais de vida das pessoas sob todas as suas dimensões, culminando na ideia de desenvolvimento. Basicamente, sua constituição está fundamentada em interesses comuns entre os indivíduos e na conclusão de que unidos podem conseguir melhores resultados econômicos, e ainda no compartilhamento das decisões do plano individual para o coletivo. Na agricultura, por exemplo, os produtores rurais vivenciam em um ambiente onde possuem limitado poder de negociação. Uma alternativa adotada pelos produtores é se organizarem em associações e dessa forma garantir certo poder de negociação.

É também por meio do associativismo que os agricultores familiares possuem mais diálogo com o poder estatal, sobretudo municipal, que tomam consciência dos planos de governo e suas consequências para seu trabalho e para a vida na comunidade onde se encontram inseridos. As associações mostram-se como estratégias para viabilizar políticas públicas voltadas aos interesses dos agricultores, no sentido de canalizarem demandas em seu benefício.

Embora as práticas associativas demonstrem fragilidades ligadas especialmente à forma participativa de gestão e aos objetivos dos grupos, além de terem limitado o apoio de políticas públicas que as estimulem, a mobilização coletiva de que em conjunto os indivíduos encontram soluções melhores para suas necessidades e dilemas sociais, na maioria dos casos, revelam-se economicamente viáveis, pois ampliam as oportunidades de trabalho, de produção agrícola e renda.

A agricultura familiar no Brasil, historicamente, sempre foi um segmento marginalizado pelas políticas públicas, que em geral favoreceram os grandes empreendimentos agrícolas. No entanto, nos últimos vinte anos, esta categoria veio ganhando espaço nas discussões acadêmicas e políticas, devido ao seu reconhecimento legitimado pelo Estado, que só foi possível a partir da atuação das diferentes formas de organização e mobilização dos trabalhadores rurais.

Essa mudança de direcionamento resultou na criação de políticas agrícolas específicas para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF. A categoria passa, então, a se reproduzir em um contexto socioeconômico mais favorável que no passado, mas ainda muito distante do ideal.

Embora esse reconhecimento tenha representado, em uma dada conjuntura da história do país uma vitória política de um segmento antes à margem da ação governamental, inúmeros fatores limitam o desenvolvimento dos agricultores familiares pelo país, como o acesso a mercados com limitado poder de negociação, a obtenção de financiamentos, a compra de insumos, o acesso à informação, estabelecimentos com tamanho insuficiente, mal localizados e em condições ecológicas adversas à produção, cultivados com baixo acesso a recursos financeiros e à tecnologia, a baixa qualidade da assistência técnica, dentre outros.

Essas dificuldades levam os agricultores familiares a buscar alternativas estratégicas para garantir a viabilidade da manutenção de seu modo de vida e de produção. Uma dessas alternativas, o associativismo, é um importante mecanismo para superar os desafios impostos aos agricultores familiares e contribuir para a melhoria de vida de suas famílias e da comunidade onde estão inseridas. Uma maneira de superar as condicionantes históricas que sempre os mantiveram excluídos do processo de estruturação do meio rural brasileiro.

Desse modo, consideramos a formação de associações um mecanismo que possibilita aos agricultores familiares a permanência no campo ao proporcionar-lhes maiores e melhores condições de reprodução do seu modo de vida, pois considerando que os pequenos produtores normalmente apresentam as mesmas dificuldades para obterem um desempenho econômico satisfatório, a partir do associativismo conseguem viabilizar sua produção, tornando possível a participação no mercado em melhores condições de concorrência, aquisição de insumos e equipamentos com menores preços e prazos de pagamentos, como também o uso coletivo dos implementos agrícolas.

Nesse contexto, devido à falta de ocorrência de estudos desta natureza no município de Brejetuba, situado na Região Serrana do Espírito Santo, optamos pela realização de uma pesquisa exploratória, a fim de identificarmos como as associações de produtores rurais familiares vêm se desenvolvendo no município, uma vez que é grande a participação da mão de obra familiar nas propriedades do município. No entanto, os agricultores familiares do município, assim como em todo o país, enfrentam os desafios que lhe foram impostos ao longo de décadas, principalmente no que se refere à comercialização de seus produtos, pois com pouco poder de negociação, muitas vezes tornam-se reféns de um único comprador que estabelece o preço, geralmente bem abaixo das cotações oficiais.

Assim sendo, realizamos este estudo em Brejetuba, tendo como universo da pesquisa os agricultores familiares vinculados a associações de agricultores no município. Após levantamento inicial, constatamos que há um total de 16 associações no município, sendo que,

uma delas está desativada, segundo informações da secretaria de agricultura do município e do Instituto Capixaba de Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER) e até mesmo dos próprios associados da comunidade onde está inserida e 3 estavam sendo estruturadas no ano de 2014 e ainda não possuíam resultados a serem quantificados.

Desse modo, pesquisamos as 12 associações restantes, localizadas em 11 comunidades rurais do município e contando com um total de 308 agricultores familiares. Excluídos desse total os presidentes, que posteriormente foram submetidos a uma entrevista semiestruturada, restaram 296 agricultores. Desse universo extraímos uma amostra de 77 agricultores. Chegamos a esse número considerando-se uma amostragem de população finita, sem reposição, com variáveis de interesse expressas em termos de proporções, margem de erro de 10% e nível de confiança de 95%.

Os percursos metodológicos foram realizados em três momentos: fase exploratória, fase sistemática de coleta de dados e, por fim, uma fase analítica. A coleta de dados foi constituída pela análise documental, pelo questionário e pela entrevista semiestruturada. Para o procedimento da pesquisa, utilizamos abordagem quantitativa e qualitativa em busca por maior confiança na análise de dados e na validação dos resultados de pesquisa.

Em nossa análise das práticas associativas na agricultura familiar em Brejetuba, procuramos conhecer e descrever as associações de produtores rurais familiares presentes no município, analisando a estrutura produtiva das propriedades dos associados e demonstrando os diversos motivos que levaram à criação dessas organizações nas comunidades pesquisadas, estabelecendo a relação da problemática histórica vivenciada pelos produtores familiares no Brasil. Buscamos também entender se as associações contribuem para transformações na organização da produção, na melhoria da renda e da comunidade local e se possibilitam uma forma alternativa de desenvolvimento no campo. Além disso, procuramos demonstrar, se, apesar dos incentivos do poder estatal para a constituição das organizações, há existência de capital social entre os agricultores associados.

Nesse ínterim, o objetivo geral deste estudo se concentrou em analisar a reprodução da agricultura familiar no município de Brejetuba/ES, suas dificuldades e potencialidades, a partir da observação de experiências vivenciadas por agricultores que experimentaram romper com a lógica da produção individual e decidiram por uma experiência associativa.

Para isso buscamos a resposta nas seguintes questões: Podem ser observadas modificações na realidade econômica, sociocultural e ambiental das comunidades rurais e das famílias de agricultura familiar após adotarem o sistema de associativismo rural? As

associações rurais têm influenciado os processos de desenvolvimento dos pequenos produtores rurais do município de Brejetuba? O Capital social pode ser visto como elemento complementar no processo de formação e manutenção das associações de agricultores familiares? A agricultura familiar contemplada com políticas públicas específicas pode ser um mecanismo de garantia de manutenção dos agricultores no meio rural? Existem conflitos internos ou situações de exploração oriundas de visões individualistas pautadas apenas na lógica econômica capitalista, relegando a um segundo plano a sustentabilidade social, compreendida esta como um experimento permanente de mobilização e de participação na vida da comunidade?

Essas questões foram consideradas dentro do território da busca por alternativas que gere melhores condições de sobrevivência aos agricultores familiares para assim se manterem no campo, levando em conta que estes atores sociais sempre se mantiveram as margens da agenda das políticas agrícolas no país, sendo, portanto, limitados de desenvolver suas potencialidades, e a construção de políticas públicas adequadas para a agricultura familiar, que abarque a diversidade dessa categoria nas diferentes regiões do país e que reconheça os agricultores familiares como sujeitos de direitos.

O modelo de desenvolvimento das estruturas rurais familiares pode contribuir muito para a opção de permanência das pessoas no meio rural, gerando desenvolvimento e melhorias de vida no campo, pois esta categoria absorve grande parte da mão de obra das áreas agrícolas e garantem mais empregos. No entanto, essa contribuição só se efetiva com a elaboração de políticas públicas que contemplem este modelo de produção, atuando como mecanismos que possibilitem garantir a permanência no meio rural, pessoas que assim o desejam, além de gerar outros possíveis ganhos indiretos como o aumento da produção de alimentos e a atenuação de problemas urbanos resultantes do intenso êxodo rural, do qual derivam graves problemas socioambientais urbanos e, conseqüentemente, contribuir para redução na demanda por políticas públicas redistributivas.

Assim, refletir sobre este tema nos propõe a pensar nas ações coletivas como uma possibilidade de desenvolvimento socioeconômico dos agricultores familiares, colocando esses atores sociais que sempre estiveram alijados do processo de modernização, em um espaço de maior reconhecimento e de resultados mais promissores.

Para tanto, essa pesquisa se configura em cinco capítulos. No primeiro, será estabelecido um diálogo com os conteúdos teóricos a respeito da agricultura familiar no espaço agrário brasileiro, seu reconhecimento enquanto categoria social a partir da luta dos

movimentos sociais do campo e suas designações à luz das contribuições teóricas brasileiras. A importância da agricultura familiar no Brasil com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006, as transformações do meio rural brasileiro que refletem na agricultura familiar, como a diversificação e a pluriatividade, as dificuldades que permeiam este segmento, assim como as políticas públicas voltadas para este tipo de produção são temas também abordados na primeira seção.

Na perspectiva de entender a agricultura familiar no Espírito Santo e em Brejetuba, abordamos no segundo capítulo a constituição da pequena propriedade no espaço agrário capixaba através do imigrante europeu, que desencadeou a difusão desta categoria com tamanha expressividade que juntamente com a estrutura produtiva constituída pela cafeicultura e pelo trabalho familiar, efetivou e possibilitou a ocupação do território capixaba.

O terceiro capítulo retrata o associativismo como um importante mecanismo para superar os desafios impostos aos agricultores familiares ao longo da história, ao garantir a viabilidade da manutenção de seu modo de vida e de produção e conseqüentemente, contribuir para a melhoria da qualidade de vida de suas famílias e da comunidade onde se encontram inseridos. A importância dessa estratégia, assim como o papel do capital social como elemento complementar para a constituição e o funcionamento das associações na agricultura familiar, são também temas ressaltados no presente capítulo.

O quarto capítulo é composto pelos aspectos metodológicos, em que serão apresentados os procedimentos técnicos de coleta e análise dos dados. O quinto e último capítulo apresenta os resultados dessa pesquisa e a decorrente discussão com base na teoria do capital social.

CAPÍTULO I

A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Que o rural esteja perdendo parte de sua dimensão agrícola; que a família, enquanto unidade moral, de consanguinidade e de trabalho esteja se flexibilizando e se abrindo; que haja uma tendência à individualização e à fragmentação espacial de membros; que a hierarquização e a transmissão do patrimônio estejam se redefinindo, tudo isso não há dúvida, se faz presente – o que também não é só de agora -, porém nem tudo é linear e evolutivo no sentido de romper com o já vivido e concebido (TEDESCO, 2001, p 13).

Ao longo dos anos, o marco da discussão sobre a estrutura rural brasileira se deu no contexto da modernização da agricultura e sua capacidade indutora do desenvolvimento rural. Todavia, na década de 90, esse panorama começa a modificar-se com a ampliação do interesse para as novas ruralidades e suas interfaces com outros temas, como demonstrado por Conterato (2008), especialmente a questão do uso do espaço rural para outras finalidades além da produção agropecuária, como o turismo rural, desenvolvimento ambiental sustentável, agroecologia, e ainda as agroindústrias familiares.

Amplia-se também neste período, o interesse pela temática da agricultura familiar e sua perpetuação no espaço rural, assim como seus mecanismos de produção e sua diversidade, que na visão de Conterato (2008) só foi possível devido ao interesse e diálogo entre diversas disciplinas (Economia, Sociologia, Antropologia, Geografia etc.), na busca da identificação dos mecanismos de reprodução da agricultura familiar e o seu papel para o desenvolvimento de inúmeras regiões brasileiras.

1.1 A luta dos movimentos sociais do campo e o reconhecimento da Agricultura Familiar

A categoria agricultura familiar que no Brasil só vai ser reconhecida tardiamente devido a um processo histórico que sempre privilegiou a grande propriedade, surge anteriormente nos países desenvolvidos, inicialmente nos Estados Unidos e depois em alguns países europeus, notadamente França e Reino Unido, onde tal grupo social se formou muito mais cedo.

Nessa perspectiva, Navarro (2010) aponta que enquanto agrupamento social de interesse sociológico e foco da ação governamental, a Agricultura Familiar emergiu inicialmente nos Estados Unidos, repercutindo o seu histórico de colonização, especialmente nas suas regiões mais ao norte, onde os colonos, transformados em produtores rurais,

gradualmente, foram sendo integrados a múltiplos mercados e se articulando mais intensamente à vida econômica. Posteriormente, é no continente europeu que o tema começa a ser difundido, reitera o autor, devido à influência da tradição camponesa e das correntes teóricas (principalmente o marxismo) nos estudos dos cientistas sociais, e ao nascimento da União Europeia que ampliou e reforçou as políticas para o meio rural, acelerando os processos de integração econômica dos produtores rurais, e assim reforçando a agricultura de base familiar.

Sendo assim, podemos presumir que a expressão Agricultura Familiar apresenta uma trajetória que pode ser descrita em dois principais vieses interpretativos distintos, ambos se concretizando no período contemporâneo. Como sentencia Navarro (2010), um é o norte-americano que, por sua vez, entre os anos 1950 e meados dos anos 1980, apresentou grande desenvoltura analítica, e o outro europeu, onde a produção agrícola familiar recebeu o interesse dos cientistas sociais, antes mesmo de a expressão passar a ser usada com maior frequência, o que somente ocorreu em um período mais recente, a partir do final dos anos 1980.

Atendo-se ainda às contribuições de Navarro (2010), tem-se que no Brasil, a gênese do termo agricultura familiar está relacionada ao Tratado de Assunção, no qual deu origem ao MERCOSUL¹ em 1991 e às decorrentes ações políticas sindicais comandadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), contando também com a participação do antigo departamento rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o qual originou a atual Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF). Após a promulgação do Tratado, a dinâmica de sua implementação deu origem às câmaras de debates e grupos de trabalho, nas quais se discutiam novas regras, sem, contudo haver um canal de participação dos pequenos produtores dos países membros.

Aos pequenos produtores brasileiros, os quais vinham sendo excluídos das negociações, a insatisfação acabou gerando uma série de pressões, além de uma articulação política, cuja pretensão era reverter este quadro de discriminação no processo em curso. Assim, novos esforços de pressão foram realizados para que recebessem apoio governamental

¹O Mercado Comum do Sul, ou MERCOSUL, é um bloco econômico que foi formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Outros países, como Bolívia, Chile, Peru, Colômbia e Equador podem fazer parte das negociações do bloco, mas são considerados apenas como associados. A Venezuela ingressou no grupo em 2006. E o México permanece como estado observador. Criado em 1991 com a assinatura do Tratado de Assunção (no Paraguai) o MERCOSUL busca garantir a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países membros, através da eliminação de barreiras alfandegárias e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente.

de maior significação em diferentes setores, centrando-se, sobretudo, na definição de políticas agrícolas diferenciadas para as pequenas propriedades, com base nas políticas similares implantadas no mercado comum europeu (NAVARRO, 2010).

Desse modo, ainda durante a década de 1990, essas iniciativas político sindicais passaram a contar com uma articulação que envolvia as organizações agrárias dos quatro países membros do MERCOSUL, onde foi formada uma articulação sindical para discutir a reconversão da pequena propriedade, e que consolidou dois principais resultados. Primeiramente, o movimento sindical foi aceito como participante legítimo nas discussões relativas à implementação do Tratado, e suas propostas aos poucos foram encontrando espaço nos âmbitos governamentais, sendo muitas delas, incorporadas no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em julho de 1995. O segundo resultado, de maior relevância, foi a consagração da expressão agricultura familiar que aos poucos foi substituindo as demais², sobretudo a partir da consolidação do PRONAF, que institucionalizou tal noção e delimitou o grupo de produtores sob sua definição (NAVARRO, 2010). No entanto, a definição legal da agricultura familiar veio a acontecer no Brasil somente em 2006, com a sanção da Lei 11.326, da Agricultura Familiar³.

Nesse sentido, o termo agricultura familiar começou a ser difundido no Brasil na metade da década de 1990, adentrando o cenário político e social, e adquirindo, na perspectiva de Wanderley (2001) maior reconhecimento, embora não representasse uma categoria social recente. Posteriormente, sua legitimação foi contemplada no debate acadêmico, onde foram propostas diversas concepções teóricas a seu respeito.

Nesse sentido, longe de ser objeto deste trabalho expor a fundo todas as considerações que se referem à designação de agricultura familiar, se faz necessária a exposição de maneira sintetizada de algumas conclusões que analisam a agricultura familiar no Brasil após a década de 90 e sua reprodução enquanto categoria social.

1.2 As designações da Agricultura Familiar à luz das contribuições teóricas brasileiras

São inúmeros os trabalhos que abordam a temática da agricultura familiar no Brasil ao longo de mais de vinte anos de sua ascensão. Muitas vezes entendida como sinônimo de

²Este agrupamento de estabelecimentos de menor escala vinha sendo designado sob diferentes expressões: minifundiários, pequenos produtores, agricultores de subsistência ou, como era corriqueiro na década de 1970, agricultores de baixa renda, cuja atividade econômica destes produtores, na literatura, acadêmica ou não, quase sempre era denominada de pequena produção.

³ Iremos tratar mais a fundo esse assunto no tópico 1.2.

campesinato⁴ torna-se comumente um obstáculo para a compreensão da realidade agrária as ambiguidades com que a noção de agricultura familiar e a agricultura camponesa têm sido elencadas. No entanto, para alguns autores, a agricultura familiar apresenta certa diferença das formas tradicionais de produção.

Entre os autores que se dedicam ao assunto podemos citar Abramovay (2012), onde aponta que a diferença entre camponês e agricultor familiar está totalmente relacionada à integração ao mercado. Enquanto que o primeiro integra-se parcialmente a mercados incompletos, este último possui uma integração completa a mercados perfeitos, além do dinamismo técnico e da capacidade de inovação. Sendo assim, na visão do autor, torna-se totalmente infundada a associação tão frequente entre agricultura familiar e produção camponesa, pois o ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar moderna, é o mesmo que vai sufocar o camponês e obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas e de sua reprodução social.

Na perspectiva do autor, a produção familiar contemporânea não se assemelha ao campesinato nem pode ser atribuída como pequena produção ou produção de subsistência. A adoção de técnicas cada vez mais modernas no processo produtivo, o dinamismo técnico e a completa integração aos mercados não significa a superioridade da agricultura patronal ou da propriedade capitalista, mas a transição na sociedade moderna para aquilo que definimos como agricultura familiar.

Nesse sentido, estabelece que na agricultura familiar, a gestão, a propriedade e o trabalho estão sobre o controle da família, porém, sustenta que o agricultor familiar encontra-se inteiramente despojado de seus traços tradicionais, embora em alguns casos possa resultar da evolução de formas camponesas, mas se distingue dessa forma social pela inserção em um ambiente marcado pelo capitalismo que acaba sufocando a produção camponesa: “a paisagem do mundo capitalista contemporâneo seria dominada por uma forma de produção baseada na família, mas inteiramente despojada de seus traços camponeses ancestrais” (ABRAMOVAY, 2012, p. 141).

No entanto, Abramovay (2012) defende que a agricultura familiar é um fenômeno tão generalizado que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa existente em alguns casos, sendo que o papel determinante neste caso é atribuído ao Estado, principal

⁴ Carvalho e Costa (2012) concebem o campesinato como um modo de se fazer agricultura distinto daquele encontrado na produção capitalista dominante, o que implica uma especificidade própria na maneira de produzir e de viver das famílias camponesas, uma lógica distinta e contrária à hegemônica e na qual se insere a agricultura familiar.

responsável pela moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais.

Por fim, o autor salienta que ao contrário do que acontece no Brasil, a agricultura familiar nos países desenvolvidos se constitui como a base socioeconômica que estrutura a agricultura, em contrapartida das previsões defendidas pela tradição marxista em relação ao extermínio do campesinato, pois sua extinção não significaria fatalmente a eliminação de qualquer forma de produção familiar para que o desenvolvimento do capitalismo pudesse acontecer na agricultura.

Com alguns traços similares às considerações feitas acima, ressaltamos os apontamentos de Navarro (2010) para o debate a cerca da conceituação de agricultura familiar. Em sua abordagem, o autor argumenta que entre uma sociedade dominada por formas de produção camponesa e uma sociedade onde predominam os agricultores integrados aos circuitos monetários capitalistas e a múltiplos mercados, é que se dá a transição que transforma os camponeses em agricultores familiares.

De acordo com Navarro (2010) essa transição se explica pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, que aos poucos vai modificando não apenas a estrutura produtiva, tecnológica, econômica e financeira, mas também materializando novos comportamentos e valores entre os agricultores, além de instituir uma nova racionalidade, e acabam tirando de cena as formas camponesas de produção e cedendo espaço para os produtores modernizados e integrados aos mercados – os agricultores familiares.

Nesse sentido, verifica-se que os camponeses, na visão do autor supracitado, são coletivos sociais encontrados, frequentemente, apenas na origem de processos econômicos que posteriormente constituíram sociedades capitalistas. Uma vez, contudo, que a lógica deste regime econômico e social tenha se imposto mais vigorosamente com o passar do tempo e sua sociabilidade se torne dominante, os camponeses dispõem de dois caminhos. Ou são gradualmente integrados, radicalmente alterando os seus sistemas de produção sob os ditames da agricultura moderna e, em especial, desenvolvendo uma nova racionalidade e formas de ação social, ou engrossam as correntes migratórias e deixam o mundo rural.

Na visão de Navarro (2010), o processo social que caracteriza a essência dos agricultores familiares não seria instituído apenas por meio dos mercados, sendo que a gestão familiar das atividades e dos processos decisórios no interior dos estabelecimentos rurais é que define a categoria. Portanto, podemos inferir que a integração a mercados aliada à gestão familiar é que, genericamente, caracteriza o grupo de agricultores familiares.

Partindo de outra vertente na qual a agricultura familiar ainda mantém os traços tradicionais do campesinato, Wanderley (2001) retrata que apesar da produção rural familiar vir se modernizando, onde o agricultor se profissionaliza, o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade nacional, ela ainda mantém seus traços tradicionais. Estes novos personagens (os agricultores familiares modernizados), ou pelo menos uma parte significativa deles, quando comparados aos camponeses ou outros tipos tradicionais, são também, ao mesmo tempo, o resultado de uma continuidade, ou seja, mesmo integrados ao mercado capitalista, ainda detém traços característicos do campesinato.

Nesse sentido, a autora sentencia:

Esse agricultor familiar, de certa forma, permanece camponês na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão (WANDERLEY, 2003, p.48).

Na visão de Wanderley (2001) o modelo do campesinato brasileiro reflete as especificidades dos processos sociais da própria formação da estrutura agrária brasileira, especialmente no tocante ao período colonial, que manteve tamanha perpetuidade mesmo após a independência nacional, com o domínio econômico, social e político da grande propriedade, a herança da escravidão, e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse.

Desse modo, a mesma autora em trabalho anterior ressalta que aqui no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido, sendo a ela destinado todo o estímulo necessário expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor “bloqueado”, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção (WANDERLEY, 1995).

Por fim, define a agricultura familiar “como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 2001, p. 25), ao mesmo tempo em que ressalta a importância do termo familiar, pois o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela se organiza econômica e socialmente.

A análise realizada por Neves (2012) no Dicionário da Educação do Campo, no verbete Agricultura Familiar, desvela as múltiplas conotações do termo, onde assinala que o sentido contido no termo agricultura familiar acena para um padrão de integração diferenciada de uma massa de produtores rurais totalmente heterogênea.

A autora apresenta a agricultura familiar como categoria analítica, a despeito de alguns significados construídos no campo acadêmico; como categoria política de designação diferenciadora da agricultura patronal e da agricultura camponesa; como termo de mobilização política da construção de diferenciadas e institucionalizadas adesões a espaços políticos de expressão de interesses legitimados na divisão da estrutura agropecuária brasileira em agricultura familiar, patronal e camponesa; como termo jurídico que define a amplitude e os limites da afiliação de produtores a serem alcançados pelo PRONAF.

Neves (2012, p. 37) exprime uma conceituação elaborada a partir do reconhecimento acadêmico, político e jurídico que a agricultura familiar conquistou: “modelo de organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar, complementado pelo trabalho assalariado”. Entretanto, a autora sugere que a designação desse conceito deve ser compreendida como expressão de espaços de lutas passíveis de mudanças, de novas interpretações e contra-argumentações.

Sendo assim, diante das diversas definições que foram aqui abordadas e que abarcam o termo agricultura familiar, podemos compreender que esta categoria engloba um conceito diversificado, nas palavras de Wanderley (2001), a agricultura familiar se torna uma categoria necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. Fato também assinalado por Abramovay (2012) ao apontar para a imensa diversidade de que tal forma social se reveste.

A temática em questão apresenta um número considerável de trabalhos que retratam a problemática da produção rural familiar brasileira sob diversas variáveis, como tamanho da família, grau de modernização, nível técnico, capacidade financeira, inserção aos mercados, dentre outros. Dessa maneira, delimitar o universo dos agricultores familiares, sejam eles tradicionais ou não, tem sido objeto de muitas discussões que fogem aos objetivos propostos neste estudo. Sendo assim, adota-se, neste trabalho, como critério de designação de agricultores familiares, a legislação específica sobre o tema, retratada na Lei 11.326, sancionada em 24 de julho de 2004, a Lei da Agricultura Familiar.

De acordo com seu Artigo 3º, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A institucionalização do conceito de agricultura familiar representou, em uma dada conjuntura da história do país uma vitória política de um segmento, antes marginalizado da ação governamental. Contudo, a produção familiar no Brasil vive num contexto de heterogeneidade. Navarro (2010) enfatiza que até mesmo a evolução da principal política para a agricultura familiar⁵ (PRONAF) e a sua implementação vem observando crescentes entraves, pois a definição institucionalizada, muitas vezes não permite abarcar produtores tão diferenciados, em face da heterogeneidade estrutural e social que caracteriza o meio rural brasileiro.

1.3. Importância da Agricultura Familiar no Brasil segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006

A agricultura familiar possui um papel histórico no desenvolvimento agrícola brasileiro, em suas várias dimensões. Informações do Censo Agropecuário de 2006 permitem inferir que 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do país são familiares, totalizando 4.367.902 estabelecimentos. Porém, esses estabelecimentos ocupam uma área de apenas 80,25 milhões de hectares, ou 24,3% da área total de estabelecimentos, evidenciando a histórica desigualdade da distribuição da posse e do uso da terra no Brasil, uma vez que os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares representa um total de 18,37 ha, e a dos não familiares, de 309,18 ha.

Não obstante, a agricultura familiar responde por cerca de 38% do valor da produção agropecuária brasileira, ou R\$ 54,4 bilhões, com destacado papel na produção de alimentos de consumo doméstico. O segmento tem importante contribuição para a segurança alimentar das próprias famílias de agricultores, além de fornecer volumes significativos aos mercados e de ter participação fundamental em praticamente todos os produtos alimentares no país.

⁵ Trataremos das políticas agrícolas voltadas para a agricultura familiar no tópico 1.5.

Há, além disso, cerca de 12,3 milhões de pessoas vinculadas a esse segmento, o que equivale a 74,4% do total do pessoal ocupado na agropecuária. Os estabelecimentos familiares são os principais geradores de emprego no meio rural, sendo uma categoria que pode contribuir muito para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria de vida no campo.

A região que mais compreende o total dos estabelecimentos familiares no país, segundo França et al. (2009) é a Nordeste contendo metade deles (2.187.295) e 35,3% da área total. Nela, os estabelecimentos familiares representaram 89% do total dos estabelecimentos e 37% da área total. A Região Sul abrigava 19,2% do total dos estabelecimentos familiares (849.997) e 16,3% da área total deles. Nela, os estabelecimentos familiares representaram 84% do total de estabelecimentos e 37% da área total. A terceira região com maior número de estabelecimentos familiares foi a Sudeste, com 699.978 estabelecimentos, ou 16% do total. Eles ocupavam 12.789.019 ha, ou 15,9% do total da área ocupada por este tipo de estabelecimento no país. Nela, os estabelecimentos familiares representaram 76% do total de estabelecimentos e 24% do total da área.

De acordo com França et al. (2009), baseados no Censo Agropecuário de 2006, os estabelecimentos familiares apresentaram um crescimento de 6,5% sobre o mesmo resultado em 1995/96 (4.859.865 estabelecimentos), com um total de 5.175.489 estabelecimentos. A área total em 2006 foi de 329,9 milhões de ha, o que representa um decréscimo sobre o mesmo resultado em 95/96 (353,6 milhões de ha). A diferença de 23,7 milhões de hectares corresponde a – 6,7% da área do censo anterior.

Os autores ainda demonstram que os recenseamentos de 1985 e 1995/96 apresentaram uma tendência declinante no número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total, considerando os seus diversos usos (lavouras, pastagens, matas e outros), pois no Censo de 2006, foi apontada a existência de 4.551.967 estabelecimentos em 106.761.753 ha, o que revela 412.598 novas unidades de produção, com um aumento de 10% em relação aos outros recenseamentos. A área ocupada, no entanto, diminuiu 1.006.697 ha, ou pouco menos de 1% no mesmo período.

A agricultura familiar, apesar de cultivar uma área menor com lavouras e pastagens (17,7 e 36,4 milhões de hectares, respectivamente) apresenta-se como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno. De acordo com França et al. (2009), a participação dos produtos agroalimentares no total das exportações brasileiras vem se mantendo estável, e isso não seria possível sem o valor de produção gerado pela agricultura familiar, que em boa

medida supre o mercado interno, pois, para manter estabilidade não basta apenas exportar um grande volume, mas também, ao mesmo tempo, deve-se importar menos, o que é propiciado pelo suprimento ao mercado interno feito pela agricultura familiar.

Em suma, percebemos que as condições gerais de reprodução sociocultural dos produtores familiares nas várias regiões do país apresentam situações no âmbito econômico e social semelhantes, porém prevalecem suas peculiaridades local e regional, principalmente ressalta Mendes (2005), no que diz respeito à sua inserção aos mercados, o nível tecnológico adotado e os aspectos e valores culturais.

1.4 Transformações do meio rural brasileiro e seus reflexos na agricultura familiar: a diversificação e a pluriatividade como elementos de sustentação

A Agricultura Familiar engloba discussões conceituais que geralmente abarcam três requisitos principais - propriedade, trabalho e a família. Em uma análise de forma generalizada entre os agricultores brasileiros, dificilmente encontraremos estabelecimentos que não se enquadram neles. No entanto, segundo Mendes (2005), a relação elencada nestas características sugere uma diversidade de situações peculiares, que define suas estratégias de reprodução e sua inserção na sociedade.

No Brasil, conforme Buainain (2005), a diversificação da agricultura familiar inclui tanto famílias que vivem e exploram pequenas porções de terras com poucos recursos e sem muita tecnologia, como produtores inseridos no moderno agronegócio e que logram gerar renda várias vezes superior a que define a linha da pobreza. Essa diversidade de situações está associada, muitas vezes, continua o autor, à própria formação dos grupos ao longo da história, a heranças culturais variadas, ao acesso e à disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores como os níveis de capacitação/aprendizado adquirido, recursos naturais, informações, capital humano e o capital social que podem variar radicalmente entre grupos de produtores, desde sua localização até as características particulares do meio-ambiente no qual estão inseridos.

A perspectiva de Buainain (2005) também retrata divergências em relação à inserção dos grupos em estruturas agrárias divergentes uma das outras, acesso diferenciado aos mercados e inserção socioeconômica dos produtores que resultam tanto das condições particulares dos vários grupos como de oportunidades criadas pelo movimento da economia como um todo e pelas políticas públicas. Alguns desses aspectos podem diferenciar até mesmo as unidades produtivas de um mesmo local.

Esta diferenciação entre as unidades produtivas familiares poderá acentuar-se ainda mais, na visão de Buainain e Dedecca (2010), pois apenas parte deste grupo está apto a incorporar-se ou ser incorporado aos processos de inovação tecnológica necessários para assegurar a reprodução e viabilidade das unidades de produção.

Sem dúvida, a heterogeneidade presente na Agricultura Familiar brasileira leva muitas famílias a adotarem estratégias alternativas para obterem mais recursos, combinando duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura em seu estabelecimento produtivo e a outra, na maioria dos casos, fora dele. Esta combinação de atividades, cada vez mais frequente nas unidades familiares de produção, pode ser ilustrada como um exemplo das tantas modificações que a agricultura brasileira tem passado recentemente.

Nessa linha, Schneider (2003) chama a atenção para a emergência e a expansão das unidades familiares pluriativas, visto que é cada vez mais frequente uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural se dedicar a atividades não agrícolas, praticadas dentro ou fora das propriedades.

Este cenário que vem tomando conta das unidades familiares de produção não significa uma situação de abandono da agricultura e do meio rural, como afirmam alguns autores. Implica em uma estratégia adotada pela família, com a finalidade de, diversificando suas atividades fora do estabelecimento produtivo, assegurar a reprodução deste e garantir a sua permanência como elemento de referência para a família, o que explica as estratégias para constituir este estabelecimento e reproduzi-lo, destaca Wanderley (2003).

A esse respeito, a autora distingue o significado da pluriatividade exercida pelos diversos membros da família, pois afirma que um estabelecimento familiar é pluriativo quando o seu chefe trabalha fora, seja porque seu desempenho lhe assegura um tempo livre ou, quando ocorre o contrário, o estabelecimento não é capaz de absorver plenamente sua força de trabalho. O trabalho externo dos filhos, na visão de Wanderley (2003) aponta para o processo de individualização e de busca de autonomia financeira e, no caso da mulher, o trabalho externo muitas vezes significa uma maior capacidade de participar dos ganhos da família ou é investido em alguma forma na produção ou ainda pode ser destinado a pagar dívidas do estabelecimento familiar.

No entanto, Schneider (2003) compreende a pluriatividade presente nos estabelecimentos familiares de produção como a combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família:

Um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural opta pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade seja decorrente de fatores que lhe são exógenos, como o mercado de trabalho não agrícola, ela pode ser definida como uma prática que depende de decisões individuais ou familiares (SCHNEIDER, 2003, p. 112).

Assim, a pluriatividade pode ser entendida como um mecanismo de diversificação de atividades, visto que há um elevado incremento das ocupações não agrícolas dentro e fora das propriedades familiares, mesmo com variações regionais importantes, em virtude da forma e da intensidade do processo de inserção nos mercados assumido pela agricultura familiar, que não é homogêneo.

Apesar dessas variações, Conterato (2008) assinala que a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas pelas famílias dos agricultores familiares emerge como uma das estratégias de diversificação mais relevantes no meio rural, e se relaciona, de acordo com o autor, à disponibilidade da mão de obra familiar, pela necessidade ou possibilidade de complementar o orçamento da família em função das oscilações das rendas agrícolas causadas tanto pela deterioração dos preços das *commodities*⁶ agrícolas, no caso de regiões especializadas na produção de grãos, e do aumento dos custos de produção, realidade encontrada em todas as regiões e estilos de agricultura.

Essa combinação de atividades realizadas no interior do próprio setor agropecuário ou fora dele, podem ser representadas, segundo Schneider et al. (2014):

Pelos indivíduos que residem no meio rural e trabalham na atividade agrícola, mas uma parcela relevante, senão a maior parte, de sua jornada de trabalho é dedicada à prestação de serviços em máquinas e equipamentos – plantio, colheita, pulverização, manejo, transporte etc. – para terceiros, como vizinhos ou mesmo em propriedades mais distantes, mediante pagamento (em dinheiro ou em produto), não se tratando de uma forma de ajuda mútua; pela contratação de pessoas que moram no meio rural e integram famílias de agricultores para atuar em atividades como processamento, beneficiamento, transporte, comercialização etc. da produção agropecuária, em empregos gerados pela própria dinâmica agroindustrial, que ao se desenvolver gera um

⁶ O termo *Commodities* pode ser definido como mercadorias, principalmente minérios e gêneros agrícolas, que são produzidos em larga escala e comercializados em bolsas de valores, portanto seus preços são definidos em nível global, pelo mercado internacional. Geralmente, são produtos que podem ser estocados por um determinado período de tempo sem que haja perda de qualidade, e se caracterizam por não ter passado por processo industrial, ou seja, são geralmente matérias-primas. O Brasil é um grande produtor e exportador de *commodities*, sendo a soja, petróleo, suco de laranja, café, alumínio e minério de ferro as principais produzidas no país.

conjunto de atividades não agrícolas; e pela informalidade e precariedade da venda da força de trabalho no meio rural, em larga medida decorrente da sazonalidade dos processos de produção na agricultura (SCHNEIDER ET AL., 2014, p. 114).

Na visão de Carneiro (1998), a pluriatividade acena para um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo, expresso em novas formas de organização da atividade agrícola como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano e ao padrão hegemônico de desenvolvimento agrícola. Portanto, a pluriatividade não revela uma tendência ao desaparecimento do agricultor em tempo integral ou a mais uma forma de exploração do trabalho rural.

Nesse sentido, a noção de pluriatividade se refere à multiplicidade de formas de trabalho e renda que compõem o orçamento das unidades agrícolas familiares, indo de encontro às transformações que vem ocorrendo no meio rural. Graziano da Silva (2010) corrobora:

Isso porque, de um lado, o peso da renda agrícola é cada vez menos relevante nos rendimentos familiares rurais. De outro, [...] as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos agropecuários está deixando, cada vez mais, de ser de responsabilidade de um conjunto dos membros da família para ser de um ou outro membro dela. (GRAZIANO DA SILVA, 2010, p. 166).

Além das unidades de produção pluriativas, outra tendência que tem sido cada vez mais frequente no meio rural brasileiro é a procura crescente por formas de lazer e até mesmo de meios alternativos de vida no campo por pessoas vinda da cidade. Conforme discorre Carneiro (1998), este movimento está permitindo a construção de pequenas pousadas rurais em substituição da unidade de produção agrícola que nela funcionava e o lugar da agricultura, nesses casos, passa a ser um complemento, muitas vezes voltada para a manutenção da família e dos hóspedes, e um bem de consumo ao garantir o clima 'rural' almejado pelos turistas.

É neste contexto, que a autora supracitada demonstra “que devemos entender o fenômeno da pluriatividade como uma forma alternativa de explorar a agricultura e, em consequência, como uma possibilidade de reelaboração de identidades sociais”. Na concepção de Alentejano (2001) o surgimento e a consolidação da pluriatividade não é fruto apenas da urbanização do meio rural, mas está profundamente ligado à resistência de uma parcela significativa de agricultores à difusão de um modelo único de agricultor modernizado.

Em suma, a discussão em torno desse tema permite evidenciar a complexidade das situações que envolvem a agricultura familiar no Brasil, sobretudo no que se refere à sua reprodução social. Contudo, não constitui propósito deste trabalho fazer uma análise mais profunda dessas questões. O que importa ressaltar é a grande diversidade de situações particulares que revelam a capacidade de adaptação da produção rural familiar brasileira.

1.5 As Políticas Públicas para a Agricultura Familiar

A agricultura familiar é uma temática que está sendo muito discutida em função do relevante papel que desempenha na estrutura socioeconômica brasileira. Se analisarmos seu desempenho, no entanto, veremos que poderia ser mais significativo se contasse com uma atuação estatal que priorizasse seu modo de produção para além da agenda. Todavia, este tipo de relação (Estado - Agricultura Familiar) que se estabeleceu no Brasil possui contornos totalmente distintos daqueles encontrados nos países desenvolvidos.

Tendo como foco a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento de uma sociedade e o papel do Estado atuando como o principal indutor deste desenvolvimento ao promover e garantir a permanência da agricultura familiar, Abramovay (2012, p. 220) ressalta a importância que esta categoria desempenha atualmente, e a condição particular que ela ocupa no ambiente econômico capitalista contemporâneo: “é em torno do estabelecimento familiar que se estrutura socialmente a agricultura nos países capitalistas avançados”.

Tomando como referência empírica a realidade dos países capitalistas avançados, o autor acima sustenta que a formação de um setor com um grande número de unidades familiares atomizadas possui uma articulação oriunda tanto de suas organizações profissionais quanto do controle do Estado:

O estado providenciário agrícola não consiste apenas na contemplação dos problemas sociais ligados ao desenvolvimento agrícola. Além da administração do êxodo rural, das políticas de ocupação do território e da formação profissional, o Estado acaba por responder pela própria formação da renda no setor. (ABRAMOVAY, 2012, p 220).

Nesse contexto, Abramovay (2012) afirma que existe uma complementaridade entre os papéis exercidos pela agricultura familiar e o Estado. Enquanto este tipo de agricultura exerce uma função de grande importância nos países centrais, na medida em que produz alimentos a baixo custo, permitindo a redução dos gastos com a reprodução da força de trabalho, beneficiando não só os setores de produtos agrícolas, insumos e máquinas, mas o

conjunto do sistema econômico ao reduzir parte do orçamento familiar dedicado diretamente à alimentação, o Estado atua mantendo um patamar mínimo de preços para os produtos agrícolas:

A política agrícola contemporânea compõe-se de um compromisso entre a manutenção de um piso mínimo para a renda agrícola e, ao mesmo tempo, de controle sobre os preços alimentares. [...] Por mais que as diferenças entre os ganhos agrícolas e os de outros setores possam ser compensadas pela valorização patrimonial, o fato é que a renda agrícola é cada vez mais estabelecida institucionalmente (ABRAMOVAY, 2012, p 237).

Dessa forma, agricultura familiar produz alimentos baratos, através da atuação estatal, diminuindo o custo com a reprodução da força de trabalho, e com isso possibilita aos assalariados uma maior parcela de seu salário para outro tipo de consumo.

No Brasil essa estratégia de intervenção na agricultura claramente definida como nos países desenvolvidos, historicamente, não contemplava as unidades familiares de produção, implicando no fato de que a agricultura familiar não tinha a prioridade que deveria ter por parte do Estado, que por sua vez sempre apoiou e incentivou a reprodução das grandes propriedades, muito provavelmente em virtude de permanecerem na estrutura agrária brasileira desde o período colonial.

Esta situação se confirma ao verificarmos que, em linhas gerais, até o início da década de 1990 não existia nenhum tipo de política pública, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades específicas dos agricultores familiares. Em relação ao crédito, por exemplo, o produtor familiar tinha que disputá-lo com os demais produtores, e ainda atender as mesmas exigências de empréstimo bancário exigidas do grande produtor.

Mediante tal fato, para Alves et al. (2011), a solução se encontrava na implementação de políticas agrícolas por parte do Estado em prol do desenvolvimento desta categoria social, organizadas a partir da compreensão e da lógica do modo de vida camponês, onde os agricultores fossem reconhecidos como sujeitos do desenvolvimento e do crescimento da economia.

Nesses termos, somente em meados dos anos 1990 é que a agricultura familiar, enquanto objeto de política pública no Brasil se legitima, com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, trazendo modificações importantes na constituição das redes de políticas para a agricultura, incorporando atores que até então estavam fora dos acontecimentos que modelavam as políticas para o setor.

A partir da pressão dos movimentos sociais e de organismos internacionais como o Banco Mundial, o Estado passa a reconhecer a superioridade competitiva da agricultura

familiar, afirmando-a como protagonista do desenvolvimento rural. Apesar de o PRONAF ser um programa recente, ele se apresenta como a primeira política pública consolidada nacionalmente destinada à agricultura familiar no Brasil, a partir do decreto no 1.946, de 1996.

Este programa, conforme demonstra Schneider et al. (2004), formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos de 1990, nasce com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade.

Segundo informações disponíveis no Manual do Crédito Rural (2008), ele destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho da família produtora rural, entendendo-se por atividades não agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar. Os créditos podem ser concedidos de forma individual ou coletiva.

A partir do PRONAF, os agricultores familiares se tornaram objeto de uma política de promoção social, e o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aquele localizado nas regiões Sul e Nordeste, passou a reforçar a defesa de propostas que vislumbrassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas (SCHNEIDER, 2003).

Buainain e Dedecca (2010) acentuam que a massificação do PRONAF cujas linhas de crédito e transferências alcançam praticamente todos os segmentos de produtores familiares - daqueles com menos recursos àqueles com melhores condições econômicas - tem impacto direto sobre o mercado de trabalho, pois viabiliza e facilita o acesso à modernização tecnológica por parte dos produtores, ao mesmo tempo em que eleva a resistência dos produtores menos abastados aos processos históricos de pobreza e eliminação, apontados como fatores relevantes para as migrações do meio rural.

Em uma avaliação sobre o programa que em 2006 completou sua primeira década de atuação, Guanzirolli (2007) apresenta os resultados já alcançados:

Após dez anos de execução não cabe nenhuma dúvida que o programa se estendeu de forma considerável por todo o território nacional, ampliou o montante financiado, desenvolveu programas especiais para atender diversas categorias, assumiu a assistência técnica e reforçou a infraestrutura tanto dos

próprios agricultores como dos municípios em que se encontra (GUANZIROLLI, 2007, p 302).

Essa política é de grande importância para os agricultores familiares e apesar dos avanços, estudos diversos vêm apontando algumas limitações em sua operacionalização, como a tendência em reproduzir a lógica do sistema tradicional de financiamento agrícola, não rompendo com a velha tradição do crédito rural no Brasil de continuar financiando a mudança da base técnico-produtiva (SOUZA; BARBÉ, 2014; GAZOLLA, 2004), a distribuição dos recursos entre as diferentes regiões do país, onde residem grupos com rendas distintas, caracterizadas pela presença da agricultura familiar capitalizada, com forte integração ao mercado, localizadas especialmente no Centro-Sul do país, em detrimento de outras regiões, como a Nordeste, que apesar de possuir o maior número de agricultores familiares, recebe o menor montante dos recursos do PRONAF dentre as cinco grandes regiões do país (GUANZIROLLI, 2007; MATTEI, 2005; GAZOLLA, 2004).

Todavia, estudos posteriores evidenciaram uma redução na desigualdade da distribuição desses financiamentos, à medida que as limitações do programa foram sendo enfrentadas e o crédito se expandindo para regiões até então pouco atingidas (MATTEI et al., 2007). De acordo do Souza e Barbé (2014) a elevada desigualdade na distribuição regional dos financiamentos do PRONAF, observada nos primeiros anos do programa, foi se reduzindo por meio de medidas que facilitaram o acesso aos recursos pelos diversos municípios e tipos de agricultores familiares.

Além do PRONAF, outros programas foram de encontro às necessidades dos agricultores familiares. Em 2003, são implementados o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) por meio do qual são adquiridos produtos da agricultura familiar, contribuindo para revitalizar sistemas de produção locais que estavam em crise e sem perspectivas e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), responsável pela aquisição e distribuição de terras. Em 2004, colocam-se o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGROMAIS) e em 2002, o Garantia Safra, que asseguram uma renda mínima aos pequenos produtores ou agricultores familiares em caso de perda por razões climáticas e queda de preços. A expansão do Programa Bolsa Família⁷ e o aumento da cobertura da previdência social, tanto em relação à aposentadoria como aos demais benefícios previstos no sistema nacional de proteção social

⁷ Apesar de o Programa Bolsa Família não ser uma política específica para os agricultores familiares, a maioria de seus beneficiários se encontram no meio rural, sendo, possivelmente, agricultores familiares.

também são apontados como fatores de estímulo ao desenvolvimento e manutenção da reprodução da agricultura familiar (BUAINAIN; DEDECCA, 2010).

Apesar destas políticas voltadas para a categoria familiar, o PRONAF se constitui no principal e mais amplo programa de fomento e apoio à agricultura familiar, sendo um marco na trajetória das políticas públicas brasileiras, que até a sua criação eram destinadas somente para as grandes propriedades, embora, segundo Sabourin (2007), o apoio à agricultura patronal não tenha cessado, sendo a ela destinada a maior parte dos recursos voltados para a agricultura no país. Gazolla (2004) corrobora ao destacar que grande parte do crédito rural disponibilizado ainda é voltado para as *commodities* visando às exportações e o comércio internacional, como é o caso da soja, ao mesmo tempo em que o favorecimento dos agricultores dito patronais em detrimento dos familiares também parece ser uma questão quase impossível de ser superada pelas políticas agrícolas. Um exemplo clássico deste fato é a negociação das dívidas dos grandes latifundiários que conseguem prazos exorbitantes para pagamento das mesmas.

Nessa lógica, podemos compreender que as políticas agrícolas atualmente estabelecidas pelo Estado brasileiro permanecem com o mesmo ideal, e não rompem, com o padrão de desenvolvimento mantido durante os anos de modernização agrícola, o que nos propõe a pensar, qual o sentido de desenvolvimento rural que o Brasil quer desenvolver e qual o papel da agricultura familiar no modelo adotado. Tanto Veiga (1996) quanto Abramovay (2012) defendem um modelo equitativo, pautado na igualdade de oportunidades, e veem a agricultura familiar com um importante papel para esse desenvolvimento, ao produzir alimentos mais baratos.

Desta forma, na visão dos autores, o Estado seria o mais interessado em garantir a permanência da agricultura familiar, fomentando sua estabilidade com vistas a garantir a redução do custo de reprodução do trabalho assalariado, garantindo alimentação para a população e ao mesmo tempo favorecendo o consumo de outros tipos de bens.

Em suma, o debate em torno do segmento familiar e sua relevância econômica e social compreende uma participação maior do Estado, se fazendo mais presente com políticas públicas para a agricultura familiar que assegurem sua promoção, sendo mais aberto para as questões cotidianas e que esteja disposto a olhar para os agricultores familiares como agentes sociais e não apenas como objetos das ações de políticas.

1.6 As dificuldades que permeiam a agricultura familiar

Analisando a formação da estrutura agrária brasileira, é possível observar, no conjunto de seu processo histórico, a implementação de políticas direcionadas prioritariamente às grandes propriedades. Desde o período colonial, com a concessão das sesmarias, passando pela Lei de Terras de 1850 no período imperial, até a modernização conservadora da agricultura, com os incentivos fiscais da década de 70, o apoio à formação dos latifúndios favoreceu a ocupação do território brasileiro. Em contrapartida, a formação das pequenas propriedades teve sua constituição limitada pela hegemonia do latifúndio.

Somente em 1964 uma nova legislação veio tratar a temática. Segundo informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2011), instituiu-se neste ano o Estatuto da Terra, criado devido à necessidade de distribuição de terras no Brasil, além de conceituar o campo, determinar os níveis de produtividade e caracterizar o uso social da terra. Além disso, de acordo com a entidade acima mencionada, apresentou um caráter inovador, pois novos conceitos ligados a questão agrária foram introduzidos, e a partir dele se mensurou o minifúndio e o latifúndio, através dos módulos fiscais, que variam de acordo com a região, e os níveis de produtividade. No entanto, a questão da distribuição da terra em nada foi modificada.

A década de 1960 foi também marcada pelo início de um processo de modernização na agricultura brasileira, oriundo dos países capitalistas centrais, particularmente os Estados Unidos da América, denominado Revolução Verde⁸. Balsan (2006) salienta que esse processo fez emergir novos objetivos e formas de exploração agrícola originando transformações tanto na pecuária, quanto na agricultura e teve como consequências o aumento da concorrência em relação à produção e os efeitos sociais e econômicos sofridos pela população envolvida nas atividades rurais, além das alterações sofridas pelo meio ambiente, principalmente com a degradação do solo.

Além dessas consequências, Souza et al (2006) ressaltam o avanço de outras transformações sofridas no campo brasileiro, destacando-se, como as mais importantes, a aceleração do êxodo rural, o aumento na concentração da distribuição da posse da terra (pois as mudanças ocorreram apenas no processo produtivo no campo e não na estrutura fundiária

⁸ Conceitualmente, a Revolução Verde pode ser considerada como a difusão de tecnologias agrícolas que permitiram um aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da mecanização, criando a ideia que passou a ser conhecida (BALSAN, 2006).

que continuou a mesma, caracterizando-a assim, como uma modernização conservadora e excludente) e da renda, a alteração no perfil da força de trabalho agrícola, e as mudanças na composição da produção.

Para Balsan (2006), atualmente, a agricultura brasileira atua em uma posição dual. Ao mesmo tempo em que permite a uma classe da sociedade produzir com o que há de mais moderno na agropecuária, está deixando a maioria dos produtores rurais, sobretudo os pequenos, cada vez mais distante das inovações:

É esta categoria [agricultores familiares] que se apresenta cada vez mais próxima do limite de sobrevivência que, atualmente, tem merecido maior preocupação por parte das políticas governamentais, tendo em vista o desenvolvimento local sustentável no contexto de um “novo mundo rural”. Entretanto, é uma utopia buscar o desenvolvimento local sustentável quando refletimos sobre a idéia de que muitos agricultores familiares são privados até mesmo das condições dignas de sobrevivência (BALSAN, 2006, p.p 125-126).

Nessa perspectiva, Abramovay (1999) salienta que há no Brasil um vasto segmento da agricultura familiar que não consegue afirmar-se economicamente em virtude do ambiente social que a vincula ao mercado. É o que ocorre sempre no ambiente local e regional, onde as famílias têm reduzidas margens de escolha na comercialização de seus produtos, na obtenção de financiamentos, na compra de insumos e no acesso à informação, propiciando assim, um dos principais desafios que as unidades familiares de produção enfrentam que é a participação em mercados dinâmicos, competitivos e exigentes em inovações.

Apesar de a agricultura familiar apresentar um papel significativo no abastecimento do mercado interno, com a oferta de alimentos para a população, sobretudo das zonas urbanas, a dinâmica da pequena produção brasileira constitui-se de forma insuficiente, uma vez que os rendimentos são baixos, as condições de trabalho precárias, as perspectivas de mercado quase sempre incertas e, ainda, convivem com as instabilidades naturais, como as pragas, doenças e oscilações climáticas. Acresce-se a isto o fato de muitas vezes o padrão tecnológico adotado e difundido pela modernização agrícola, não se adéqua às necessidades da produção rural familiar, uma vez que suas características estruturais como limitada disponibilidade de terras para uso de máquinas, condições naturais adversas, policultura, poucos recursos para investimento e o tamanho da família, dificultam a tecnologia nessas unidades (MENDES, 2005).

Além destas dificuldades, sobretudo quanto ao acesso à novas tecnologias disponíveis, considerando que as grandes máquinas e equipamentos requerem maiores escalas produtivas,

o sistema creditício, a pesquisa e a extensão rural foram direcionados, em sua maioria, para agricultura patronal.

O crédito rural, por exemplo, conforme amplamente discutido na literatura, foi o principal componente indutor da modernização agrícola brasileira (MARTINE, 1991), atuando como um instrumento concentrador de riqueza, pois, dada a baixa taxa de juros que o caracterizava, seus recursos foram concedidos aos produtores que pudessem oferecer maiores garantias reais, sendo a terra a principal delas, gerando uma distribuição intensamente desigual, que direcionava a riqueza para aqueles que mais a possuíam.

Nesse contexto, Matos e Pessôa (2011) enfatizam que ao invés de ser uma política que consolidasse de forma efetiva o desenvolvimento rural, foi uma política promotora de desigualdades, devido ao seu caráter seletivo no que se refere a áreas e produtores, estando concentrada, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste e direcionada aos médios e grandes produtores.

Além do crédito, Martine (1991) destaca que o Estado brasileiro estruturou um setor público rural gigantesco, articulando as instituições desenvolvidas tais como a EMBRAPA, a EMBRATER, as Políticas de Garantia de Preços Mínimos, os programas especiais a favor da expansão da agricultura no campo, como o Programa Nacional do Alcool - PROÁLCOOL, e os programas de desenvolvimento regional, como, o PROTERRA, o POLAMAZÔNIA, o POLONORDESTE, o POLOCENTRO, etc., entre outras iniciativas para fomentar a modernização da agricultura brasileira, vinculadas à concepção funcionalista de desenvolvimento rural.

Portanto, fica demonstrado que a atuação do conjunto de políticas e programas públicos incentivou a concentração fundiária, além de beneficiar atividades e regiões específicas em detrimento das demais, e favorecer a grande produção. A política de extensão rural e assistência técnica se concentraram nas áreas geográficas e nos produtos de resposta mais rápida aos incentivos, sendo restritivas para boa parte dos agricultores, principalmente os pequenos.

Além destes desafios, no que se refere à sua estruturação interna, os agricultores familiares geralmente apresentam pouco poder de negociação devido à pequena quantidade produzida, à falta de informação sobre a dinâmica do mercado, à inexistência de infraestrutura para armazenar a produção e também pela necessidade de sobrevivência do agricultor que o obriga a comercializar sua produção na safra, assim como dispõem de poucos recursos para melhorar sua produção. Essa situação se agrava, pois na maioria das vezes os agricultores

familiares enfrentam esses desafios desorganizados e individualmente, acentuando ainda mais a fragilidade encontrada nas unidades familiares de produção.

Tendo em vista que a produção agrícola costuma ter uma fase de maiores gastos no início e apenas no final do ciclo é que os produtos agrícolas darão retorno, é necessário pensar alternativas de geração contínua de renda para os estabelecimentos familiares, sejam estas estratégias sociais ou econômicas, mas que tenham o papel de garantir os direitos, viabilizar a inserção socioeconômica e a reprodução dos agricultores familiares em um contexto em que sejam capazes de modificar a organização da produção e da comunidade local. É neste contexto que se insere o associativismo rural.

CAPÍTULO II

A AGRICULTURA FAMILIAR NO ESPÍRITO SANTO

O trabalho familiar dominava o cultivo das terras pertencentes aos imigrantes europeus. [...] As práticas cotidianas dos colonos que se estabeleceram no estado, posteriormente, se difundiram entre os próprios habitantes da terra, estabelecidos em pequenas propriedades e no trabalho familiar (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p 95).

Assim como em outros estados brasileiros, a colonização do estado do Espírito Santo foi propiciada, em parte, pela vinda de imigrantes europeus para o Brasil, com a finalidade colonizadora a partir dos núcleos de colônias oficiais e em substituição à mão de obra escrava à medida que ocorressem restrições ao emprego deste tipo de trabalho na cafeicultura por todo o país.

A política de imigração instaurada no estado do Espírito Santo, diferentemente do que vinha acontecendo em outros estados do país, possibilitou à constituição das pequenas propriedades rurais. Os imigrantes que vieram para o Espírito Santo não se estabeleceram em regime de colonato, recebendo do governo local títulos de propriedades das terras. No estado de São Paulo, por exemplo, o colono para ter um mínimo acesso a terra para plantar os alimentos que garantissem a sua subsistência, precisava trabalhar para o fazendeiro, e após um período de tempo, tornava-se trabalhador assalariado. Em contrapartida, a cada família de imigrantes que chegava ao Espírito Santo, o governo cedia uma parcela de terra equivalente a 25 hectares para seu sustento e assim procedesse ao povoamento das áreas incultas do Estado. Portanto, o colono que se estabeleceu em solo capixaba possuía a própria terra e o produto do seu trabalho lhe pertencia (CAMPOS JÚNIOR, 1996).

Desse modo, a política de imigração que se estabeleceu em terras capixabas, proporcionou ao imigrante europeu, desde então, o acesso à pequena propriedade, fato de grande relevância para que se originassem no Estado, ainda na segunda metade do século XIX, os estabelecimentos familiares que se tornariam posteriormente a base da estrutura agrária do Espírito Santo, sobretudo em sua porção meridional.

Além da formação de núcleos de povoamento com imigrantes europeus, sobretudo italianos e alemães, a estrutura produtiva baseada no trabalho familiar que se desenvolveu no Espírito Santo também se originou de outra vertente na concepção de Buffon (1992). Para o autor, mesmo que indiretamente, a introdução do sistema de parceria em virtude da

fragmentação dos latifúndios escravistas do Sul do Estado, principalmente com a abolição da mão de obra escrava, também possibilitou que se desenvolvessem no Espírito Santo pequenas porções de terra, onde cada família fosse responsável pelo seu cultivo.

Portanto, em muitas fazendas localizadas no sul do estado, a força de trabalho do imigrante europeu tornou-se uma alternativa para solucionar os problemas decorrentes da demanda de trabalho nas lavouras, pois com o fim da mão de obra escrava a produção de café nas fazendas tornou-se inviável. Neste contexto, podemos evidenciar que o contingente da imigração europeia espalhou-se por toda a região Centro-Sul capixaba, com o direcionamento de imigrantes para algumas fazendas, assumindo, no entanto, novas formas de relações de trabalho, pois muitos imigrantes passaram a trabalhar como parceiros nas fazendas sulistas, deixando de ocupar os núcleos oficiais existentes.

Contudo, muitos fazendeiros que não conseguiram manter o regime de trabalho de parceria, para continuar a ter lucratividade através da cafeicultura, dividiram suas propriedades em lotes, passando a vendê-los aos imigrantes, como sinaliza Faleiros (2010, p. 30): “na medida em que a crise do escravismo se agravava, as fazendas de maiores dimensões iam sendo fragmentadas e as porções de terras adquiridas por europeus de primeira e segunda geração”, sendo, como ressaltado por Campos Júnior (1996), o pagamento destas terras parcelado e realizado, em muitos casos, com quantidade equivalente de café, o que favoreceu o empreendimento a tornar-se cada vez mais atrativo.

Tal fato contribuiu para a predominância da pequena propriedade familiar capixaba, como enfatiza Faleiros (2010), que se tornou ainda maior com a fragmentação dos latifúndios ao sul, decorrente da perda de viabilidade dinâmica da cafeicultura, acrescido do avanço da cultura nos núcleos coloniais da região serrana. Nesses termos, Buffon (1992, p. 105) sintetiza: “tanto na região Central, a partir dos núcleos de trabalhadores autônomos, como na região Sul, mediante a parceria, produziu-se uma específica estrutura produtiva, marcada pela pequena produção fundada no trabalho familiar”.

No entanto, o desenvolvimento mais expressivo da estrutura familiar capixaba se deu na região centro-sul do estado, constituída atualmente, pelas microrregiões Sudoeste Serrana e Central Serrana. Sem recursos e apenas com o trabalho da própria família, a pequena propriedade difundiu-se de forma preponderante nessa região, com a produção do café, que era a principal atividade econômica do Espírito Santo. Enquanto o desenvolvimento do Sul foi possibilitado com a expansão da produção cafeeira, marcada na figura do rico fazendeiro, de origem brasileira e dono de escravos (que posteriormente fragmentou-se devido à carência de

mão de obra pelo fim da escravidão como vimos acima), na região central foi o imigrante europeu quem assumiu esse papel.

Nesse sentido, salienta Buffon (1992), pela sua forma de produção e reprodução, as pequenas propriedades se constituíram num dos principais condicionantes de todo o processo de desenvolvimento da economia local:

[...] À medida que vai se generalizando a produção familiar, as diferenças socioeconômicas existentes entre o Sul e a região Central foram sendo gradativamente reduzidas, o que representou uma tendência de homogeneização dos espaços econômicos Sul e Central do Estado, chegando mesmo a estender-se, nas décadas iniciais do século XX, para boa parte da região Norte, acima do Rio Doce, ao longo da fronteira com o Estado de Minas Gerais (BUFFON, 1992, p 105).

Além de ter proporcionado mudanças significativas no quadro produtivo, instituindo novas formas de propriedade à produção agrária e novos modelos de relações de trabalho, a imigração, vinculada à expansão da cafeicultura, também promoveu transformações em relação à ocupação territorial do Espírito Santo com o início do povoamento e, conseqüentemente com a expansão das regiões interioranas, localidades na época pouco habitadas ou ainda intocadas. Para Faleiros (2010), o imigrante foi um agente modernizador e transformador da sociedade e da economia capixaba.

Desse modo fica demonstrada a importância da agricultura familiar para a formação social e econômica do Espírito Santo, consolidada com o grande número de imigrantes que se estabeleceram no estado e estruturada, desde então, com ampla predominância da pequena propriedade, organizada com o trabalho familiar de proprietários e parceiros, e orientada basicamente para a produção cafeeira e demais produtos para autoconsumo.

No entanto, a estrutura agrária do Espírito Santo passou por inúmeras transformações socioeconômicas nos últimos anos, sobretudo com a chegada da modernização agrícola na segunda metade da década de 70. Bergamim (2004) enfatiza que tal processo favoreceu a desestruturação da pequena propriedade com a substituição de parte dos cultivares de café pela pecuária bovina, atividade que não demanda tanta mão de obra, fato que favoreceu a migração da população rural em direção às zonas urbanas, sem que nelas houvesse atividades econômicas suficientes para absorver a mão de obra liberada pela agricultura. Também possibilitou, segundo a autora, a introdução de novos cultivos como a cultura do eucalipto, sendo responsável por grande parte do aumento da concentração da terra.

Nesse aspecto, Hoffmann e Ney (2010) demonstram que o Índice de Gini do estado que sempre foi um dos melhores do país, vem apresentando um crescimento se comparado os

dados de 1975 com os de 2006, pois há uma expansão de 0,628 para 0,733, respectivamente, com um aumento de 16,7%. No entanto, os autores salientam que esta elevação do Índice de Gini não significa que houve necessariamente aumento da concentração da terra em latifúndios. No Espírito Santo, a área média dos estabelecimentos caiu de 63,4 para 33,9 hectares, um decréscimo de 46,5%, o que demonstra que a disparidade de terra aumentou essencialmente devido ao crescimento do número de estabelecimentos situados na porção inferior da distribuição.

Apesar das mudanças, a propriedade familiar ainda é proeminente no Espírito Santo, sendo a principal responsável pelo cultivo e expansão da cafeicultura no estado. Dados do censo agropecuário de 2006 evidenciam um número bastante expressivo de 67.403 estabelecimentos familiares, sendo que esse quantitativo representou um aumento dos estabelecimentos familiares no estado, com uma variação de 26% quando comparado com o Censo 1995/96, que revelou um total de 56.732. Deste quantitativo, 48.617 são responsáveis pelo cultivo do café no estado, gerando um montante de 54% da produção estadual (57% da espécie arábica e 53% na produção do conilon).

Além do café, a agricultura familiar é responsável por parte significativa de produtos alimentares do grupo básico, como arroz, feijão, milho, mandioca, entre outros. E ainda, é possível observar seu papel proeminente na composição do emprego agrícola, com um total de 202.169 empregadas, ou 64% do pessoal ocupado no meio rural, o que revela que a participação da estrutura produtiva familiar na população ocupada mantém-se relevante (IBGE, 2006).

Em relação à área ocupada pelos pequenos estabelecimentos no Espírito Santo, estas unidades produtivas ocupam uma área menor que os grandes estabelecimentos, o que se permite admitir que, proporcionalmente em relação à área e as culturas alimentares, os pequenos estabelecimentos são muito mais produtivos que os grandes. Toda essa produtividade dos agricultores familiares pode estar associada ao excesso de trabalho necessário para a sobrevivência da família.

Outro aspecto importante acerca das relações de trabalho reside na intensidade do sistema de parceria na agricultura capixaba, que sempre apresentou indicadores acima da média nacional. Esta intensidade retrata Bergamim (2004), está totalmente associada à importância econômica da atividade cafeeira no estado.

Contudo, o que se pode concluir é que a agricultura familiar reproduziu-se de forma preponderante no território do Espírito Santo, sendo que grande parte da produção de

alimentos, da cafeicultura e da olericultura estão estreitamente relacionadas a este segmento, o que permite admitir sua relevância para o desenvolvimento agrário capixaba, sobretudo quando levamos em conta que este segmento social, até bem recentemente, sempre se desenvolveu a margem das políticas agrícolas nacionais.

2.1 A proeminência da cafeicultura no Espírito Santo

O desenvolvimento da cafeicultura no Espírito Santo a partir do século XIX lançou as bases para o surgimento de uma estrutura com pequenas propriedades agrícolas, por meio da colonização estrangeira e da decadência e decomposição das grandes fazendas de café. Esta atividade foi a mais importante produção agrícola do Espírito Santo durante a época da consolidação das pequenas propriedades capixabas. Atualmente responde por cerca de 25% da produção nacional, sendo que o estado possui uma área de 0,5% do território brasileiro (CCCV, 2015) e está presente em praticamente todos os municípios, exceto na capital Vitória, sendo da espécie arábica ou conilon, e é a principal fonte de renda da maioria dessas localidades. O cultivo do grão é realizado principalmente por agricultores familiares.

Desde a metade do século XIX, com a formação das fazendas no Sul por mineiros e fluminenses e com a intensificação da imigração na região Central, a produção cafeeira no Espírito Santo foi se propagando, sendo a atividade que gerou grande desenvolvimento no estado ao possibilitar uma formação econômica mais fortalecida e uma maior integração com outros estados. E ainda, foi a responsável por romper com o isolamento e com a estagnação que caracterizou a vida capixaba nos séculos de colonização, quando ainda eram os jesuítas os únicos a montarem algum tipo de negócio duradouro na região, com as fazendas e aldeamentos (CAMPOS JÚNIOR, 1996; FALEIROS, 2010).

A cafeicultura, historicamente, representou a base de toda economia capixaba e deu sustentação ao desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo. Embora comercializada com preços relativamente menores que outros estados brasileiros, como São Paulo, e ocupando uma posição inexpressiva na produção do país, como nos afirma Siqueira (2006), o café, na visão de Campos Júnior (1996, p.94), “como produção única de exportação, era a mais importante atividade econômica do colono, sobretudo da região Central e foi desenvolvida pelos imigrantes nas pequenas propriedades, sendo a principal geradora de renda para as famílias”.

No entanto, como em qualquer atividade econômica, esta também apresentou uma gama significativa de dificuldades referentes à sua produção e comercialização. Entre os desafios que perpetuavam a produção cafeeira, Campos Júnior (1996) destaca o escoamento dos grãos das regiões agrícolas das colônias, realizado por meio de animais até os armazéns de comércio, para, assim, proceder à venda, e a topografia do Espírito Santo, demasiadamente acidentada e de poucas áreas planas, o que dificultava o controle de extensas áreas de terras para cultivo e também o emprego de máquinas nestes terrenos.

Quando o montante de café chegava aos armazéns para ser comercializado, grande parte encontrava destino na então capital federal, transportada pelo Porto do Rio de Janeiro. Inicialmente, no Espírito Santo, não existia uma vinculação econômica entre as regiões. Nas áreas produtivas mais distantes, o transporte era realizado em tropas muares até as cidades mais próximas, geralmente por portos fluviais, de onde embarcava para as cidades litorâneas e daí para os grandes centros nacionais. Nas fazendas do Sul, o escoamento da produção se dava através da Ferrovia Leopoldina (FALEIROS, 2010; CAMPOS JÚNIOR, 1996).

Nesse sentido, a cafeicultura desenvolvida no Espírito Santo não acumulou excedente suficiente que possibilitasse investimentos em atividades urbanas, ficando concentrado apenas na esfera da comercialização, como relata Campos Júnior (1996). Acresce-se a isto o fato da base fundiária capixaba ser fundamentada em pequenas propriedades autossuficientes, o que na visão de Faleiros (2010), proporcionou um lento processo de acumulação, em função da pequena dimensão deste mercado, não sendo a cafeicultura local capaz de generalizar as relações mercantis.

O café permaneceu como a base da economia capixaba até a década de 1960. A partir daí, o Espírito Santo passa a apresentar baixa produtividade e qualidade em relação a outros estados, e o produto passa a não se sustentar mais economicamente, em virtude da quase ausência de recursos técnicos e pela dependência exclusiva da monocultura do café. Situação agravada pelo desencadeamento de uma crise cafeeira derivada da queda dos preços internacionais do grão na segunda metade da década de 50 e que resultou na política de erradicação dos cafezais em várias partes do país.

Como consequências diretas desta crise, Bergamim (2004) aponta o desemprego agrícola que atingiu mais de 60 mil pessoas, que em sua maioria migraram para as cidades, e a substituição das áreas onde estavam plantados os cafezais pela pecuária em detrimento de outras culturas, provocando uma redução da mão de obra agrícola, uma vez que a pecuária é

uma atividade cujo manejo se realiza com um número menor de trabalhadores se comparada à cafeicultura, e ainda desencadeou um processo progressivo de concentração fundiária.

A partir daí iniciaram-se transformações na estrutura produtiva do Espírito Santo, figuradas nas relações de trabalho, no progresso técnico e na estrutura fundiária, indo de encontro com o processo de modernização agrícola que ocorreu no estado na década de 70, designado por Souza Filho (1990) como a “modernização violenta”, em virtude da intensidade em que se processaram as transformações no campo capixaba após um período de longa estagnação econômica.

Com as transformações trazidas pela modernização agrícola, a produção do café e de outros produtos agrícolas voltou a configurar a economia capixaba. Segundo informações do INCAPER (2010), atualmente o agronegócio do café é uma das atividades mais importantes do Espírito Santo por seu grande peso social e econômico, sendo a atividade com maior poder de geração de empregos, além de ser responsável pela economia de 80% dos municípios capixabas.

O Espírito Santo se destaca como o segundo produtor da espécie arábica e como o maior produtor da espécie conilon do país. Nos dez primeiros meses de 2014, segundo informações do Portal do Governo do Estado do Espírito Santo (2014), as exportações de café cresceram 34,7% em todas as formas e preparações (grãos verdes, solúvel, torrado e moído), chegando a um total de US\$ 569,1 milhões de dólares.

A cultura do café conilon é realizada em 64 municípios situados em regiões quentes e com altitudes inferiores a 500 metros, envolvendo 36 mil propriedades. Os maiores municípios produtores são Vila Valério, Jaguaré, Sooretama, Rio Bananal, Nova Venécia, Pinheiros, São Mateus, Linhares, Boa Esperança e São Gabriel da Palha. Já a espécie arábica é produzida em 50 municípios capixabas, em regiões com altitude superior a 500 metros, envolvendo cerca de 24 mil propriedades. Aproximadamente 75% da produção se concentra nas regiões do Caparaó e Serrana e os principais municípios produtores são Brejetuba (400 mil sacas/ano), Iúna, Vargem Alta, Muniz Freire, Ibatiba, Irupi e Afonso Cláudio. O Espírito Santo é o único estado brasileiro com produção significativa das duas espécies, o que demonstra a grande importância da cafeicultura na geração de emprego e renda para o interior capixaba (INCAPER, 2010). Na figura abaixo podemos observar cultivares de café arábica no município de Brejetuba.



Figura 1: Lavoura de café arábica no município de Brejetuba/ES.
Fonte: Pesquisa de campo.

2.2 Reprodução da Agricultura Familiar em Brejetuba/ES

Localizado na microrregião Sudoeste Serrana do Estado do Espírito Santo, região colonizada por imigrantes europeus, sobretudo italianos e alemães, Brejetuba se caracteriza pela predominância da agricultura familiar, embora se concentre no município, as maiores fazendas de café arábica do Espírito Santo.

Brejetuba situa-se no Território das Montanhas e Águas do Espírito Santo, a 145 km da Capital Vitória, limitando-se ao norte com o Estado de Minas Gerais ao sul com Muniz Freire e Conceição do Castelo, a leste com Afonso Cláudio, a oeste com Minas Gerais e Ibatiba. Sendo sua latitude de 20°08', longitude de 41°17' e altitude de 780 metros acima do nível do mar (IBGE, 2013).

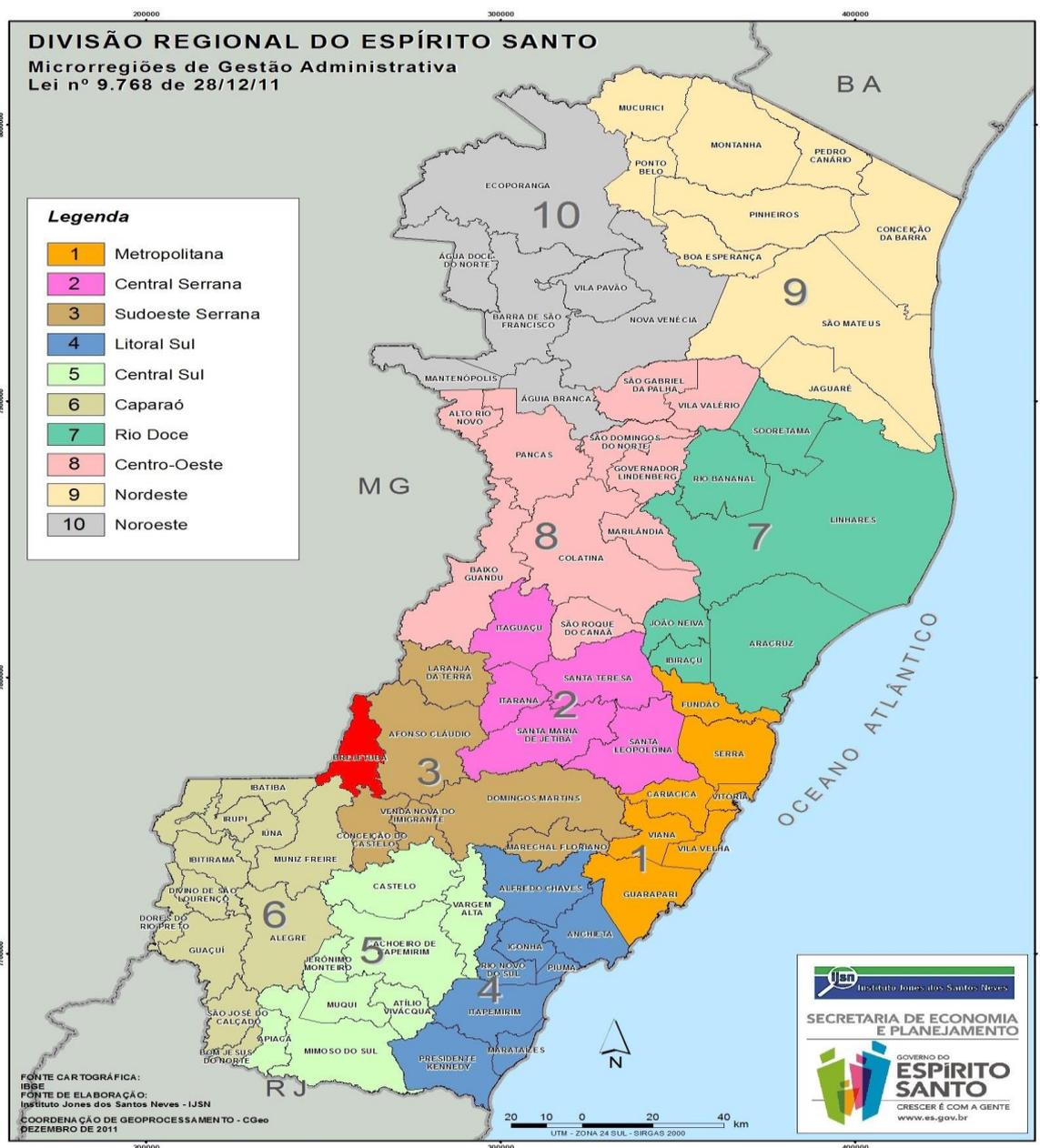


Figura 2: Mapa das microrregiões administrativas do Espírito Santo.

Fonte: Portal do Governo do Espírito Santo. Disponível em: <http://www.es.gov.br/EspiritoSanto/Paginas/mapas.aspx>. Adaptado por Almeida (2015).

Criado com a denominação de Brejaúba, devido ao fato de ser comumente encontrada na região uma palmeira com esse nome, o município permaneceu como Vila até 1930, quando a lei estadual de nº 1.739 o elevou a distrito do município de Afonso Cláudio. Anos mais tarde, o decreto-lei estadual de nº. 15.177, renomeou Brejaúba que passou a chamar-se Brejetuba, sendo elevado à condição de município em quinze de dezembro de 1995 e instalado em primeiro de janeiro de 1997 (IBGE, 2013).

Sobre os principais fluxos migratórios que se dirigiram para Brejetuba, a origem deles encontra-se nos deslocamentos de indígenas, negros, europeus, sobretudo italianos e portugueses, todos advindos de outros territórios do próprio estado. Além destes, há no município uma grande maioria de migrantes do estado de Minas Gerais, devido à proximidade com o município e em busca de trabalho nas propriedades de café (ZAVARIZE, 2006).

Embora haja predomínio em área das grandes propriedades, o município apresenta uma estrutura fundiária baseada nas pequenas propriedades, e que se encontra distribuída, conforme os apontamentos do INCAPER (2011) em 783 minifúndios, 398 pequenas propriedades, 70 médias propriedades, e por fim 5 grandes propriedades, gerando um total de 1.256 estabelecimentos no município. Na Figura seguinte é possível observar propriedades agrícolas que apresentam cafezais e pequenas áreas de Mata Atlântica.



Figura 3: Paisagem típica encontrada no município de Brejetuba/ES.

Fonte: Pesquisa de campo.

A maior parte da população de Brejetuba, 71,33% (IBGE, 2010) está concentrada na zona rural, com mais de 8.499 habitantes, que tem na produção agrícola o principal meio de subsistência, especificamente na produção do café arábica, sendo que esta se constitui na principal atividade socioeconômica do município quanto à geração de emprego e renda para a população local e para várias comunidades de municípios vizinhos. Dados do INCAPER

(2011) demonstram que o crescimento do município sempre foi impulsionado pela cultura do café que encontrou aptidões de solo e clima para o seu desenvolvimento, e isso se confirma com o lugar de destaque que Brejetuba ocupa no que se refere à produção cafeeira. É o maior produtor da espécie arábica no Espírito Santo, com uma produção de 400 mil sacas por ano, e também se encontra entre os cinco maiores municípios produtores desta variedade no Brasil, referenciando a cafeicultura capixaba na produção nacional (FIDELIS, 2014).

Como os tratos culturais nas lavouras de café demandam intensa mão de obra, pois o município apresenta um relevo bastante acidentado, a viabilização da produção do café em muitos casos é também realizada por parceiros, que trabalham mediante um contrato onde o proprietário cede uma parte de sua terra para o trabalhador, por um período mínimo de três anos, e este divide a produção conforme o percentual acordado entre as partes. Geralmente esse percentual é de 40% para o parceiro e os insumos utilizados nas lavouras são de responsabilidade do patrão.

No Espírito Santo o sistema de parceria sempre apresentou indicadores muito acima da média nacional, sendo muito utilizada no meio rural capixaba. É também uma relação de trabalho baseada na mão de obra familiar, embora ocorra em detrimento deste tipo de trabalho. A intensidade do emprego da parceria está relacionada com a importância econômica da cafeicultura no estado (BERGAMIM, 2004).

Em Brejetuba, o número de contratos de parceria celebrados entre famílias de trabalhadores e proprietários rurais realizados nos últimos dois anos chega a um total de 716, conforme as informações fornecidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brejetuba (STRs), entidade responsável pela realização dos mesmos no município. Isso representa a acentuada utilização desta relação de trabalho no município, possivelmente pelas mesmas razões que preponderam no estado, a importância socioeconômica do café e a necessidade de mão de obra para o cultivo da espécie. As regras dos contratos estão no Estatuto da Terra, lei federal aprovada em 1964, e o contrato é aceito como comprovação de trabalho junto à Previdência Social.

Nesse sentido, os parceiros juntamente com os pequenos proprietários e suas famílias são os responsáveis por grande parte da mão de obra do cultivo do café arábica, fato que nos permite admitir a importância do segmento familiar para o desenvolvimento de Brejetuba.

Contudo, problemas estruturais comuns em outras partes do Brasil, causados, em sua maioria, pelo avanço da modernização agrícola entre os municípios brasileiros, também se reproduzem entre os agricultores familiares de Brejetuba. Destacamos principalmente, as

limitações em relação à comercialização da produção, ausência de mercados estáveis e do apoio creditício que só veio a acontecer nos últimos anos, pouca organização no que se refere à sua estruturação interna e muitos dispõem de poucos recursos para melhorar sua produção (INCAPER, 2011).

A gestão das propriedades rurais, a inserção na produção de cafés de qualidade, a falta de formação e de informações que instrumentalizem uma maior participação política e social, restrições na aquisição de insumos com condições favoráveis, a dependência da maioria das propriedades da monocultura do café, a mão de obra escassa, além da relativa ausência de apoio do Estado são também apontados como desafios vivenciados pelos agricultores familiares do município cotidianamente (INCAPER, 2011).

A respeito das limitações no poder de negociação da produção, Bergamim (2004) demonstra a problemática da comercialização do café no município capixaba de Boa Esperança, e que por sua vez ilustra a situação vivenciada, em muitos casos, pelos agricultores de Brejetuba:

[...] A cadeia de comercialização do café é bem estruturada, mas sua organização é determinada pelo mercado em conformidade com as estratégias de acumulação ampliada de capital. Os personagens da cadeia comercial do café consistem nas seguintes figuras: produtor, comerciante e exportador. Ocorre, portanto, uma sujeição acentuada, dos agricultores familiares, ao comerciante local, responsável pelo transporte, secagem, pilagem e armazenamento do produto, uma vez que os agricultores descapitalizados e desorganizados não dispõem dessa estrutura. Ao deixar o café armazenado, o agricultor ceda o compromisso de exclusividade de venda para o comerciante e este, como forma de empréstimo, também compra o café “antecipado”, ou seja, antes da colheita e cobra taxas de juros muito acima do mercado (BERGAMIM, 2004, p 129).

Tendo em vista esses desafios, torna-se necessário pensar estratégias que viabilizem a reprodução socioeconômica destes agentes sociais, tanto do ponto de vista da ação do Estado, quanto da organização dos próprios agricultores.

CAPÍTULO III

ASSOCIATIVISMO E CAPITAL SOCIAL: ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Um sistema vertical, por mais ramificado e por mais importante que seja para seus membros, é incapaz de sustentar a confiança e a cooperação sociais (PUTNAM, 2006, p. 184).

Uma forma de tentar superar as consequências perversas causadas pela modernização da agricultura brasileira - como as repercussões sociais e ambientais provocadas e o desenvolvimento das médias e grandes propriedades em detrimento das pequenas, favorecendo o aumento da produção - assim como os velhos problemas da questão agrária brasileira, tem sido, nos últimos anos, as práticas associativas que estão se desenvolvendo nas comunidades rurais, sobretudo naquelas de produtores familiares.

O associativismo representa uma dentre as várias experiências de organização que reúne agricultores familiares que se multiplicaram pelo país desde a década de 1980. Surge devido à preocupação em relação a temas como a obtenção de crédito agrícola, a melhoria das condições de produção e comercialização, problemas que ganharam espaço à medida que se verificava que a luta pelo acesso ou permanência na terra não resolvia em definitivo a situação precária de grande parte dos agricultores do país. O momento político vivido no país nesse período também teve influência no aparecimento dessas novas formas de organização, visto que os anos 80 foram iniciados com propósitos de mudança, onde comunidade e participação passaram a fazer parte da agenda de debates do poder local (PINHEIRO, 2001).

Dentre outros avanços democráticos, a Carta Constitucional de 1988, garantiu plena liberdade de atuação das associações civis, como está expresso em seu Artigo 5º, incisos XVII, XVIII, XIX, XX, XXI:

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

As associações tem a finalidade de representar e defender os interesses dos associados e estimular sua melhoria técnica, profissional, econômica e social. São sociedades civis sem fins lucrativos, onde os indivíduos se organizam coletivamente de forma democrática e em defesa de seus interesses. Uma maneira de participar da sociedade, sendo esta participação definitiva para influenciar no direcionamento dos recursos públicos aos projetos desejados pela maioria da população, bem como fiscalizar sua aplicação.

Segundo o Código Civil brasileiro em seu Artigo 44, as associações são definidas como pessoas jurídicas de direito privado, assim como as sociedades; as fundações; as organizações religiosas; e os partidos políticos (MAPA, 2012).

O processo associativo se assenta na tentativa de construção de novos padrões de relacionamento na comunidade, seja internamente, com formas mais democráticas de organização, seja nas relações com as demais forças políticas presentes. Os produtores organizados em associações possuem maiores condições de reivindicar junto aos órgãos públicos de seus municípios e aos parlamentares, melhorias para a sua região, como escolas, estradas, postos de saúde, creches, etc.

Tedesco (2001, p.15-16) sentencia que “as associações mostram-se como estratégias para viabilizar políticas públicas voltadas aos interesses dos agricultores, no sentido de canalizarem demandas em seu benefício”. Ao mesmo tempo, pelo fato de serem formadas por grupos produtivos que geram emprego e renda, são organizações de interesse público, tendo o direito de usufruir dos programas governamentais, através dos quais podem obter cooperação para o aperfeiçoamento da produção.

Nesses termos, Pinheiro (2001) acentua:

O associativismo rural foi um dos movimentos que colocaram em discussão a questão da participação política relacionada à descentralização, visto que uma das suas principais características têm sido a proximidade com as prefeituras municipais e demais instâncias da vida local. A busca de canais de articulação com as administrações municipais tem como pressuposto que esse nível do Estado é o mais acessível para o encaminhamento das demandas da comunidade e, especialmente, dos movimentos sociais mais organizados (PINHEIRO, 2001, p 344).

O associativismo vem alcançando amplitude nacional, e a fundação de associações de produtores tornou-se um fenômeno generalizado no país (PINHEIRO, 2001). Os agricultores familiares rurais, que normalmente apresentam dificuldades para obter um bom desempenho econômico, têm na formação de associações um mecanismo que lhes garante melhor desempenho para competir no mercado, tornando possível a aquisição de insumos e equipamentos com menores preços e prazos de pagamentos, como também o uso coletivo de tratores, despolpadores, secadores, etc. Tais recursos, quando adquiridos coletivamente, tornam-se bem mais acessíveis ao produtor, que, conseqüentemente, tem maior rentabilidade em suas atividades agrícolas (MAPA, 2012).

As associações de produtores rurais são criadas com o objetivo de integrar esforços e ações dos agricultores em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade a qual pertence. Gaiger (2012) sentencia que a dimensão comunitária e social dessas organizações as inclina ao envolvimento de seus integrantes em questões de interesse público, estimulando formas variadas de mobilização e fortalecendo as lutas históricas de autogestão e de emancipação econômica dos trabalhadores.

Nesse sentido, Jales (2009) salienta:

É por meio dessas associações que os pequenos produtores rurais têm acesso às políticas agrícolas, por seu intermédio, se comunicam com “o mundo lá fora” e tomam consciência dos planos de governo e suas conseqüências para seu trabalho e para a vida na comunidade onde se encontram inseridos. (JALES, 2009, p. 57)

A prática associativa é consolidada pela mobilização coletiva de que unidos os indivíduos encontram soluções melhores para suas necessidades e dilemas sociais. Na maioria dos casos, essas ações coletivas revelam-se economicamente viáveis, pois ampliam as oportunidades de trabalho, de produção agrícola e renda, no entanto, demonstram fragilidades ligadas especialmente à forma participativa de gestão e aos objetivos dos grupos. Além dessas dificuldades, Alves et al. (2011) apontam para o reduzido apoio em relação a políticas públicas que fortaleçam as associações, a relação entre os membros associados muitas vezes marcada pelo individualismo, pouco conhecimento sobre os benefícios do associativismo, conflitos internos, e o fato dos integrantes muitas vezes, não trocarem experiências.

Não obstante, Aguiar (2007) sintetiza que as regras básicas para o desenvolvimento de um grupo de associados consistem na troca de ideias entre os membros, na disposição em mudar de opinião se necessário, além da divisão das tarefas, e aponta estes como os fatores

que, por muitas vezes, confundem os sujeitos envolvidos no processo, especialmente quando a expectativa do discurso não se concretiza na prática cotidiana. Geralmente, é neste momento que os associados criam conflitos geralmente intransponíveis, construídos por eles próprios no exercício da convivência.

Nessa perspectiva, Matos (2006) enfatiza que a constatação das dificuldades associativas da nossa sociedade e, em particular, dos segmentos sociais mais excluídos do atual modelo econômico, representa uma fragilidade a ser superada para viabilizar o projeto de economia solidária para o Brasil, uma vez que o associativismo está delimitado dentro desta esfera. Para o autor, seria necessário superar as causas dos processos dessa tendência dissociativa, que afeta justamente as camadas mais carentes da sociedade, para as quais o associativismo poderia fazer a diferença.

Nos apontamentos de Ganança (2006), a crescente construção de um discurso em torno do conceito de economia solidária, está promovendo, no campo do associativismo brasileiro, a incorporação de princípios éticos-políticos profundamente democráticos e participativos e coletivamente compartilhados, muito embora nem todas as associações compartilhem deste mesmo discurso, os princípios da economia solidária vêm fortemente influenciando as práticas e valores dessas organizações.

O âmbito no qual se estabelece a economia solidária geralmente se dá na disponibilização para uso em comum dos meios de produção e na autogestão exercida na condução dos empreendimentos, regido pelos princípios de ajuda mútua, reciprocidade e cooperação, como aponta Gaiger (2012). Singer (2005) corrobora com essa concepção ampliando o campo da economia solidária e, portanto dos seus instrumentos de política pública ao mundo rural, pois a expressão mais significativa da economia solidária no Brasil é constituída pelas associações comunitárias e as cooperativas da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária, apesar de haver no Brasil um total de mais de 20 mil empreendimentos que se enquadram dentro da esfera da economia solidária.

Para Singer (2002), com a economia solidária:

É possível criar um novo ser humano a partir de um meio social em que a cooperação e solidariedade não apenas serão possíveis entre todos os seus membros, mas serão formas racionais de comportamento em função de regras de convívio que produzem e reproduzem a igualdade de direitos e de poder de decisão e a partilha geral de perdas e ganhos da comunidade entre todos os seus membros (SINGER, 2002, p.116).

Portanto, a economia solidária, sendo relacionada a iniciativas participativas como as associações, no caso deste trabalho, às associações de produtores rurais familiares, onde os indivíduos lutam por interesses comuns, requer a presença de condutas fundadas em relações de reciprocidade, buscando preservar o vínculo social.

Além da reciprocidade, as mobilizações coletivas num todo, sejam elas voltadas para a economia solidária ou apenas para o associativismo, devem também estar assentas nos princípios de cooperação mútua, confiança e solidariedade entre os membros associados, uma vez que, como demonstra Pase (2012) são os princípios indicadores do capital social em uma comunidade (mesmo sem que os indivíduos queiram ou percebam), cuja existência contribui decisivamente para o funcionamento das organizações coletivas. O capital social pode ser visto como uma possibilidade de entendimento dos dilemas sociais existentes nessas organizações.

3.1 O “capital social” como base para o desenvolvimento do associativismo na Agricultura Familiar

As premissas fundamentais do conceito de capital social foram formuladas, em sua maioria, durante a década de 1980. Pierre Bourdieu e James Coleman foram os sociólogos que mais expressaram o tema, e o definiam como elos sociais que possibilitam vantagens e oportunidades a indivíduos e a comunidade (COSTA, 2003).

A partir destes autores, outros importantes teóricos da década de 1990 descreveram a importância que o capital social pode trazer para as possibilidades de avanço democrático. Apesar de, segundo Milani (2007), não haver um consenso quanto ao conceito de capital social, suas principais definições são apresentadas por Sehem (2011, p.p 50-51) no Quadro 1:

Pierre Bordieu	O capital social é considerado um agregador de recursos, reais ou potenciais, que possibilitavam o pertencimento duradouro a determinados grupos e instituições.
James Coleman	Normas sociais como guias de ação para o indivíduo, como expectativas que expressam se as ações estão certas ou erradas.
Albert Hirshman	Capital social como aquele que aumenta dependendo da intensidade de seu uso, no sentido de que praticar cooperação e confiança produz mais cooperação e confiança, logo, mais prosperidade.
Banco Mundial	O capital social constitui numa cola que mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão visando a produção do bem

	comum.
Robert Putnam	Debate sobre o papel do capital social e da sociedade civil na Itália, onde demonstra uma interrelação entre o grau de civismo de uma comunidade e a qualidade de sua governança.
Francis Fukuyama	Relações entre prosperidade econômica, cultura e capital social.

Quadro 1: Principais definições do capital social.

Fonte: Sehem (2011, p.p 50-51).

O termo ganhou notoriedade acadêmica com o livro do cientista político norte americano Robert Putnam – *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna* (1996), em seu estudo comparativo sobre o desenvolvimento político das regiões italianas.

Putnam (2006, p. 177) se refere ao capital social como sendo “as características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. O autor enfatiza que o capital social consiste desses elementos de organizações sociais, que facilitam a ação e a cooperação de benefício mútuo, pois o trabalho coletivo é mais fácil numa comunidade que tem uma rica herança de capital social.

Ainda demonstra que nas regiões italianas onde são encontrados fortes valores democráticos e onde as relações sociais são muito intensas desde a Idade Média, foi possível criar um ambiente propício à participação, colaboração e associativismo. E ainda questiona porque algumas dessas regiões tiveram um governo efetivo e assim prosperaram enquanto outras regiões ficaram estagnadas. As tradições cívicas são a sua resposta. As regiões bem sucedidas são compostas de comunidades com fortes laços de reciprocidade, com presença de densas redes de engajamento cívico, onde a cooperação é voluntária.

Portanto, podemos entender que o capital social assenta-se nos princípios de confiança mútua, na capacidade de cooperar e de trabalhar juntos, e que em sua ausência, os indivíduos tendem a tomar decisões pautadas na lógica individualista, querendo levar vantagens de tais decisões, que em determinada situação pode ser prejudicial a todos.

James Coleman (1988), outro referencial teórico de grande relevância para o tema, considera o capital social como uma estrutura social que facilita determinadas ações por parte dos atores dentro dessa estrutura: “como em outras formas de capital, o capital social é produtivo, tornando possível a obtenção de determinadas finalidades que em sua ausência não seriam possíveis” (COLEMAN, 1988, p. 98). O capital social pode ser específico para

determinadas atividades, ou seja, para cada situação, formas diferentes de capital social são mobilizadas, porém, ao contrário de outras formas de capital, ele é inerente à estrutura das relações sociais entre os indivíduos. Na visão de Coleman (1988, p. 98) “uma determinada forma de capital social que é valiosa para facilitar certas ações, pode ser inútil ou até mesmo prejudicial para outras”.

Na concepção de Pereira et al. (2010), o capital social se resume na existência de uma rede de relações sociais ligadas a um objetivo comum, sendo ele o recurso dos indivíduos para o alcance de seus interesses coletivamente. Essas relações sociais existentes em uma dada sociedade, na visão de Putnam (2006), fomentam a confiança, e esta é um componente básico do capital social, pois ela promove a cooperação.

Nesse sentido, o capital social pode ser considerado um facilitador da cooperação espontânea, pois quanto maior o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação entre os indivíduos. Ao mesmo tempo em que a própria cooperação gera confiança.

Milani (2003) concebe o capital social como um bem coletivo que garante o respeito de normas de confiança mútua e de compromisso cívico, e que depende diretamente das associações horizontais entre pessoas (redes associativas, redes sociais), das redes verticais entre pessoas e organizações (indo além das mesmas classes sociais, das pessoas da mesma religião, dos membros do mesmo grupo étnico), do ambiente social e político em que se situa a estrutura social e, finalmente, do processo de construção e legitimação do conhecimento social.

Para o autor o termo social refere-se à associação, ou seja, o capital pertence a uma coletividade ou a uma comunidade; ele é compartilhado e não pertence a indivíduos. O capital social não se gasta com o uso, ao contrário, o uso do capital social o faz crescer. Nesse sentido, a noção de capital social indica que os recursos são compartilhados no nível de um grupo e sociedade, mais além dos níveis do indivíduo e da família. Isso significa, no entanto, que o capital social existe e cresce a partir de relações de confiança e cooperação e não de relações baseadas no individualismo.

Além de o capital social ser considerado como a principal característica das organizações sociais, ele relaciona-se com a potencialidade de estabelecer uma nova relação entre a sociedade civil e o Estado. Na concepção de Pase (2012) o capital social é uma capacidade que empodera o cidadão, cuja confiança aprimora a democracia, produz desenvolvimento institucional quando constitui regras claras de comportamento, produz

desenvolvimento econômico na medida em que possibilita acesso a informações, estimula solidariedade e constrói uma cultura política baseada em valores humanitários.

Pereira et al. (2010), também reconhecem que o desenvolvimento de uma dada comunidade está estreitamente relacionado com o nível de capital social de seus membros, pois as relações sociais consistem no fator decisivo para a superação das desigualdades do grupo.

Nesses termos, consideramos que a sociedade civil passa a não mais esperar do poder estatal a resposta única para a garantia de melhores condições de vida para o conjunto da sociedade, uma vez que, como acentua Costa (2003) está cada vez mais frequente a organização de indivíduos em busca de objetivos comuns para a construção de novos parâmetros de coesão social e solidariedade, um redesenho da luta pelos direitos humanos e sociais propiciado pelas crises econômicas aliadas à globalização.

Para tanto, deve haver um nível maior de confiança, ou seja, de capital social entre aqueles que desejam formar uma organização associativa. Isto significa que o aprofundamento de todos os tipos de associações em uma dada sociedade representa o seu estoque de confiança e reciprocidade, isto é, seu estoque de capital social.

Nesse sentido, Frey (2003) enfatiza que as ações cooperativas comunitárias com o objetivo de solucionar os problemas comuns da coletividade estão totalmente relacionadas ao nível de capital social desenvolvido ao longo de um período de tempo em uma dada sociedade.

Por fim, o capital social não é tido como o quesito único e máximo para o desenvolvimento de uma sociedade. O bem-estar econômico e social é resultado da combinação de indicadores de condições naturais e ambientais; das condições de acesso à saúde e conhecimento; do acesso a recursos monetários e às condições de acesso ao trabalho, o que revela que a interação do capital social com as demais formas de capital (natural, humano e financeiro) pode influenciar positivamente num amplo desenvolvimento de uma sociedade.

3.1.1 Níveis de capital social

O termo capital social faz parte das pesquisas desde o início do século XIX (SEHNEM, MACKE, 2011). No entanto, somente a partir da década de 1990 o tema passou a receber maior destaque, como um conceito que caracteriza as muitas e variadas maneiras pelas quais os membros de uma comunidade interagem. Desde a conversa com os vizinhos ou

o engajamento em atividades recreativas, até a filiação a organizações ambientais e partidos políticos. Assim entendido, é possível traçar um mapa da vida associativa da comunidade e, com isso, perceber seu estado de saúde cívico (GROOTAERT ET AL., 2003).

Nessa perspectiva, consideramos que o capital social é inerente a cada coletividade, portanto Pereira et al. (2010) ressaltam que os instrumentos de mensuração do capital social devem ser específicos e adequados a cada realidade, a cada população a ser estudada, de forma que transmita a realidade do que se pretende estudar com a maior clareza possível.

Entre os teóricos do capital social, Putnam (2006) realizou uma pesquisa na Itália e utilizou variáveis como leitura de jornais, grau de associativismo, comparecimento a referendos e votação, que em sua metodologia são representantes do que ele chamou de índice de comunidade cívica, conceito bem próximo de capital social.

Segundo o Banco Mundial (2015), o capital social pode ser medido por inúmeras maneiras inovadoras, porém, por várias razões, não é possível nem desejável alcançar uma medida única. A partir de alguns estudos foram identificadas variáveis numéricas capazes de mensurar o capital social através do uso de diferentes tipos e combinações de metodologias de pesquisa comparativa qualitativa e quantitativa.

Com a finalidade de transpor a teoria do capital social para uma construção prática, o Banco Mundial (2015) desenvolveu uma extensa pesquisa sobre capital social, com o foco em países em desenvolvimento, na qual foi desenvolvido um questionário integrado para medir capital social (QI-MCS) que tem como objetivo prover um conjunto de questões essenciais sobre várias dimensões do capital social gerando dados quantitativos. O estudo afirma que a forma de mensurar o capital social dependerá do conceito adotado e do contexto social em que será aplicado.

Nesse sentido, Pereira et al. (2010) reitera que a maneira mais usual de mensurar o capital social é a utilização do questionário, por permitir que os resultados sejam quantificados e as respostas se apresentam com maior precisão favorecendo a análise dos dados. No entanto, Grootaert et al. (2003) deixa claro que é preciso que se adapte o questionário a cada público-alvo, a cada realidade pesquisada, pois a adaptação de conteúdo, ou seja, das dimensões do capital social é de extrema relevância na concepção de um instrumento que possa mensurá-lo.

Assim sendo, torna-se praticamente impossível que sejam estabelecidos instrumentos de mensuração do capital social que tenham um caráter universal, pois, não se pode excluir o contexto social da realidade que se pretende pesquisar.

De fato, são muitas as vertentes que abarcam a discussão em torno do capital social, sobretudo por ser um tema considerado por diversos estudiosos de extrema importância para a compreensão do desenvolvimento econômico, social ou ambiental de uma dada sociedade, e também para a elaboração de políticas públicas mais eficientes.

CAPÍTULO IV PERCURSO METODOLÓGICO

“Os procedimentos metodológicos são descrições minuciosas de tudo o que diz respeito à execução da pesquisa. São detalhamentos das ações do pesquisador que podem, com clareza, permitir a realização da mesma pesquisa por outro pesquisador, em outro momento. Daí decorre a sua importância” (GUEDES, 2000, p. 104).

A fim de conhecer a reprodução da agricultura familiar em Brejetuba/ES decidimos estudar as práticas associativas difundidas entre os produtores e, por não identificarmos estudos sobre a temática no município, optamos, então, pela realização de uma pesquisa exploratória com o intuito de verificar como as associações de produtores rurais familiares vêm se desenvolvendo no município.

O trabalho empírico procurou conhecer e descrever as associações de produtores rurais familiares do município de Brejetuba/ES. Para isso analisamos o perfil produtivo dos associados e procuramos demonstrar os diversos motivos que levaram à criação das associações nas comunidades, estabelecendo a relação da problemática histórica vivenciada pelos produtores familiares no Brasil.

Desse modo, apresentamos as principais características do associativismo entre produtores rurais familiares do município, destacando além dos aspectos organizacionais dos produtores associados, outras características que nos permitem estabelecer as diferenças entre eles, como o tamanho da família e da propriedade, produção, comercialização, força de trabalho, tecnologia, assistência técnica, acesso a financiamentos e os motivos que levaram a fazerem parte da associação.

Num primeiro momento, as informações que foram analisadas para as conceituações da presente pesquisa estão relacionadas às experiências de produtores familiares rurais do município em estudo. Foram pesquisados livros, artigos e textos sobre a ruralidade brasileira, agricultura familiar e associativismo, além de toda legislação vigente ou não relacionada ao tema.

Para fundamentar a base teórica do presente trabalho, realizamos uma revisão da literatura científica com as palavras-chave “agricultura familiar”, “associativismo” e “capital social”, “políticas agrícolas”, “ruralidade brasileira”, “pequenas propriedades” em importantes bases de dados, como Scielo, Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Ministério do Desenvolvimento Agrário, entre

outros órgãos e autarquias governamentais. Foram selecionados para análise artigos nacionais, dissertações, teses e matérias veiculadas em páginas eletrônicas de jornais e revistas, sendo que àqueles que corresponderam à temática abordada foram objetos de leitura exploratória e apresentados segundo suas características.

4.1 A pesquisa empírica

A ciência, como modalidade de conhecimento, só se processa como resultado de articulação do lógico com o real, do teórico com o empírico, não se reduzindo a um mero levantamento e exposição de fatos ou a uma coleção de dados. Estes precisam ser articulados mediante uma leitura teórica, pois somente a teoria pode caracterizar como científico os dados empíricos. Porém, em compensação, a teoria só gera ciência se estiver articulada a dados empíricos (SEVERINO, 2007).

Dessa forma, mediante a combinação de diferentes métodos e procedimentos de coleta de dados, como o questionário, a entrevista semiestruturada e a análise documental, trilhamos um percurso metodológico para alcançar nossos objetivos, que se deu em três momentos distintos, porém complementares: a Fase Exploratória, a Fase Descritiva e a Fase Explicativa.

A pesquisa exploratória, conforme ressalta Severino (2007) busca levantar informações preliminares sobre o objeto a ser estudado, para assim delimitar o campo de trabalho. Na realidade, segundo o autor, ela é uma preparação para a pesquisa explicativa, que, por sua vez, tem o propósito de registrar e analisar os fenômenos estudados e identificar suas causas seja através do método quantitativo ou qualitativo.

Para o procedimento da pesquisa, utilizamos abordagem quantitativa e qualitativa e posterior triangulação de métodos, estratégia que combina a aplicação de metodologia quantitativa e qualitativa. A justificativa principal para o uso da triangulação de métodos é a busca por maior confiança na análise de dados e na validação dos resultados de pesquisa.

Para a abordagem quantitativa foram analisados dados disponibilizados pelo Censo Demográfico (2010) e Censo Agropecuário (2006) do IBGE, dados dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, dados disponibilizados pelo Instituto Capixaba de Assistência técnica e extensão rural, pela Secretaria Municipal de Agricultura de Brejetuba e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brejetuba, Afonso Cláudio e Laranja da Terra. As fontes de dados referentes ao município de Brejetuba foram utilizadas em um recorte temporal de 1997 em diante devido a recente emancipação do município.

Para a análise qualitativa foram realizados questionários, entrevistas semiestruturadas e observações *in loco*. Durante a pesquisa de campo, aplicamos os questionários entre os agricultores familiares associados conforme estabelecido na amostragem, na intenção de trabalhar com o menor intervalo de erro possível e com o maior nível de confiança possível. As entrevistas foram dirigidas aos presidentes das associações a fim de relacionar dados e confirmar tendências emergidas após análise dos questionários.

Sendo assim, a partir de um recorte teórico metodológico, realizamos o trabalho de campo. Primeiramente com uma pesquisa exploratória na secretaria de agricultura do município, onde também funciona a sede municipal do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), onde tivemos a maioria das informações a respeito da existência e do funcionamento das associações do município, e onde também coletamos uma listagem das associações ativas, constando também o nome e o contato dos atuais presidentes, localização e quantidade de associados.

Em uma primeira conversa com um dos funcionários do Instituto, pudemos ter uma ideia da organização das associações, e constatamos que possivelmente a realidade empírica que iríamos encontrar distinguia-se em muito das fundamentações teóricas que nos baseamos, pois a realidade empírica é sempre muito mais complexa que qualquer base teórica do pesquisador.

Com a listagem em mãos, foram realizados os primeiros contatos com os presidentes das associações, onde confirmamos o local exato e o número de associados, e onde estabelecemos um possível período para o início da pesquisa. Posteriormente, foram realizados os pré-testes com alguns associados para correção de possíveis falhas.

O universo da pesquisa corresponde aos agricultores familiares vinculados a associações de agricultores no município de Brejetuba-ES. Após levantamento das informações, constatamos que há um total de 16 associações no município, sendo que, 1 delas está desativada, segundo informações da secretaria de agricultura e do INCAPER e até mesmo dos próprios associados da comunidade onde está inserida e 3 delas estavam sendo estruturadas no ano de 2014 e ainda não possuíam resultados a serem quantificados, conforme nos relatou a secretaria de agricultura e o INCAPER do município.

Desse modo, esta pesquisa contou com as 12 associações restantes, localizadas em 11 comunidades do município e contando com um total de 308 agricultores familiares. Excluídos desse total os presidentes, que posteriormente foram submetidos a uma entrevista semiestruturada, restaram 296 agricultores. Desse universo extraiu-se uma amostra de 77

agricultores. Chegou-se a esse número considerando-se uma amostragem de população finita, sem reposição, com variáveis de interesse expressas em termos de proporções, margem de erro de 10% e nível de confiança de 95%.

Para captar as diferenças entre as associações, essa amostra foi estratificada, isto é, para cada associação, foi extraída uma amostra aleatória simples com tamanho (número de agricultores) proporcional à participação dessa associação no número total de associados. A amostra foi selecionada através de um sorteio aleatório entre os nomes de produtores de cada associação. Além disso, os agricultores pesquisados foram ao mesmo tempo facilitadores dos contatos com outros membros associados (bola-de-neve) para que conseguíssemos chegar ao número total de entrevistados de cada associação.

O número de questionários aplicado em cada associação, estabelecido com os procedimentos citados, encontra-se na Tabela 1.

Tabela 1- Estratificação da amostra segundo as associações consideradas.

Associação	Questionários aplicados	
	Número	Porcentagem
Produtores Rurais da Serra da Chibata	10	13,33
Produtores Rurais de Rancho Dantas	5	6,67
Produtores Rurais de Pinheiros	6	8,00
Produtores Rurais de São Jorge de Oliveira	7	9,33
Produtores Rurais Boa Esperança	10	13,33
Produtores Rurais de Marapé	3	4,00
Produtores Rurais Águas Claras	3	4,00
Produtores Rurais de Santa Rita	7	9,33
Produtores Rurais de São Jorge	10	13,33
Produtores e Moradores de Brejaubinha	10	13,33
Agricultores Familiares União	1	1,33
Produtores Rurais de Vargem Grande	5	6,67
Total	77	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

A receptividade por parte dos agricultores foi satisfatória. Após instantes de hesitação e desconfiança, a maioria dos pesquisados colaborou para o desempenho do trabalho de coleta de dados, respondendo as questões com seriedade e sempre apontando caminhos para se chegar ao próximo entrevistado. Na maioria das vezes os questionários foram aplicados em suas próprias residências.

O caderno de notas foi devidamente utilizado para potencializar o momento da pesquisa de campo, tanto na aplicação dos questionários, quanto na aplicação das entrevistas e nas questões propriamente ditas se servirão ou não para medir o que se espera.

4.2 Instrumentos de coletas de dados

4.2.1 Levantamento bibliográfico

O levantamento bibliográfico foi realizado em sua maioria entre maio de 2013 até janeiro de 2014, contudo a revisão dos conceitos foi constante. Dentro dos temas, conceitos e teorias a se aprofundar aparecem com maior clareza: Agricultura Familiar; Meio Rural Brasileiro; Associativismo; Políticas Agrícolas; Políticas Sociais; Economia Solidária; Teoria do Capital Social.

Como já explanado, a revisão de literatura foi uma das primeiras etapas para aprofundar o conhecimento sobre o estudo. Essa foi uma etapa importante para a identificação das produções acadêmicas que abordaram os temas levantados. Procuramos, a partir de autores diversos como Abramovay (2012), Wanderley (2001) Navarro (2010) e Neves (2012) compreender a conceituação e a emergência da agricultura familiar no Brasil.

Quanto às modificações da ruralidade brasileira, buscamos principalmente nos trabalhos de Mendes (2005), Buainain (2005), Schneider (2003), Carneiro (1998), Alentejano (2001), entre outros. E a respeito das políticas públicas para a agricultura familiar, utilizamos os trabalhos relacionados ao tema, entre eles, Sabourin (2007), Guanzirolli (2007), Souza e Barbé (2014), Mattei (2005) e Gazolla (2004).

Em relação à difusão da agricultura familiar no Espírito Santo, principalmente com o incremento da cafeicultura, nos baseamos nos estudos de Bergamim (2004), Campos Júnior (1996), Faleiros (2010), Buffon (1992), Siqueira (2006) e ainda dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Capixaba de Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER).

Para compreensão dos fundamentos teóricos sobre o associativismo e Economia Solidária utilizamos principalmente Pinheiro, (2001), Tedesco (2001), Gaiger (2012), Aguiar (2007), Jales (2009), Singer (2005) e (2002), Ganança (2006). Quanto ao associativismo em Brejetuba, possuíamos como referência bibliográfica basicamente as informações do INCAPER. Os trabalhos acadêmicos ainda são incipientes, fato que dificultou identificar a atual situação do município em âmbito nacional e estadual, nesse caso, no estado do Espírito Santo.

Nos estudos relacionados à teoria do Capital Social, buscamos aporte teórico, considerando a importância que essa teoria assume, nos trabalhos de Putnam (2006), Coleman (1988), Pase (2012), entre outras produções teóricas.

4.2.2. Questionários

Os questionários, em linhas gerais, foram construídos com o objetivo de fazer uma caracterização da estrutura produtiva e uma identificação organizacional dos agricultores familiares associados de Brejetuba.

A aplicação dos questionários demandou algumas semanas, pois a área pesquisada foi grande, uma vez que a pesquisa abarcou 12 associações divididas em todas as localidades do município. Foram centenas de quilômetros percorridos em estrada de chão, muitas vezes em estado de conservação ruim, por vezes, não encontrados os produtores, a visita teve que ser refeita por até três vezes na mesma comunidade.

A pesquisa foi conduzida com a ajuda dos próprios associados e também de moradores das comunidades onde se localizam as associações, por estes conhecerem os locais de moradia dos agricultores pesquisados. Essa fase foi a primeira a ser realizada dentro da esfera de coleta de dados em campo, e foi realizada nos meses de setembro e outubro, levando em consideração que o período de colheita do município se estende de abril a setembro.

O questionário foi construído com base em outros trabalhos relacionados com o tema pesquisado. Baseamos-nos para formular as questões relacionadas à identificação socioprodutiva e escolar nas dissertações de Márcia Cristina Bergamim (2004); dissertação de Audrey Merlin Leonardi de Aguiar (2007); dissertação de Ízula Luiza Pires Bacci Pedroso (2006).

Quanto ao item Indicador de Capital Social, nos referenciamos em um trabalho elaborado pelo Banco Mundial em 2003: Questionário Integrado para Medir Capital Social

(QI-MCS) (Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital) (SC-IQ) Christiaan Grootaert, Deepa Narayan, Veronica Nyhan Jones, Michael Woolcock e nas dissertações de Kátia Rosane de Athayde (2009) e de Tiago Martins da Silva (2013).

Algumas questões foram elaboradas a partir de nossa análise em trabalhos relacionados ao tema: Agricultura Familiar, Associativismo, Capital Social.

O questionário foi dividido em nove categorias: perfil do respondente; característica da propriedade; família e força de trabalho; acesso à assistência técnica e tecnologia; acesso a financiamentos; aquisição de equipamentos, insumos e comercialização da produção; principais dificuldades; associativismo; indicadores de capital social. Integra um total de 46 perguntas, sendo 11 abertas e 35 fechadas.

Na categoria “Perfil do Respondente” buscamos analisar as características gerais como naturalidade, estado civil, grau de escolarização e a categoria do associado. Já na categoria “Características da Propriedade” procuramos identificar o tamanho da área explorada pelos pesquisados e se a renda familiar é proveniente apenas da propriedade e de atividades agrícolas.

No quesito “Família e Força de Trabalho”, quantificamos os membros das famílias dos associados, se todos residem e trabalham na propriedade, o total de membros que trabalham em tempo integral e parcial e se a força de trabalho utilizada na propriedade é toda familiar.

Na categoria “Acesso à Assistência Técnica e a Tecnologia” identificamos os produtores que possuem máquinas e equipamentos em suas propriedades e os que realizam análise de solo, assim como os insumos que são utilizados pelos pesquisados e se estes recebem assistência técnica pública. Já a categoria “Acesso a Financiamentos” buscou apontar aqueles agricultores que já realizaram algum tipo de financiamento agrícola ou não, qual a importância para o desempenho econômico da propriedade e como consideram o acesso.

No que se refere à categoria “Aquisição de Equipamentos, Insumos e Comercialização da Produção” procuramos identificar como são adquiridos os insumos e equipamentos por parte dos pesquisados e se realizam compra conjunta destes, quais produtos são destinados para a comercialização e quais são destinados para o consumo da família, para quem é vendida a produção principal da propriedade e se esta operação é realizada em conjunto.

O quesito “Principais Dificuldades” teve o propósito de demonstrar os maiores problemas vivenciados pelos agricultores familiares e como é avaliado o papel do Estado em relação às políticas públicas voltadas para a agricultura.

Já no quesito “Associativismo” procuramos compreender os motivos que levaram à constituição das associações, como os agricultores pesquisados aderiram ao grupo, os benefícios que já alcançaram a partir da associação e as mudanças na comunidade. Também buscamos com este item, entender o funcionamento das associações quanto à alternância da diretoria e a decisões a serem tomadas. A última categoria “Indicadores de Capital Social” teve o intuito de medir os níveis de capital social entre os membros associados e na comunidade onde as associações encontram-se inseridas.

4.2.3. Entrevistas semiestruturadas

As entrevistas foram realizadas com os presidentes das associações em momento posterior à execução dos questionários, pois a análise de parte do que foi coletado é que apontou para questões específicas tratadas nas entrevistas, sendo que transcorreram à medida que os presidentes apresentarem disponibilidade.

Durante os questionários e entrevistas e ao se deslocar pelas comunidades pesquisadas, impressões foram registradas em caderno de notas e fotografias registradas para auxiliar na confecção da dissertação.

Por se tratar de entrevista semiestruturada, a atenção ao tempo destinado para a análise do conteúdo, análise exploratória inicial, identificação e tratamento de *outliers*⁹, codificação, tabulação e possível tratamento estatístico dos dados é fundamental.

4.2.4. Pesquisa documental

Para a realização desta fase contamos com material disponibilizado pela Secretaria de Agricultura do município de Brejetuba, INCAPER e STRs, além de dados do IBGE. As pesquisas foram aprofundadas para buscarmos apontamentos importantes que nos auxiliaram na elaboração do estudo.

⁹ A identificação de *outliers* consiste na detecção, com métodos subjetivos, das observações surpreendentes. A identificação é feita, geralmente, por análise gráfica ou, no caso de o número de dados ser pequeno, por observação direta dos mesmos. As observações que são assim identificadas têm fortes possibilidades de virem a ser designadas por *outliers*.

4.3 Instrumentos de Análise dos dados

O período destinado a este processo se estendeu em torno de cinco meses. Foi realizada uma análise inicial para maximizar o conhecimento sobre o comportamento interno dos dados, identificar variáveis mais relevantes e determinar a melhor forma de disposição dos dados.

Num primeiro momento realizamos a tabulação dos dados obtidos a partir da aplicação dos questionários e pesquisa documental, processo caracterizado por Guedes (2000) como aquele no qual o pesquisador identifica os dados e os agrupa por tipo de informação colhida. Posteriormente efetuamos a representação gráfica e a transcrição e análise das entrevistas realizadas a fim de fazer emergir os conteúdos mais relevantes.

CAPÍTULO V

EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVAS EM BREJETUBA

Nós entendemos que uma associação é muito importante para uma comunidade, porque quando há necessidade de reivindicações você tem mais possibilidade de consegui-las quando você tem um grupo. Uma associação formada tem mais força do que uma pessoa individualmente reivindicando (Fala do presidente K durante entrevista).

As associações apresentadas neste estudo consistem em organizações criadas com o objetivo de melhorar a renda das famílias associadas. Geralmente os agricultores são incentivados pelo poder público a formar uma associação na comunidade onde residem como meio de adquirir os equipamentos necessários para o beneficiamento da produção.

Durante a pesquisa de campo, identificamos que as associações de produtores familiares rurais em Brejetuba estão distribuídas em praticamente todas as suas comunidades rurais. As primeiras práticas associativas se deram a partir da iniciativa da Secretaria de Agricultura do município, com o intuito de desenvolver melhorias para as famílias produtoras do café, uma vez que este é o principal produto da economia local. Depois foram surgindo novas associações organizadas pelos próprios agricultores, à medida que visavam uma possibilidade de melhoria.

As associações contam com recursos advindos do Governo Estadual e Federal através da Secretaria de Agricultura do Estado do Espírito Santo e de emendas parlamentares, para adquirir os maquinários para o processamento da produção do café, como descascadores, secadores, tratores, máquinas de pilar, etc. Para os serviços de assistência técnica e para o licenciamento ambiental necessário para a implantação dos maquinários nas comunidades, contam com o apoio da Secretaria de Agricultura e do Instituto Capixaba de Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER).

A partir da modernização da agricultura brasileira, onde as propriedades tornaram-se mais produtivas e diminuíram seus custos de produção, a mecanização e o beneficiamento das safras tornou-se imperativo mesmo no caso da agricultura familiar, visto que ela acaba por se inserir no mesmo mercado do grande empreendimento agrícola. Contudo, a baixa disponibilidade de recursos e o pequeno volume de produção não viabilizam a obtenção ou a construção de equipamentos como secadores, descascadores, máquina de pilar, entre outros.

Sendo assim, a união em associações torna-se primordial, para que, uma vez adquiridos estes equipamentos de forma conjunta, os agricultores familiares possam beneficiar sua produção.

Entre as associações pesquisadas, três estão situadas em assentamentos, instituídos a partir da adesão ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) implantado pelo Governo Federal e desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), e que tem por objetivo oferecer condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento com baixos juros e em longo prazo. O recurso ainda é usado na criação da infraestrutura necessária para a produção e assistência técnica. Aqueles que se enquadram nos critérios do Crédito Fundiário devem criar e registrar uma associação, composta pelos beneficiários do Programa e por seus dependentes. O estatuto deve ser elaborado de forma que um dos objetivos da associação seja a compra de terras através do Programa e a definição sobre a divisão do imóvel após a conclusão dos pagamentos (MDA, 2015).

Nesse sentido, as associações nos assentamentos são quase compulsórias, pois são instituições necessariamente formadas para receber os créditos e serviços oferecidos pelo poder público aos assentados. Assim, todos os membros se associam para receberem os recursos destinados aos assentamentos. Portanto, a filiação a estas associações não pode ser atribuída à vontade de cooperar, atuar coletivamente ou mesmo resultar de relações interpessoais de confiança.

As demais associações do município, em parte se diferenciam das associações criadas para aquisição do PNCF, pois as mesmas foram criadas por agricultores que já possuem terras. Contudo a finalidade parece ser a mesma: receber benefícios, sobretudo do Estado. Dessa forma podemos observar que o Estado atua como um indutor do associativismo no município de Brejetuba.

Oliveira e Hespanhol (2011) salientam que ao analisar as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, constata-se que ao invés da estruturação de uma organização gestada na base e centrada nos pressupostos da participação como garantia de autonomia ao grupo social que a engendra, tem-se justamente o inverso, na medida em que o Estado tem elaborado programas e políticas públicas que vinculam a concessão de créditos e recursos à participação em organizações coletivas como associações e cooperativas. Tal cenário, na visão dos autores,

coloca as práticas associativas desenvolvidas no Brasil numa situação contraditória, tendo em vista que o aparelho estatal atua na perspectiva de controlar as ações dos grupos sociais.

Contudo, o fomento do associativismo, conforme Jales (2011) constitui uma das principais estratégias para que ocorra o desenvolvimento local em uma dada comunidade, cuja problemática está em captar as contradições e organizar as pessoas em torno de interesses comuns, atendendo às suas necessidades coletivas e até mesmo individuais.

5.1. Caracterização dos agricultores associados

Quando traçamos um perfil dos associados pesquisados percebemos que embora existam diferenciações quanto à força de trabalho e fonte de renda, existe para a maioria dos critérios estudados certa homogeneidade. Em relação ao estado civil, 83% dos associados vivem em união estável, 4% são solteiros, 4% viúvos e 8% são separados ou divorciados.

A maior parte dos associados (93%) são proprietários e trabalham em suas terras, enquanto que apenas 4% são comodatários e 3% trabalham como parceiros. Apesar de, em muitos casos, ficar evidenciado a diferença entre proprietários e parceiros no que se refere à renda, esse fato não influi sobre a condição material de forma geral entre os pesquisados. E também quando falamos na forma de cada qual se apropriar da associação da qual faz parte, essas diferenças sociais pouco interferem, o que revela que mesmo com as particularidades de cada comunidade onde as associações foram implantadas, os resultados tendem a ser muito parecidos.

Tendo suas atividades majoritariamente consideradas sem necessidade de escolarização, as zonas rurais em todo país deixaram de receber investimentos na educação de forma adequada por décadas (ALMEIDA, 2014). Assim, constatamos a partir da pesquisa, que 65% dos associados nem sequer concluíram o ensino fundamental, sendo que 12% não foram alfabetizados, fato muito comum entre os agricultores brasileiros, mas que não lhes impede de demonstrar uma grande bagagem de conhecimentos e informações técnicas adquiridos em anos de experiência (Gráfico 1).

Muito embora as associações pesquisadas apresentem grande predominância de agricultores familiares¹⁰, em três delas foram encontrados agricultores que não se caracterizam como tal, mas são, na verdade agricultores patronais, ou seja, possuem propriedades de tamanho maior e empregam majoritariamente mão de obra assalariada

¹⁰ Para fins deste trabalho, consideramos agricultor familiar o que está prescrito na Lei 11.326 de 24 de julho de 2006.

(permanente ou temporária). Esse fato demonstra que os benefícios de se fazer parte de uma associação rural, transcende a categoria de agricultor familiar.

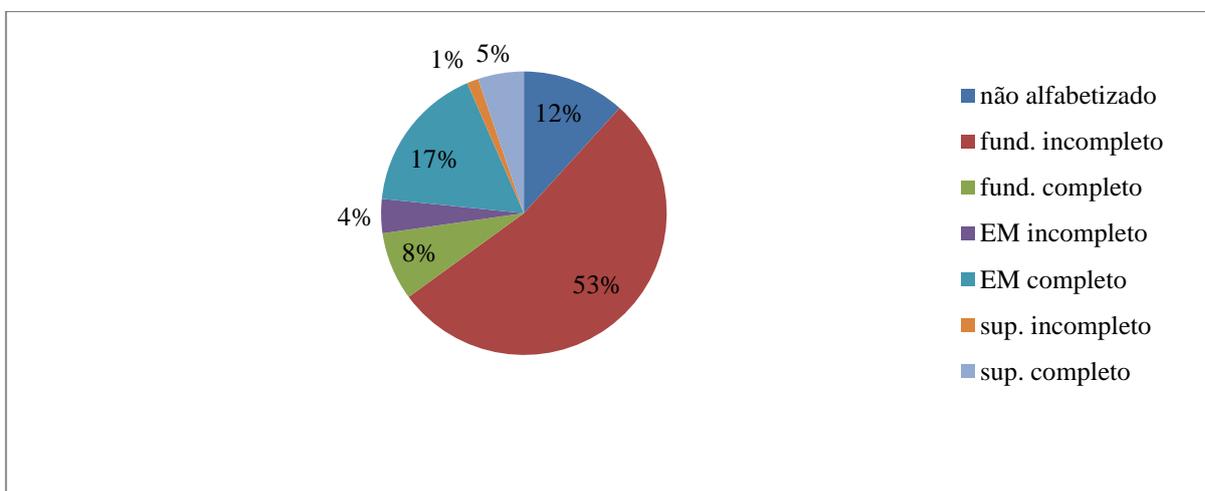


Gráfico 1: Grau de escolarização dos associados.

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quando indagados sobre a renda familiar, 60% dos entrevistados afirmaram que vivem apenas com recursos financeiros gerados na propriedade, enquanto 40% afirmaram o acréscimo de outras fontes de renda, provenientes de aposentadorias, pensões, locação de imóveis urbanos, emprego de algum membro familiar, linhas de transporte escolar e até mesmo recursos provenientes de mão de obra empregada em outras propriedades.

A pluriatividade na agricultura familiar é uma realidade já bem caracterizada, Schneider (2003) chama a atenção para a emergência e a expansão das unidades familiares pluriativas, visto que é cada vez mais frequente uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural se dedicar a atividades não agrícolas, praticadas dentro ou fora das propriedades. Ainda sobre o tema Schneider et al (2014) destacam que a pluriatividade no meio rural brasileiro pode ser composta por atividades realizadas no interior do próprio setor agropecuário e resultantes do processo de modernização da agricultura, ou ainda por atividades agrícolas e não agrícolas, que são esporádicas, intermitentes e temporárias, sem jornada de trabalho formal pré-estabelecida.

Para Alentejano (2001) a diversificação das formas de organização na agricultura, com multiplicação de estratégias complementares de reprodução dos agricultores, que envolve, inclusive, o recurso a outras atividades, seja o assalariamento urbano, seja a transformação industrial ou artesanal da produção agrícola, seja o desenvolvimento de atividades terciárias (serviços e lazer) na propriedade rural, muitas vezes representam o único caminho para

assegurar a reprodução da unidade familiar agrícola, quer porque a renda dita complementar é essencial, quer porque a especialização na atividade agrícola não aparece como opção desejável para os descendentes.

5.2. Dificuldades dos agricultores associados e opiniões sobre o apoio estatal

Em relação aos desafios vivenciados pelos agricultores familiares pesquisados, se sobressai a dificuldade para adquirir insumos a custos menores, pois na maioria das vezes, precisam recorrer a intermediários¹¹ que praticam preços mais altos (Gráfico 2), além disso, geralmente a produção é também vendida à intermediários que, na maioria das vezes, lhes pagam menos do que a cotação, apontando a precariedade do sistema de comercialização.

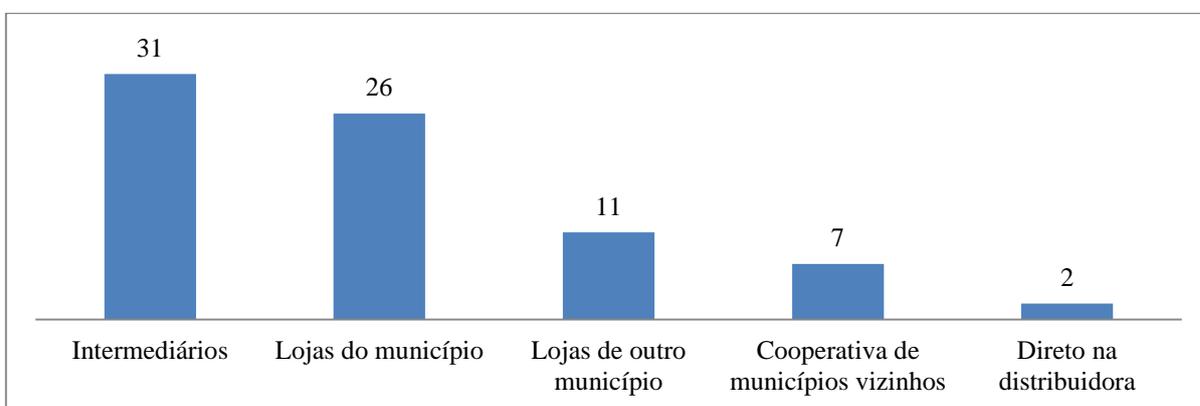


Gráfico 2: Onde adquirem os insumos utilizados na propriedade.

Fonte: Resultados da pesquisa.

Muitos agricultores não têm condições de ter acesso e interpretar informações complexas sobre uma extensa rede de comercialização que muitas vezes extrapola os limites nacionais. Dessa forma, realizam individualmente a venda de sua produção e a compra dos insumos utilizados nas lavouras, e não de forma coletiva entre os associados, mesmo tendo as possibilidades de fazê-las.

Esta situação se revela na pesquisa, onde apuramos que entre os pesquisados, um total de 66% respondeu que compram os insumos individualmente, e apenas 34% afirmaram fazer em conjunto. Do mesmo modo, no que se refere à venda da produção, 94% a fazem individualmente, e apenas 6% comercializam sua produção em conjunto. Porém, na maioria das vezes, esses procedimentos em conjunto não se realizam entre os associados, mas sim

¹¹ O termo intermediário refere-se ao que também se chama popularmente no Espírito Santo de atravessador, ou seja, indivíduo ou instituição que medeia a relação entre o produtor de matérias-primas e os grandes compradores.

entre a família, irmãos, amigos ou ainda porque alguns associados são também membros de cooperativas de municípios vizinhos, e realizam a compra por meio delas.

Outros fatores limitantes apontados pelos sócios (Gráfico 3) se referem ao acesso aos financiamentos agrícolas, pela exigência na comprovação da titularidade da terra, o acesso aos órgãos públicos de assistência rural, como a Secretaria de Agricultura do município e o INCAPER e com maior ênfase, destacam os problemas relacionados aos custos de produção, mais especificamente a mão de obra, em virtude de esta se encontrar, na visão dos pesquisados, de alto custo e escassa, pois apesar de a maioria dos agricultores explorar uma porção pequena de terra, 56% dos associados entrevistados utilizam mão de obra temporária de fora da família durante o processo de produção, sobretudo na colheita do café que se estende entre os meses de abril a setembro, onde o trabalho na lavoura torna-se mais intenso.

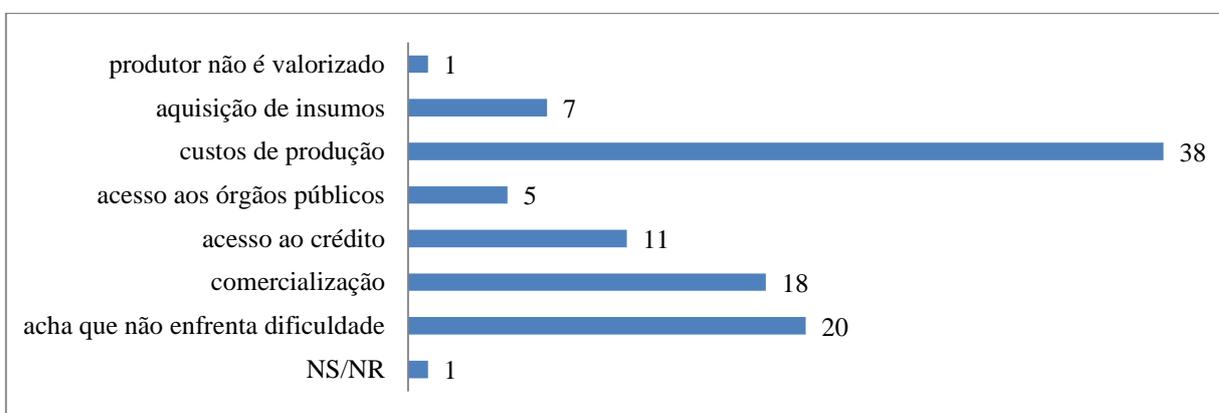


Gráfico 3: Número de respostas apontadas pelos pesquisados como dificuldades que enfrentam na condição de agricultor familiar.

Fonte: Resultados da pesquisa.

A respeito do trabalho temporário, Graziano da Silva (2010) demonstra que este não é ocasional nas propriedades agrícolas brasileiras, como seria no caso de um evento fortuito. Ao contrário, esse tipo de contratação temporária ocorre, sobretudo na época de colheita e das capinas nas propriedades agrícolas e limpeza de pastos nas de pecuária, e se repetem regularmente ano após ano, não podendo, portanto, ser consideradas eventuais, senão parte integrante das atividades cotidianas da propriedade.

A diminuição das famílias nos últimos dos anos também contribui para a escassez de mão de obra no meio rural. Para Buainain e Dedecca (2010), as famílias agrícolas contemporâneas vêm assumindo uma nova dinâmica demográfica, marcada pela redução de seu tamanho e a saída mais precoce dos jovens em busca de oportunidades nos centros urbanos, o que implica na introdução de técnicas poupadoras de trabalho para a viabilidade da unidade produtiva.

Outro fator apontado por Buainain e Dedecca (2010), se refere ao acesso a programas sociais que possibilitou a elevação do custo de oportunidade do trabalho no meio rural, onde os agricultores beneficiários já não precisam tanto do trabalho temporário e tampouco querem trabalhar por qualquer diária, o que tem levado muitos a interpretar que tais programas estariam estimulando a preguiça rural, quando na verdade, estão desencadeando um ciclo virtuoso de elevação do custo do trabalho.

Por outro lado, essa elevação do custo de trabalho no meio rural também criou dificuldades para aqueles segmentos da própria agricultura familiar que dependem da participação de assalariados, permanentes e principalmente temporários. Buainain e Dedecca (2010) exemplificam os casos da produção cafeeira no Paraná, Espírito Santo e Minas Gerais, onde os produtores familiares estão reduzindo seus cafezais devido ao custo elevado da mão de obra temporária, incompatível com os preços vigentes nos últimos anos.

Muito embora tenham sido listados pelos pesquisados alguns problemas relacionados às limitações que consideram enfrentar na condição de agricultores familiares, um dado que nos gerou surpresa durante a pesquisa foi o fato de um número bastante significativo (20 associados) terem apontado que não tem problemas, demonstrando assim uma naturalização das dificuldades estruturais vivenciadas na agricultura familiar.

Apesar de os agricultores pesquisados buscarem alternativas para as dificuldades apresentadas dentro de suas próprias forças, o apoio estatal apresenta-se como o mais desejado por eles. Nas avaliações quanto o papel desempenhado pelo Estado 4% dos agricultores atribuem grau ótimo e 35% grau bom a este desempenho e conseguem perceber a inserção da agricultura familiar nas políticas agrícolas. Ainda neste quesito, 39% dos agricultores consideram regular, 9% ruim, 8% péssimo e 5% não opinaram sobre o assunto. Esses dados revelam que a maioria dos agricultores pesquisados considera ao menos a ajuda estatal razoável, como também demonstram as entrevistas:

Eu avalio que o Estado tem dado sua partida, nós às vezes, prefeitura e nós comunidade que não demos a nossa contrapartida, muitas vezes desacreditamos de muitas coisas (Fala do presidente A durante entrevista).

Graças a Deus conseguiu esse trator, tem que agradecer o Estado lá, o deputado, né, que nós conseguimos esse trator agrícola, mas nós temos que correr muito atrás mesmo, porque, veja bem, se nós deixar só na mão dos políticos, demora chegar demais, as coisas e demora desenvolver (Fala do presidente B entrevistado).

Se for comparar aí, há uns anos atrás aí, a gente vê que hoje os municípios se desenvolveu muito, até mesmo assim, as associações. Você vê que quase

todas as associações tem muitos equipamentos, entendeu, o estado dá uma força muito grande, o governo federal ajuda bastante. Às vezes, alguma coisa fica garrada dentro do próprio município mesmo por desinteresse, falta de interesse, ou talvez até da própria associação (Fala do presidente C durante entrevista).

Outro aspecto destacado nas entrevistas se relaciona com a valorização do agricultor familiar e de sua produção, como meio de favorecer a sua permanência no campo, pois, para Alves et al (2011), está cada vez mais difícil absorver esta mão de obra nos centros urbanos.

Teria que ter mais atenção para o povo agricultor, entendeu, valorizar mais o agricultor, para poderem mesmo ficar aqui na roça, ficar, porque senão ficar, aí acaba complicando, acaba enchendo a cidade lá, e aí como é que fica (Fala do presidente G durante entrevista).

Algumas entrevistas deram ênfase a respeito do incentivo às associações advindo do poder municipal, e revelaram que nem sempre são devidamente apoiadas por parte do município:

De todos os governos que passaram por Brejetuba, nenhum deles deu uma devida atenção nessa parte [associativismo] (Fala do presidente K entrevistado).

Muitas vezes, o município ele pega essa, como se fosse ele que conseguiu, né, porque muitos parlamentares eles através do presidente de uma determinada associação ou de uma determinada cooperativa, ele busca diretamente um parlamentar, e o parlamentar vai designar uma emenda dele para aquela associação, mas aí o que acontece, o benefício vem para a prefeitura, e a prefeitura leva para a associação e faz todo aquele aparato político e tal, aí acaba dizendo que o município está incentivando essa associação (Fala do presidente K entrevistado).

5.3. Utilização de tecnologia, acesso a financiamentos e assistência técnica

Com as constantes transformações no meio rural brasileiro, o uso de máquinas, equipamentos e insumos nas propriedades se tornou cada vez mais constante, pois a produtividade da terra e da mão de obra teve que ser ampliada para que a propriedade alcançasse viabilidade econômica.

No caso dos agricultores associados de Brejetuba podemos observar, a partir dos dados da pesquisa de campo que os mesmos estão “modernizando” suas técnicas de produção, pois 92% asseguraram utilizar máquinas de pequeno porte em suas propriedades, como roçadeiras, derriçadeiras, motosserra, muitas delas financiadas pelo PRONAF, além de buscarem nas associações os maquinários que não possuem, como descascadores, secadores,

máquinas de pilar, dentre outros. Já a parcela de agricultores que não fazem uso de maquinários é de apenas 8%.

Em relação à tecnologia de descascamento de café, é uma inovação que permite aos cafés naturais obterem procedimento alternativo de preparo pós-colheita com vantagens relevantes como a melhoria do tipo, bebida, aroma, enfim, uma melhora da qualidade total do produto. Porém, é um procedimento que causa grande impacto ambiental, pois necessita de água corrente para o preparo dos cafés descascados, que por sua vez, gera grande volume de resíduos sólidos e líquidos ricos em material orgânico e inorgânico, que, se dispostos no meio ambiente sem tratamento, podem causar grandes problemas ambientais como degradação ou destruição da flora e da fauna, além de comprometer a qualidade da água e do solo. Além disso, a instalação do descascador pode ocasionar o desvio de corpos hídricos, causando ainda mais impactos ao meio ambiente (MATOS Apud LOPES, 2011).

Nesse contexto, algumas entrevistas apontam para o fato de que um descascador por agricultor traria maior prejuízo ao meio ambiente do que a utilização de apenas um descascador comunitário via associação, o que causaria menor impacto ao meio ambiente:

São mais prejuízos para o meio ambiente. Quando é da associação, vamos supor, atende 15/20 famílias, né, um despulpador igual o nosso aí que atende 20/30 famílias, é bem mais fácil do que um despulpador para cada um (Fala do presidente I entrevistado).

A análise dos dados nos permite afirmar que a utilização de insumos, sobretudo químicos, é uma prática generalizada entre os associados pesquisados, como podemos observar no Gráfico 4. Nessa perspectiva, Sabourin (2007) destaca que para a agricultura familiar obter rendimentos equivalentes aos da agricultura patronal, o uso de adubos e pesticidas se tornou imperativo, possibilitando à agricultura familiar ter uma produtividade bem maior do que a agricultura patronal por hectare cultivado.

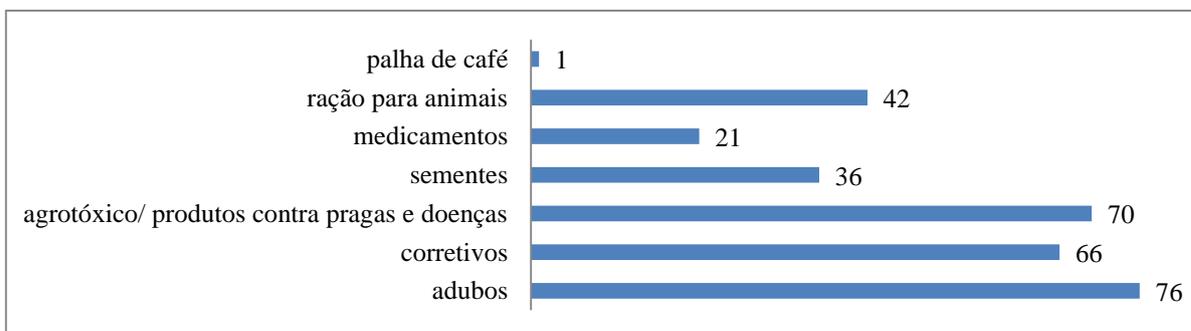


Gráfico 4: Insumos utilizados nas propriedades agrícolas pelos associados.

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quando analisamos a utilização de recursos financeiros externos, constatamos que 75% dos agricultores pesquisados já realizaram financiamentos agrícolas, principalmente para investimentos na produção. O acesso a este instrumento de política agrícola permite aos agricultores familiares ampliar a incorporação de algumas tecnologias até então inacessíveis. Como demonstrado no Gráfico 5, o PRONAF aparece em destaque, como a linha de crédito agrícola mais acessada pela grande maioria dos entrevistados. Alguns agricultores não especificaram a linha de crédito que acessaram, apenas informaram a instituição financeira Banco do Brasil, contudo, estima-se que também se trata de uma linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

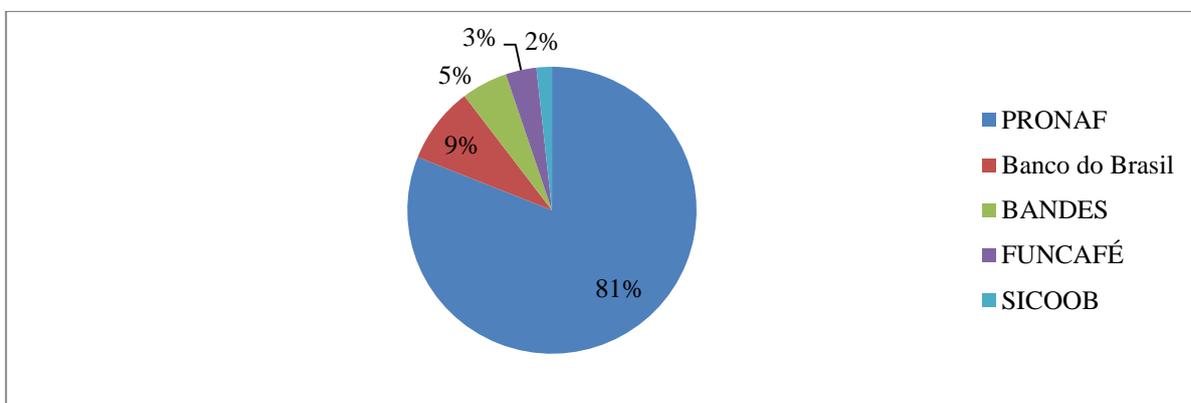


Gráfico 5: Distribuição dos agricultores tomadores de financiamento por fonte dos recursos.
Fonte: Resultados da pesquisa.

No tocante ao PRONAF, principal política agrícola voltada para a agricultura familiar, Mattei et al. (2007) apontam que este programa contemplou uma parcela da população rural que até a sua implementação permanecia à margem das políticas agrícolas. Sendo assim, transformou-se em uma alternativa concreta para os agricultores familiares de todo o país, tendo em vista sua enorme expansão verificada nos últimos anos, principalmente por estar presente na grande maioria dos municípios brasileiros.

Embora com todas as limitações em sua operacionalização (SOUZA, BARBÉ, 2014), observamos durante a pesquisa de campo que o crédito rural direcionado ao agricultor familiar representa um grande avanço para a reprodução desse sujeito social, possibilitando maiores investimentos em sua propriedade com o melhoramento de sua produção através do plantio e renovação de suas lavouras, da compra de equipamentos e insumos e com a construção de infraestrutura para armazenagem da produção (Gráfico 6).

Isso pode ser confirmado ao analisarmos a visão dos associados quanto à importância dos financiamentos agrícolas para o desempenho de suas propriedades rurais, pois 60% dos

produtores atribui essa importância ao grau muito grande ou grande, enquanto 38% afirmaram ser razoável devido ao pequeno montante retirado e apenas 2% apontou que essa importância foi pequena. Fato que demonstra que muitos investimentos poderiam deixar de ser realizados, caso não tomassem este tipo de financiamento.

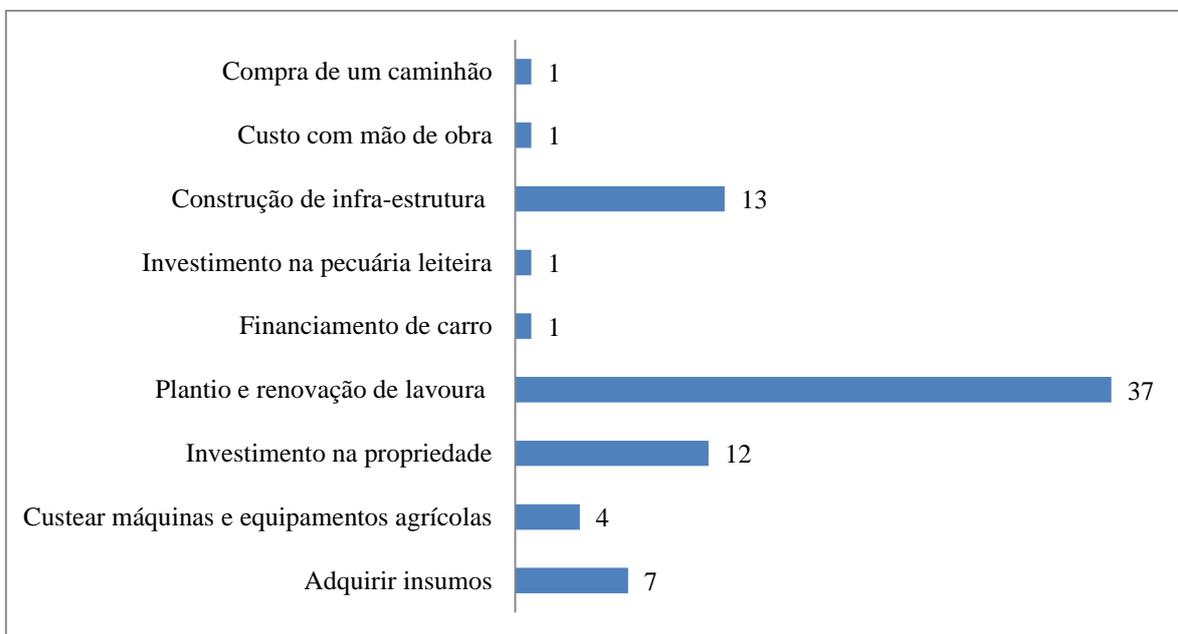


Gráfico 6: Motivos dos financiamentos tomados pelos pesquisados.

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quando questionados sobre como se deu o acesso aos financiamentos, 86% dos associados responderam que não encontraram dificuldades para cumprir com as exigências. Já 14% dos pesquisados encontraram dificuldades para conseguir realizar os financiamentos.

O total que representa os agricultores que ainda não realizaram nenhum tipo de financiamento agrícola é de 25%. Entre os motivos que explicam esta razão, os entrevistados apontam o medo de ficar inadimplentes, a falta de documentação do terreno, a burocracia para conseguir o capital, e outros afirmaram que ainda não precisaram.

Em relação à assistência técnica pública, verificamos que 48% já receberam algum tipo de visita por parte de órgãos ou autarquia estatal, enquanto 52% nunca receberam nenhum tipo de visita desta natureza. Segundo os pesquisados, esse apoio só chega aos produtores que o buscam diretamente, raramente chega até suas propriedades de forma espontânea, o que para Guanzirolli (2007) é mais um fator limitante para a viabilidade da produção rural familiar. O total de 73% de produtores que realizam a análise de solo, por exemplo, coletam o material a ser analisado por conta própria e levam até a entidade que realiza o procedimento.

5.4. Comercialização da produção

O município de Brejetuba, como já citado anteriormente, tem no café arábica a base de sua economia. Os agricultores familiares juntamente com os parceiros¹² são os responsáveis por grande parte da mão de obra do cultivo desse produto, fato que nos permite admitir a importância do segmento familiar para o desenvolvimento do município.

O café é cultivado por praticamente todos os agricultores pesquisados (98%), sendo na maior parte das vezes a única renda das famílias produtoras, em virtude de ser uma cultura não perecível a curto prazo, que apresenta mercado garantido e com menor risco de perda de produção. Em alguns casos, outros produtos como mudas de café, banana, cana de açúcar, feijão, carvão, o leite e o eucalipto completam o orçamento de algumas famílias, sendo estes dois últimos a produção principal dos 2% dos entrevistados restantes.

Outro aspecto que confirma a supremacia da cafeicultura para a renda dos agricultores refere-se ao fato de que apenas 16% têm outra fonte de receita agrícola. Por outro lado observamos que a maioria (96%) afirmou ser autossuficiente na produção de determinados alimentos, como milho, feijão, carne suína, aves, ovos, hortaliças, frutas, mandioca, inhame e batata-doce. Isso se confirma ao observamos o Gráfico 7:

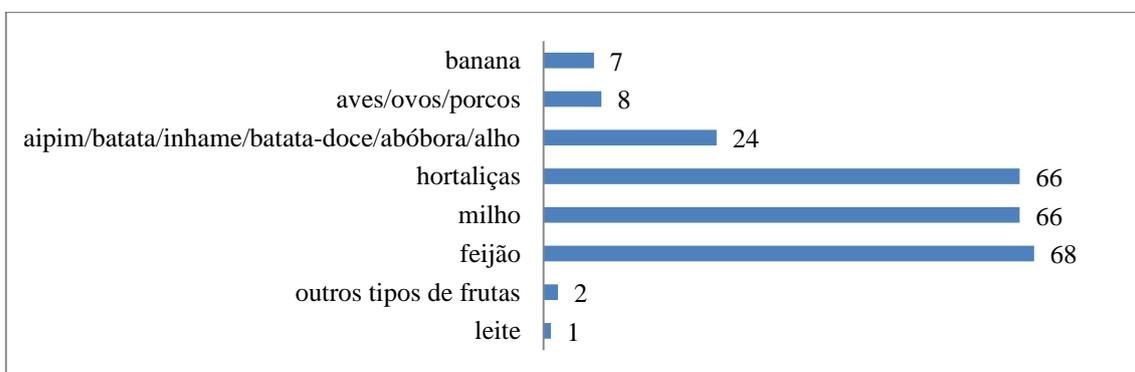


Gráfico 7: Quantitativo de agricultores que afirmaram produzir determinados alimentos para o próprio consumo.

Fonte: Resultados da pesquisa.

¹² Sistema de parceria (daí o termo parceiro) é uma relação de trabalho que ocorre na agricultura ou pecuária, muito encontrada no Espírito Santo, na qual o proprietário de terra e o trabalhador dividem a produção com base no montante investido pelo proprietário e nos serviços prestados pelo trabalhador, mediante um contrato pré-estabelecido, podendo ser à meia, em que o trabalhador geralmente é chamado de meeiro, à terça, à quarta etc. Na realidade, o trabalhador é um parceiro, indivíduo que paga o aluguel da terra com parte da colheita, de acordo com os serviços realizados.

O café para ser comercializado passa por diferentes tipos de processamento, desde o descascamento, onde acontece uma separação dos grãos verdes e pretos dos cerejas e conseqüentemente essa separação melhora substancialmente a qualidade do produto, secagem em estufa ou terreiro aberto, até o seu beneficiamento na máquina de pilar, onde é retirada sua casca que já se encontra seca, só deixando o grão de fato. Entre os pesquisados estes são os procedimentos mais realizados. Apenas uma minoria de produtores realiza todo o processo de beneficiamento chegando ao pó de café embalado, agregando assim, maior valor à sua produção, como demonstrado na Tabela 2:

Tabela 2 – Beneficiamento do café entre os produtores pesquisados.

Processos de Beneficiamento	Total de pesquisados
Pila	76
Descasca	56
Torra	2
Dessimétrica	1

Fonte: Resultados da Pesquisa.

A comercialização do café, principal produto dos pesquisados acontece de forma individual, sendo que praticamente todos os associados pesquisados comercializam para um comprador do município que depois repassa para o mercado, ou seja, vendem apenas o grão descascado, sem realizar o beneficiamento de torra. Apenas um quantitativo muito pequeno dos associados chega a comercializar o produto para o varejo e consumidor final, uma vez que cumprem todo o processo de beneficiamento do café, chegando ao pó de café embalado, que por sua vez representa maior agregação de valor à produção, como podemos observar na Tabela 3:

Tabela 3 – Para quem os associados comercializam o café.

Compradores	
Comprador direto	75
Comprador direto e consumidor	1
Comprador direto e varejo	1
Total	77

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Com vistas à melhoria da qualidade do café, nos últimos anos, o escritório do INCAPER em Brejetuba em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura vem desenvolvendo algumas ações a fim de proporcionar aos agricultores do município melhoria na renda e na qualidade de vida. Entre as ações desenvolvidas por esses órgãos, destacam-se visitas técnicas às propriedades, sala de degustação atuante, e a realização de um concurso anual para eleger o melhor café do município.

5.5. A constituição das associações de produtores familiares e seus impactos sobre as comunidades locais

Na concepção de Pinheiro (2001) as associações, uma vez constituídas tornam-se capazes de diferenciar os produtores que buscam se organizar e, com isso, introduzem novas mudanças nas formas de participação política desses produtores, estimulando novos padrões de relacionamento com os movimentos sociais e com a administração municipal.

Muito embora no Brasil as associações fomentem uma maior participação política, nas associações pesquisadas em Brejetuba não encontramos tal realidade, pois conforme verificamos nas respostas dos entrevistados e nas falas de alguns presidentes destas entidades, elas foram primordialmente organizadas com o objetivo de suprir algumas necessidades dos agricultores, entre elas, a aquisição em conjunto de máquinas e equipamentos para o beneficiamento do café, sendo possível adquirir melhores preços na comercialização do grão:

Devido às dificuldades que a gente tinha, né, de trabalhar em termos de despolar café, de pilar café, de secar café, então a gente teve uma opinião com o povo do lugar e ajuda com várias pessoas do nosso município. Então aí chegamos né, que ia resolver o nosso problema se nós formasse a associação (Fala do presidente E durante entrevista).

As associações de Brejetuba atuam de forma limitada, pois os agricultores projetam na filiação a estas entidades a possibilidade de obter alguns benefícios, como a utilização de implementos agrícolas a preços mais acessíveis. Dessa forma, as associações funcionam como instrumentos concessores de vantagens sendo ainda um espaço de participação que possibilita a construção de estratégias visando a alcançar melhores condições de produção e comercialização:

Melhoria do café, hoje tem trator que ajuda o pessoal, secador que ajuda as pessoas, então são várias coisas que ajuda. Teve um grande avanço nas famílias, teve uma grande melhoria (Fala do presidente I durante entrevista).

Estas organizações são fruto de um agrupamento entre os próprios membros das comunidades, sendo que na maioria dos casos este agrupamento acontece a partir da iniciativa de um líder local, como demonstrado no Gráfico 8:

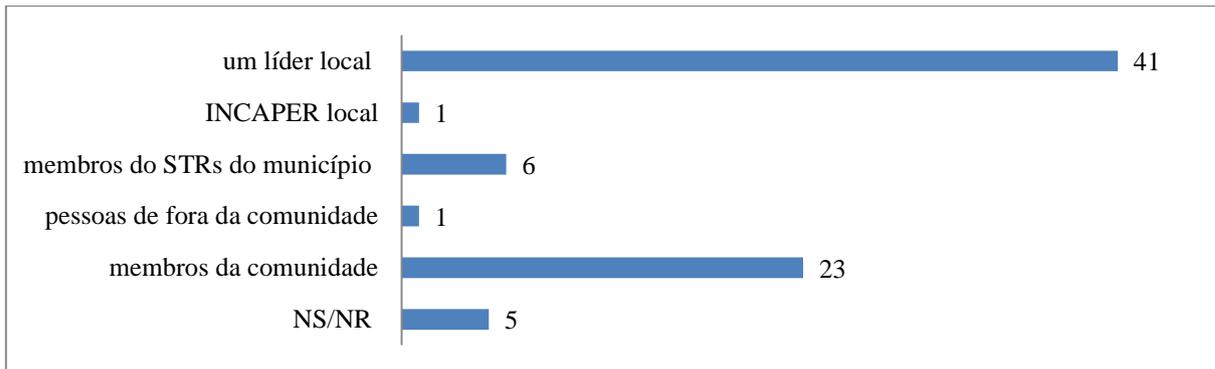


Gráfico 8: Quem originalmente fundou a Associação.

Fonte: Resultados da pesquisa.

Com a constituição das associações pelos sócios fundadores, com o tempo outros agricultores foram se integrando ao grupo, sobretudo por meio da convivência na própria comunidade, entre amigos, parentes e vizinhos, como pode ser analisado no Gráfico 9:

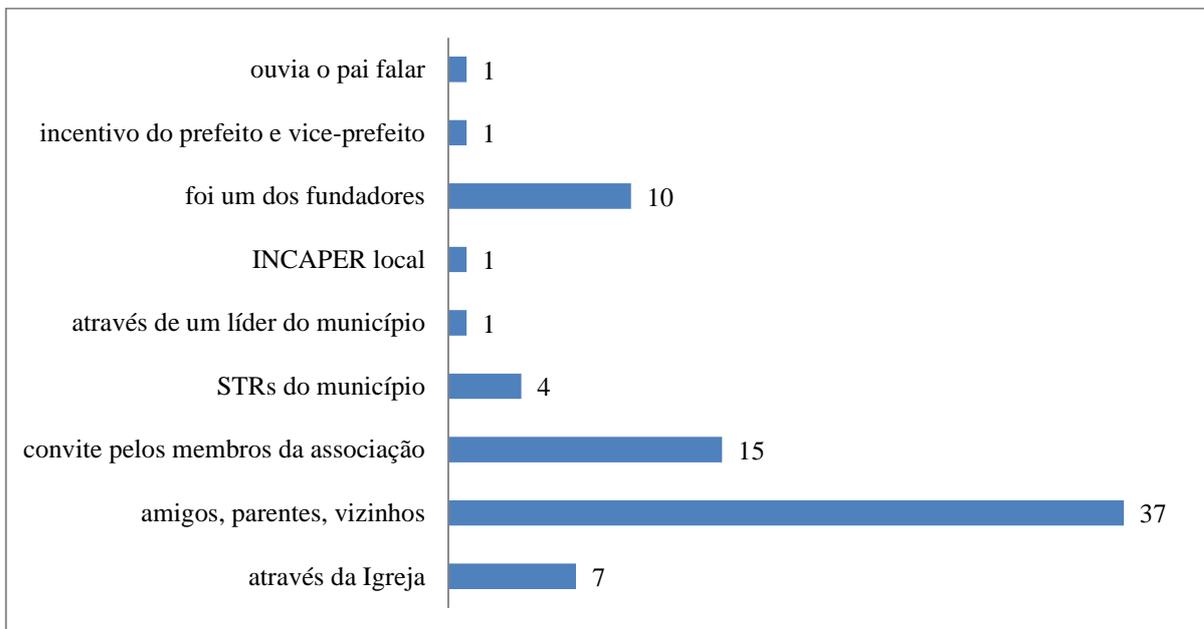


Gráfico 9: Como conheceu a associação da qual faz parte.

Fonte: Resultados da pesquisa.

Além dos convites, os fatores que fizeram com que os agricultores aderissem à associação, se concentram na utilização dos equipamentos em conjunto para o beneficiamento da produção, com custos mais baratos, melhorando a qualidade do café e comercializando-o com preços maiores, podendo assim, acrescer a renda de suas famílias e adquirir melhorias para suas propriedades, como destacado nas entrevistas:

Hoje a associação ela tem alguns equipamentos que atende aos produtores, como despolpador, secador, nós temos trator agrícola, então temos algumas coisas já que isso ajudou bastante os produtores (Fala do presidente H durante entrevista).

Depois que a associação formou e o grupo se uniu, a gente já conseguiu um trator (Fala do presidente K durante entrevista).

Primeira coisa que a gente ganhou foi o descascador de café. Conseguimos ganhar um secador, depois conseguimos ganhar a máquina também, e aí foi mudando, né o nosso jeito de trabalhar na associação (Fala do presidente E durante entrevista).

Estas organizações têm sido criadas nos últimos anos, buscando respostas locais para os problemas cotidianos, muitas vezes provocados por uma conjuntura histórico econômica que atinge os produtores. No caso de Brejetuba, grande parte dos associados almeja ter um acréscimo em sua renda a partir do melhoramento da produção com custos mais baixos, fato comprovado nas entrevistas:

A partir do momento que a gente trouxe a associação pra cá e que as pessoas começou a fazer melhor qualidade do seu produto, também os meios de vida melhoraram, entendeu. Então, hoje muitos produtores cresceu, aí, a sua produção devido ao conhecimento e buscando aí junto a associação pra fazer o melhor de seu produto e também adquirir um custo melhor (Fala do presidente H durante entrevista).

O interesse em ser sócio para conseguir adquirir o próprio pedaço de terra, como demonstrado no Gráfico 10, se explica em virtude das associações que foram constituídas com o propósito de acessarem o crédito fundiário. Nesse sentido, Wanderley (2001) aponta para o fato de que uma das dimensões mais importantes das lutas dos agricultores familiares brasileiros está centrada no esforço para constituir um pedaço de terra, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores. Fato também confirmado durante a pesquisa de campo:

Tem muitos aí que trabalhavam de colono, e hoje tem 10 anos de existência que taí, na sua própria casinha. Tem aí gente na sua própria propriedade

colhendo 100 sacas de café, aqui dentro da propriedade do assentamento (Fala do presidente G durante entrevista).

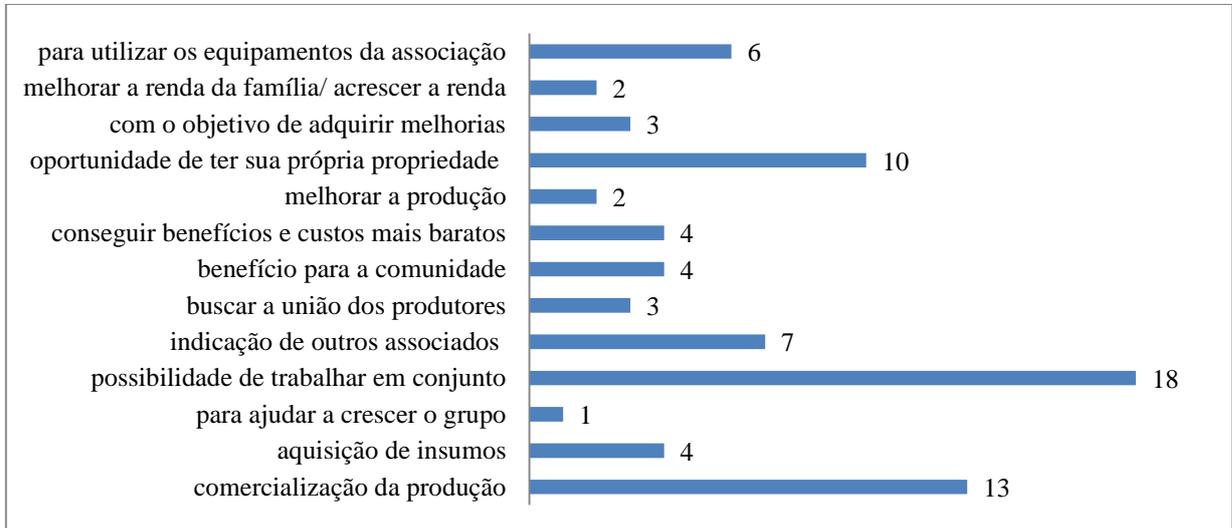


Gráfico 10: Principal motivo de adesão à associação.

Fonte: Resultados da pesquisa.

Embora observamos nas associações pesquisadas que o principal motivo para aderir à associação consiste na busca por benefícios, Jales (2011) acentua que tornar-se membro de uma associação vai para além disso, associar-se significa estar junto para construir uma nova realidade e não simplesmente para conseguir benefícios de projetos governamentais. Na visão da autora, superar essa etapa na construção da relação de reciprocidade nas associações é um dos grandes desafios para consolidar esses espaços coletivos propositivos de mudança social.

A associação de produtores representa a possibilidade de acesso a algumas tecnologias. Como a maioria deles não contam com muitos recursos, utilizam as máquinas e implementos de maior porte, como secadores, descascadores, máquinas de pilar, tratores agrícolas das associações, bem como galpões para armazenamentos da produção, tendo em vista as grandes dificuldades em adquirir estes itens individualmente. Nesse caso, a associação representa uma saída para estes produtores, pois o empréstimo dos implementos se torna uma alternativa interessante para todos:

Não gasta comprar maquinário caro sozinho, entra todo mundo em grupo e todo mundo sai ganhando (Fala do presidente F durante entrevista).

Nós conseguimos um trator completo e um galpão. A questão dos equipamentos conquistados ajuda muito ali na região (Fala do presidente J durante entrevista).

Além da utilização coletiva dos maquinários e galpões, outros benefícios também foram alcançados pelos associados, como o acesso a programas governamentais, como o PRONAF e o PNCF:

Temos o direito ao PRONAF, temos um bom recurso, assim, sobre o prazo para pagar (Fala do presidente G durante entrevista).

A maior parte destes benefícios está totalmente relacionada com a melhoria na renda das famílias, como demonstrado no Gráfico 11. No entanto um quantitativo de seis pesquisados afirmou ainda não terem nenhum benefício.

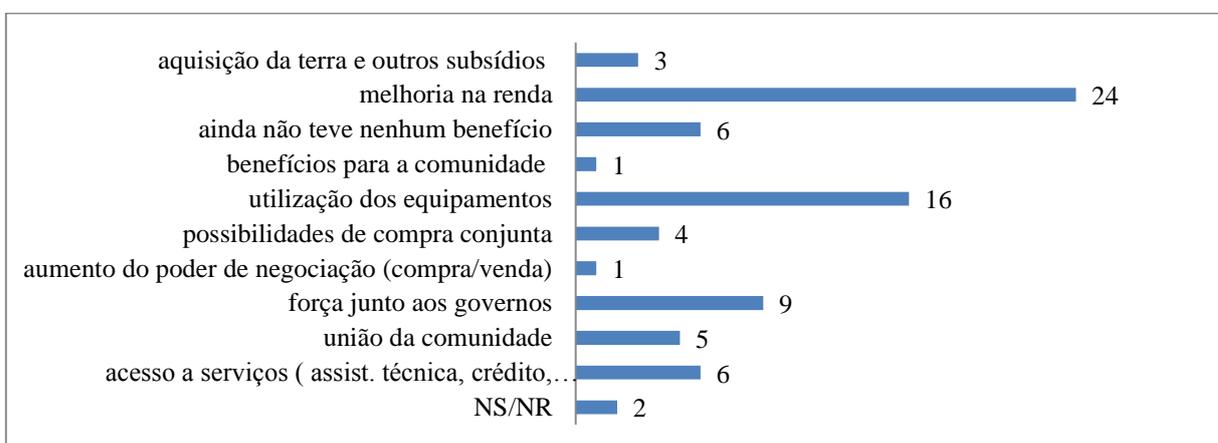


Gráfico 11: Benefícios alcançados pelos agricultores através da associação.

Fonte: Resultados da pesquisa.

Estes benefícios gerados pelas associações são desfrutados de forma similar entre os associados, como apontado por 75% dos entrevistados, principalmente no tocante à utilização dos equipamentos e maquinários. Contudo, essa consciência coletiva de que a associação pode ser um caminho viável para transpor as dificuldades existentes no meio rural, principalmente quando se leva em conta que a agricultura familiar sempre esteve presente nos espaços marginais de participação, não está presente em todos os agricultores, conforme podemos observar no Gráfico 12.

O sentimento de achar que não serão beneficiados e a falta de entendimento de como funciona uma associação se destacam entre as respostas dos pesquisados, seguido da falta de interesse de constituir o quadro de associados. O quesito falta de oportunidade se refere às três associações dos assentamentos que possuem uma limitação para o número de famílias

beneficiárias do PNCF, pois nestas associações, só é permitida a substituição de famílias que pretendem desmembrar-se do programa por outras que desejam fazer parte dele.

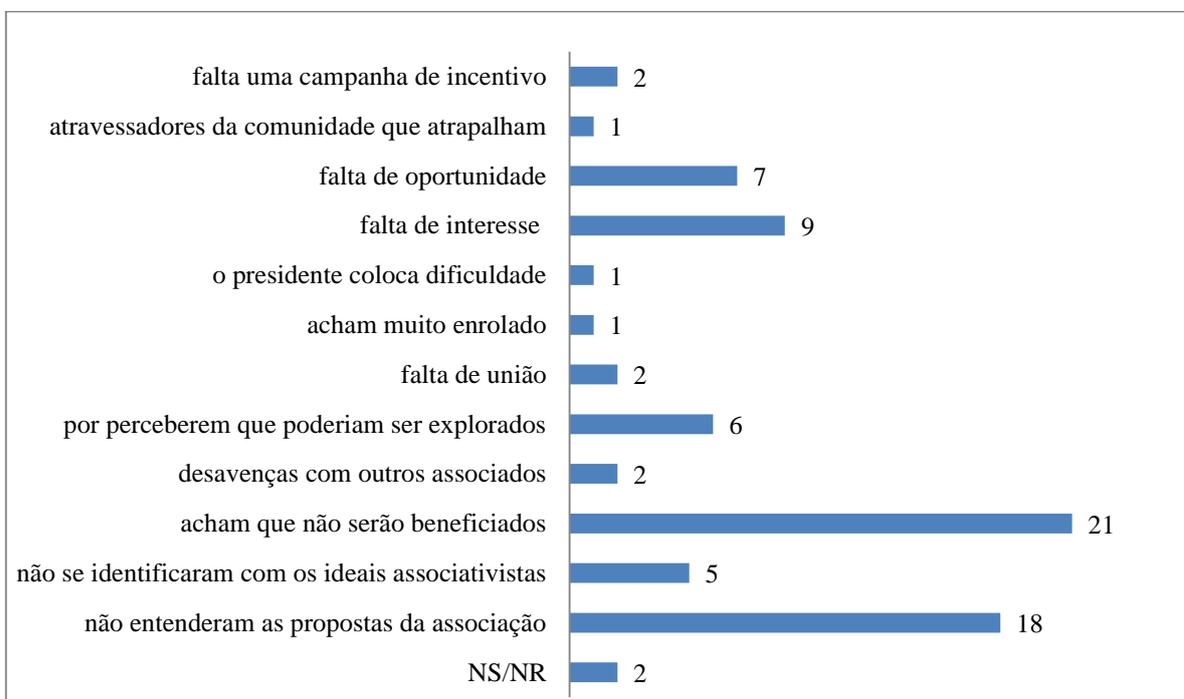


Gráfico 12: Motivos que levam os demais produtores da comunidade a não aderirem à associação.
Fonte: Resultados da Pesquisa.

Quando questionados sobre os principais desafios que impedem a associação de gerar mais benefícios, os agricultores apontam a falta de apoio, de interesse e de união entre os próprios sócios, e também a falta de organização do grupo e de uma maior valorização do mesmo, na visão dos pesquisados, são fatores que interferem nos resultados positivos:

Não tem interesse, não vê na associação uma coisa importante pra comunidade. Tem pessoas que pensa só no individual (Fala do presidente K durante entrevista).

A quantidade de membros das associações e serem ainda recentes nas comunidades também foram descritos como fatores limitantes ao desenvolvimento do grupo, bem como a dificuldade para adquirir os equipamentos e, em alguns casos, a falta deles. Outro quesito apontado foi o fato de ter em algumas associações agricultores que também são comerciantes de café o que de certa forma, limitam a atuação do grupo em benefício próprio, gerando uma dominação política e econômica dentro da associação.

A atuação da presidência das associações, na visão dos pesquisados foi outro fator que limita o desenvolvimento promissor do grupo, e ainda alguns entrevistados acreditam que

falta mais apoio governamental para que a associação prossiga com resultados positivos. Neste caso, os associados atribuem o papel de envolver e estimular o grupo à participação de terceiros, mais especificamente à presidência e aos órgãos públicos, quando na realidade eles são parte integrante dele, também responsáveis pelos objetivos a serem alcançados.

Nesse sentido, Aguiar (2007) propõe que o caminho para uma possível transformação, talvez seja, a percepção da própria identidade enquanto associado e o seu significado. O fazer parte, as afinidades, os interesses em estabelecer relações representativas e duradouras, podem seguramente proporcionar-lhes uma nova visão sobre o grupo.

Quanto aos agricultores pertencentes ao PNCF, apontam como impedimentos que dificultam a atuação da associação em suas comunidades, os problemas decorrentes da regularização das escrituras dos terrenos, o que faz com que muitos sócios fiquem de fora de alguns programas voltados para a agricultura familiar, como o PRONAF. Observemos o Gráfico 13:

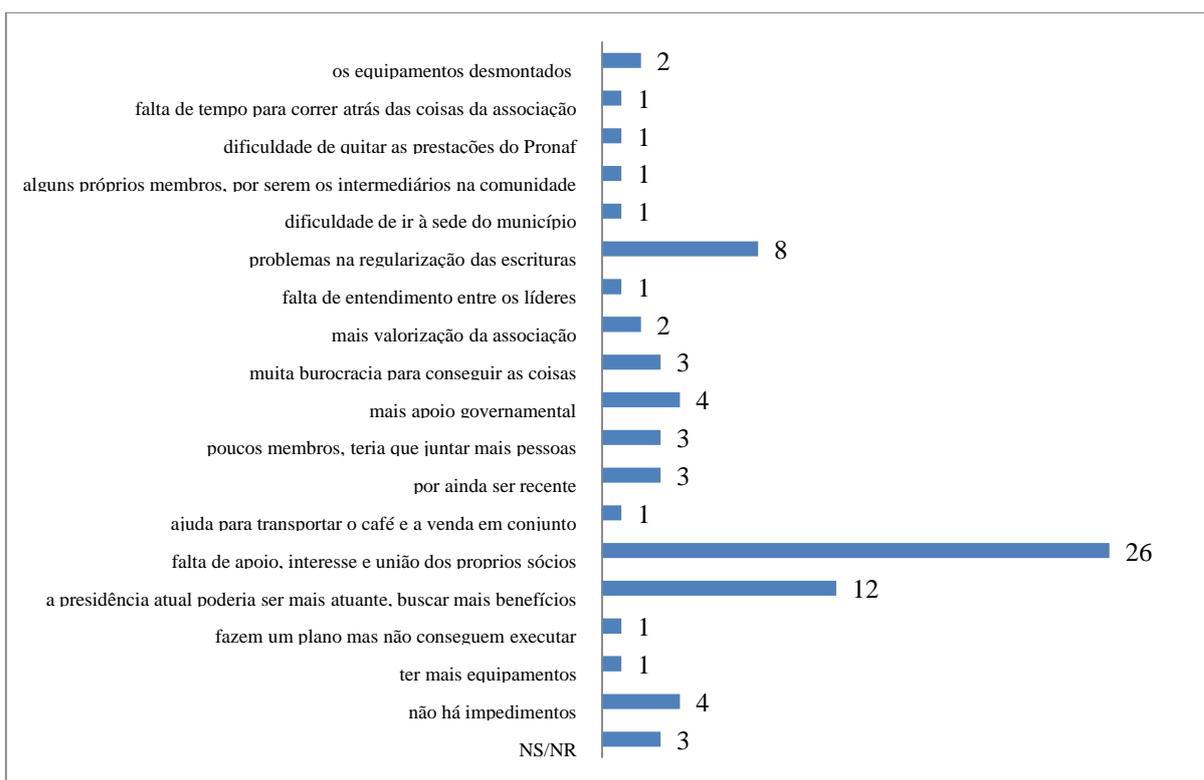


Gráfico 13: Empecilhos que dificultam a atuação da associação quanto à geração de benefícios.
Fonte: Resultados da pesquisa.

No entanto, apesar de apontarem tais impedimentos, 65% reconhecem que de um modo geral, as associações estão atingindo seus objetivos, 21% apontam que ainda tem muito

a ser feito, mas que estão a caminho, e na visão de 13% dos pesquisados as associações ainda não conseguiram atingir suas metas.

Nas entrevistas, os presidentes admitem que as associações ainda precisem cumprir outras metas, com destaque para a realização de compra e venda em conjunto:

É a gente conseguir comprar o nosso produto de lavoura por ela, que nós não tamo comprando ainda. Comprar adubo, calcário, isso é um outro passo que nós temos que dar por ela e vai facilitar a vida de muita gente (Fala do presidente D durante entrevista).

Olha um passo muito bom que a gente fosse seguir, a gente tinha até vontade para isso, é uma compra e uma venda, né, tudo feito pela associação, que aí formava um lote grande pra gente vender, né, o produto da gente pra gente vender, né, que é o café, o adubo e o remédio que usa na lavoura, que até hoje a gente não fez isso (Fala do presidente E durante entrevista).

Comprar as coisas tudo junto, em conjunto, é o que tá faltando (Fala do presidente F durante entrevista).

Aonde que a gente pudesse tá vendendo nosso produto direto, juntamente, aí pra você ter um valor mais melhor do produto, entendeu. Comprar em conjunto, eu acho que isso aí é um sonho que a gente tem: tanto vender o produto melhor, porque você vende em conjunto, tanto pra você comprar os insumos também em conjunto, aí sai num preço melhor e quem sai ganhando é o produtor (Fala do presidente H durante entrevista).

Quando perguntados sobre as transformações que as associações promoveram nas comunidades onde estão inseridas, 53% dos entrevistados afirmaram que após o surgimento das associações, fatos positivos aconteceram nas comunidades, tais como: maior visibilidade do local dentro do município e instalação dos maquinários para o beneficiamento da produção de café, resultando em uma melhoria econômica dos associados, conforme relatado em algumas entrevistas:

A gente tá mais participando da vida do município, mais por dentro da participação política, entendeu, a gente tá mais junto (Fala do presidente C durante entrevista).

Na gente formar essa associação, a gente adquiriu também alguns equipamentos, né, que ajudou na melhoria da produção, na melhoria da qualidade da produção, entendeu, isso ajudou os produtores sem dúvida nenhuma (Fala do presidente B durante entrevista).

Antigamente não tinha secador aqui na região. A gente tinha que fazer aquele volume de café pra fora, né, levar pra longe. Hoje não, hoje aquele que tem vontade de secar o café vem e fala, entendeu a gente coloca pra

secar. A melhoria eu acredito que foi de uns 70% de vantagem (Fala do presidente G durante entrevista).

As práticas associativas ao gerar melhorias para as famílias associadas, consequentemente geram um maior nível de crescimento para as comunidades onde se encontram inseridas. Para Santos (2002), este crescimento se inspira nos valores de igualdade e cidadania, isto é, na inclusão plena dos setores marginalizados na produção e no usufruto dos resultados do próprio processo de desenvolvimento. Corroborando Jales (2011) com este fato ao sentenciar que as associações de produtores familiares rurais, contribuem para a conquista da cidadania das populações nos pequenos municípios rurais, quando inseridas nos processos de desenvolvimento local, uma vez que a economia desses municípios gira em torno da produção agrícola de pequena escala.

As teorias já indicam que houve uma inversão da ideia de desenvolvimento, ao vislumbrar a possibilidade de uma comunidade local poder ser responsável pelo seu próprio processo de mudança. As associações, para Santos (2002) são importantes estratégias para a geração de um círculo virtuoso que gere esse processo de mudanças nas comunidades e que contrarie as causas estruturais de marginalização.

A organização associativa se caracteriza pela gestão democrática dos recursos e das atividades, onde cada associado tem poder igualitário de decisão. Nesse sentido, a grande maioria dos associados (92%) afirmou que as associações são conduzidas democraticamente, pois as decisões do grupo são tomadas em conjunto por todos os membros, por meio de uma votação. Apenas um quantitativo pequeno demonstrou opinião contrária, sendo que 3% afirmaram que o líder decide e informa os outros membros do grupo, 1% que a decisão já vem tomada de fora e 4% não souberam ou não opinaram sobre o assunto.

Em relação à frequência nas reuniões promovidas pelas associações, a pesquisa apresentou respostas positivas, pois um quantitativo relevante dos entrevistados afirmou ter uma frequência de média a excelente nos encontros do grupo e somente uma minoria declarou ter uma frequência baixa ou até mesmo não frequentar as reuniões, como mostra o Gráfico 14:

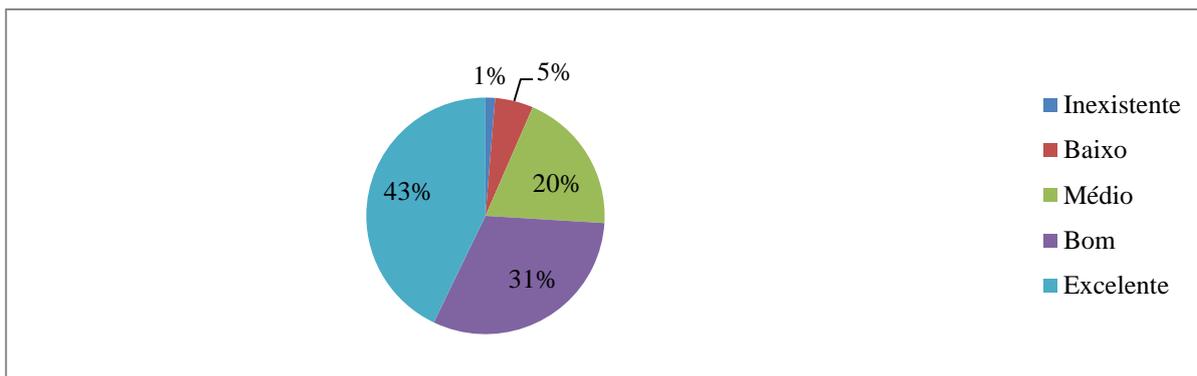


Gráfico 14: Frequência de participação nas reuniões promovidas pelas associações.

Fonte: Resultados da pesquisa.

Do mesmo modo, no que se refere à participação individual dos associados nas decisões do grupo, 60% dos associados atribuem grau excelente ou bom, seguido de 25% que consideram ser média sua participação, 5% que a consideram baixa e 10% dos associados afirmam ser inexistente essa participação nas decisões. Indagamos ainda aos pesquisados, o grau de atenção dado às suas opiniões nas reuniões, e apenas um quantitativo muito pequeno disse ser inexistente ou baixo. Um total de 91% dos pesquisados afirmou terem sua opinião ouvida nos encontros, sendo que nem sempre são acatadas, dependendo da votação da maioria. Analisemos o Gráfico 15:

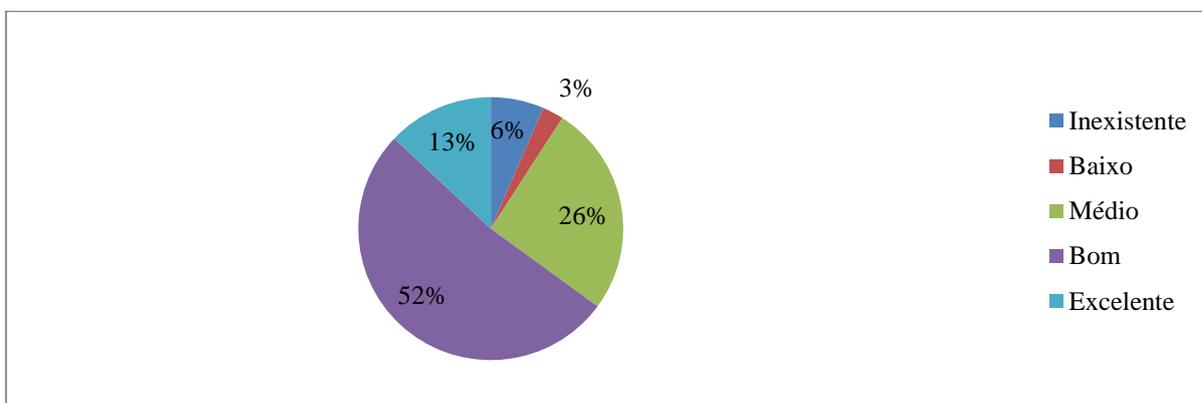


Gráfico 15: Grau de atenção dado às opiniões dos associados durante as reuniões promovidas pelas associações.

Fonte: Resultados da pesquisa.

No que se refere à alternância da diretoria, 70% dos entrevistados responderam que esta alternância existe, enquanto 27% afirmaram não terem conhecimento desse fato. E quanto à efetividade das lideranças das associações, 44% dos agricultores pesquisados afirmaram que as consideram muito efetivas, 44% relativamente efetivas, 11% não reconheceram esta efetividade entre as lideranças e 1% não respondeu à questão.

5.6. O capital social presente nas associações

Apesar de muitos fatores para além do estoque do capital social ter sido importantes para a formação e manutenção do funcionamento das associações de produtores rurais do município de Brejetuba, tais como, indução do estado e interesses individuais, quando analisamos aspectos ligados efetivamente ao capital social, como grau de confiança, de reciprocidade, de solidariedade e de cooperação, vemos que estes requisitos se apresentam de maneira significativa entre os associados.

Segundo Putnam (2006) as características confiança, reciprocidade, solidariedade e cooperação representam a base do capital social em uma dada comunidade ou organização, sendo que quanto maior o nível de confiança nesses locais, maior será a cooperação entre seus membros e, com o aumento de cooperação, há maior geração de confiança, formando um ciclo virtuoso que eleva o estoque de capital social.

Putnam (2006) atribui à progressiva acumulação de capital social como o elemento básico responsável pela formação de grupos coletivos, tais como as associações, cooperativas, corais, entre outros. Seguindo os apontamentos do autor, portanto, podemos considerar que o fato de uma associação ser organizada em uma dada comunidade, já representa que esta possui capital social, pois a “cooperação voluntária, como as associações, depende do capital social” (PUTNAM, 2006, p. 186).

Sendo assim, podemos inferir que as comunidades pesquisadas de Brejetuba que mantêm as associações em plena atividade são dotadas de capital social. No entanto, no âmbito da pesquisa, identificamos associações organizadas pela indução do poder público, não sendo, portanto, criadas a partir de relações horizontais, como confiança, reciprocidade, igualdade. Nesse sentido, partiremos da análise que o capital social só se mostrou presente nas associações após a constituição das mesmas, pois a pesquisa apontou a existência das características básicas do capital social (confiança, reciprocidade, solidariedade e cooperação) entre os associados de maneira significativa.

No que se refere à confiança, 71% dos associados atribuíram grau bom a excelente quando questionados sobre este quesito presente nas associações (Gráfico 16), o que demonstra que eles têm uma maior capacidade para cooperar entre si, já que quanto maior a confiança em uma organização maior será a cooperação entre seus membros, culminado em um maior estoque de capital social.

A confiança é um componente essencial do capital social. Ela pode ser irrestrita, como aquela que se estabelece entre pessoas de convívio intenso, mas, em escalas sociais mais amplas, as formas de confiança são mais impessoais e indiretas, sendo que essa confiança social é proveniente das relações sociais existentes entre os membros de uma comunidade, e o grau de civismo¹³ dessa comunidade interfere diretamente na geração de confiança (PUTNAM, 2006).

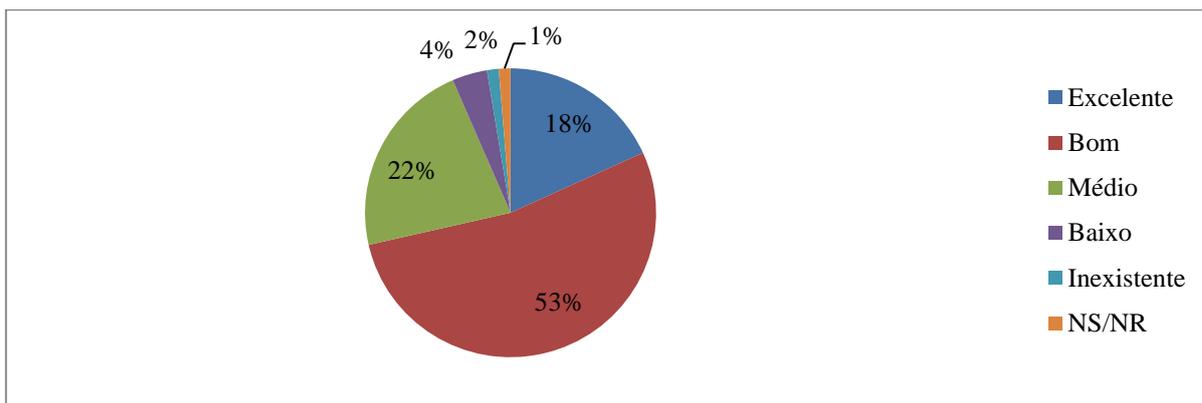


Gráfico 16: Grau de confiança presente entre os associados.

Fonte: Resultados da pesquisa.

Com o nível de confiança elevado, observamos no Gráfico 17 que o nível de cooperação entre os agricultores também atinge um grau satisfatório, sendo que a maioria dos pesquisados estão dispostos a cooperar entre si e esta cooperação reforça a acumulação de capital social no grupo:

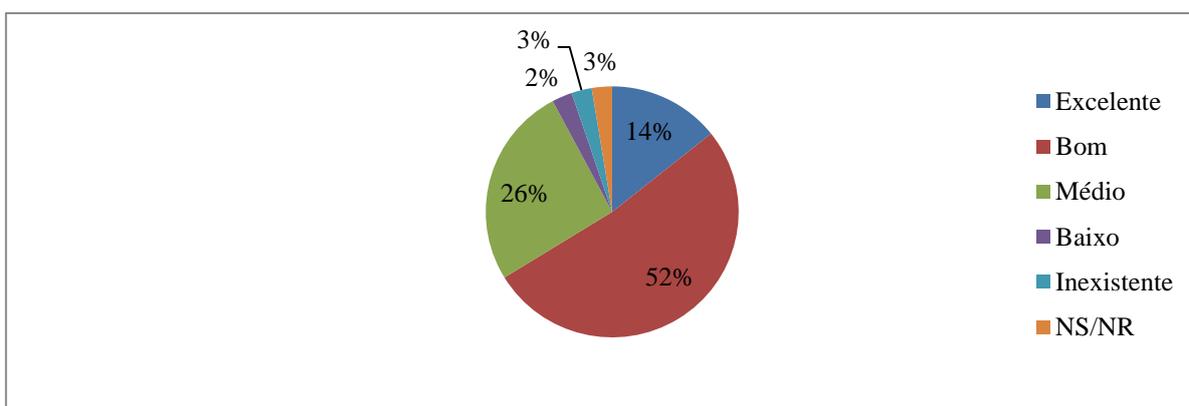


Gráfico 17: Grau de cooperação presente entre os associados.

Fonte: Resultados da pesquisa.

¹³Grau de civismo em uma comunidade para Putnam (2006) implica direitos e deveres iguais a todos, onde prevalecem as relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não relações verticais de autoridade e dependência. Os cidadãos são mais atuantes e imbuídos de espírito público e iguais.

Putnam (2006) também argumenta que a cooperação em uma organização é proveniente das regras de reciprocidade e de participação cívica. No Norte da Itália, essas características se corporificaram em cooperativas, sindicatos e associações, gerando vínculos horizontais que propiciaram níveis de desempenho econômico e institucional muito mais elevados que no Sul, onde as relações sociais se estruturaram verticalmente.

Nesse sentido, quando questionados sobre a reciprocidade presente entre os membros associados, podemos afirmar que há expectativas mútuas de que um favor feito hoje possa ser retribuído no futuro, pois uma parte significativa dos pesquisados atribuem grau bom a excelente a este item (Gráfico 18), implicando em um estoque de capital social elevado, que por sua vez, aponta que as associações pesquisadas possuem grandes chances de gerar um bom desempenho econômico e institucional para seus sócios e para a comunidade onde se encontram inseridas.

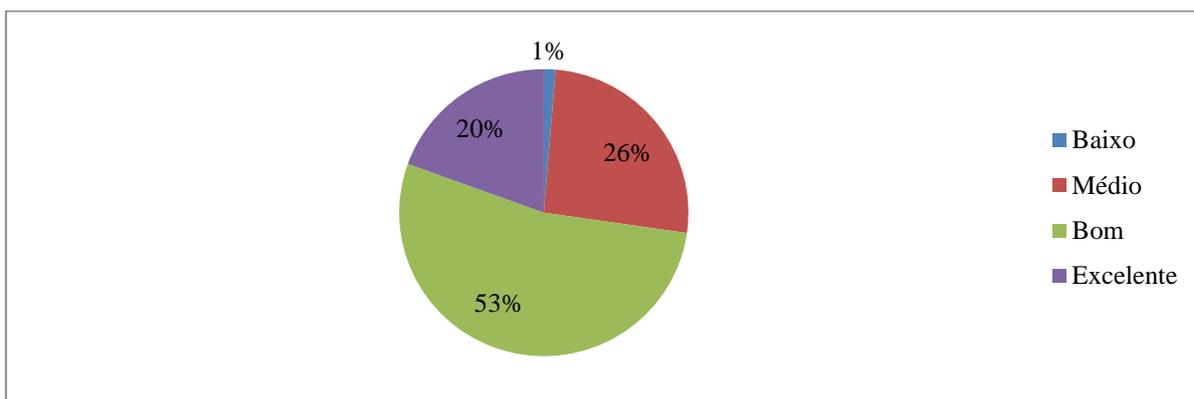


Gráfico 18: Grau de reciprocidade presente entre os associados.

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tal fato também se confirma pela demonstração por parte dos associados no que se refere ao nível de solidariedade presente nas associações, característica que apresentou um quantitativo relevante, sendo 23% o total de agricultores que apontaram ser excelente, 56% afirmaram ser bom, enquanto 20% responderam ser médio e apenas um percentual de 1% afirmou ser baixo o nível de solidariedade presente entre os membros associados.

A cooperação e a solidariedade, conforme salienta Jales (2011), são os princípios reconhecidos mundialmente que fundamentam as várias formas que as associações podem assumir, sejam elas parceiras ou não do Estado.

Outro aspecto que atesta que o nível de capital social nas associações se mostra elevado, é o percentual de participação voluntária dos associados em atividades no próprio grupo e também na comunidade onde residem ou até mesmo na Igreja que frequentam, como

podemos observar no Gráfico 19. É um resultado que se mostra relevante, na medida em que revela a preocupação com a comunidade onde na maioria dos casos residem e com o coletivo.

Putnam (2006) enfatiza que as atividades informais que acontecem em uma comunidade são um importante indicador de capital social, uma vez que as pessoas que fazem parte de grupos informais levam os benefícios dessas organizações para as atividades formais. Estas atividades, então, beneficiam a confiança e a cooperação, bem como o compartilhamento de normas sociais que levam ao bem comum.

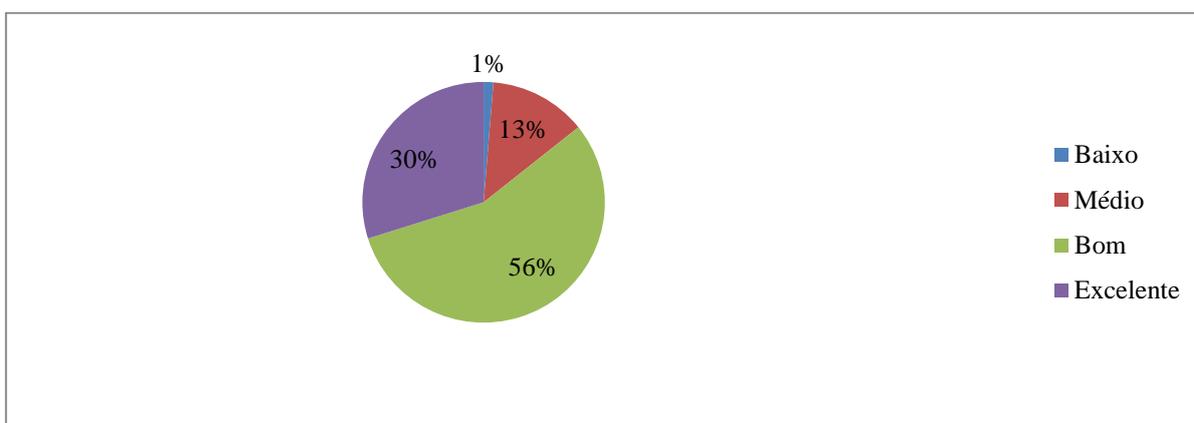


Gráfico 19: Participação nas atividades voluntárias na comunidade onde residem ou na associação da qual fazem parte.

Fonte: Resultados da pesquisa.

A participação em atividades voluntárias revela preocupação com as questões sociais, mostrando que há iniciativa de apoio aos outros indivíduos da comunidade, independente se fazem parte ou não ao grupo. Nesse sentido, Milani (2003), assinala que o capital social se origina e, concomitantemente, tem impacto numa série de comportamentos humanos e atividades sociais devidamente contextualizados, portanto, não pode ser isolado de seu contexto e construído artificialmente, pois seu fundamento está nas relações sociais.

Conforme os resultados da pesquisa, podemos inferir que o capital social presente entre os associados se caracteriza pelo compartilhamento das formas de mobilizações coletivas, como no caso estudado, das associações de produtores rurais familiares, sendo que o desenvolvimento desse estoque de capital social está totalmente relacionado ao aprofundamento e multiplicação destas associações, pois como assegura Dinca (2012) a organização das comunidades locais em associações promove a participação e a integridade das pessoas agindo conforme seus interesses coletivos, e proporcionando, desse modo, maiores níveis de capital social, argumento também assinalado por Galvão et al (2006), onde demonstram que a existência de associações tem sido considerada como um dos principais

indicadores de capital social em um determinado local, embora a mensuração de elementos imateriais e que se dão nas relações entre indivíduos, como é o caso do capital social, é sempre uma tarefa arriscada e sujeita a críticas e que se mostra como um desafio metodológico para os pesquisadores deste assunto.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão em torno da temática da agricultura familiar revela o importante papel socioeconômico, ambiental e cultural que esta categoria apresenta para o campo brasileiro, apesar de durante muito tempo ter sido mantida as margens das políticas agrícolas no país em sua trajetória de reprodução, e tendo por isso, inúmeras dificuldades para se reproduzir.

Diante deste cenário, a escolha do município de Brejetuba como recorte espacial serviu como parâmetro para compreender a reprodução socioeconômica da agricultura familiar no presente, onde constatamos que, em virtude das inúmeras dificuldades impostas aos agricultores familiares, as práticas associativas vêm sendo uma alternativa para a busca de melhores condições de vida no meio rural.

Ao analisar essas práticas no município, verificamos que atuam como um elemento de ligação entre a comunidade local e os órgãos públicos no que se refere à garantia de benefícios para os agricultores associados, implicando melhorias econômicas e conseqüentemente em uma melhor qualidade de vida para eles. Isso se mostra no fato de que quando indagados sobre os benefícios de se fazer parte de uma associação, a maioria das respostas foram positivas, apontando a utilização de equipamentos em conjunto que possibilita agregar um valor maior à produção de café, como a principal vantagem de ser associado, figurando como uma estratégia de melhoria no status econômico dos produtores pesquisados e constituindo-se na principal motivação para o ingresso nas associações.

Outro fator importante se refere aos agricultores que conseguiram acessar o Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF) a partir das associações, que por sua vez possibilitou-lhes o acesso ao seu próprio pedaço de terra, garantindo também uma produção própria, mesmo que pequena, para àqueles que antes trabalhavam como assalariados ou parceiros.

As comunidades se tornaram mais reconhecidas, no entanto, percebemos que a participação política dos agricultores no município não expressa relevância. Quando acontece, permanece a cargo apenas de um ou outro presidente. Em relação à preservação do meio ambiente, sabemos que a agricultura familiar pode ser muito mais propícia a esta ação se comparada às grandes propriedades, porém não obtivemos nenhum dado relevante que demonstrasse isso. Desse modo, observamos modificações pertinentes na realidade dos agricultores familiares associados, sobretudo no que se refere ao desempenho econômico e social após adotarem o sistema de associativismo rural.

Embora, os associados se mostrem satisfeitos com os resultados que vem alcançando, algumas lacunas na estruturação interna foram identificadas nas associações. Como algumas delas não surgiram como resultado de um processo participativo, mas por influência do poder público, limitam-se ao fornecimento de máquinas e implementos agrícolas a preços menores que do mercado. Com esse nível de atuação, as associações asseguram de certa forma, melhores condições de produção, mas não de comercialização. Portanto, o agricultor associado após superar em partes os problemas relacionados à produção enfrenta o mercado individualmente.

Além disso, foram identificadas situações que vão de encontro ao associativismo. Mesmo com um quantitativo de pouca expressão, entre as respostas foi apontada a presença de intermediários de café entre os associados e também nas comunidades, fato que dificulta a atuação plena das associações, sobretudo no que se refere à comercialização da produção e à compra de insumos e fertilizantes em conjunto.

O acesso a programas governamentais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o PNCF, se mostrou de grande importância para a reprodução dos agricultores familiares, mesmo que de forma parcial. Os financiamentos ampliaram a incorporação de tecnologias e de técnicas produtivas.

A recente inserção dos agricultores familiares nas políticas agrícolas contribuiu para a configuração desses sujeitos sociais no município. Apesar das diversas limitações atribuídas a estas políticas, elas expressam um avanço na reprodução da agricultura familiar que se materializa nas melhores condições de produção alcançadas. O acesso a novas tecnologias possibilitou ganhos produtivos aos agricultores que estimularam sua permanência no campo, onde podem ter condições de sobrevivência muito mais favoráveis que as dos moradores das periferias das grandes cidades, locais geralmente habitados por um grande contingente de pessoas migrantes do meio rural. Assim sendo, constatamos que a agricultura familiar contemplada com políticas públicas específicas pode ser um mecanismo de estímulo à manutenção dos agricultores no meio rural.

Apesar de algumas associações terem sido induzidas pela ação estatal, o fato de serem constituídas nas comunidades já apresenta indicadores de capital social. Todavia, o nível desse capital social representado pelas relações horizontais como confiança, solidariedade e reciprocidade, se mostrou presente de maneira significativa entre os membros. Portanto, nesse caso, o capital social atua como um elemento central no processo de formação e principalmente de manutenção das associações de agricultores familiares pesquisadas,

contribuindo para o fortalecimento destas organizações e proporcionando benefícios aos agricultores, que atuando de forma isolada provavelmente não conseguiriam.

A prática associativa favorece a melhoria das condições materiais de vida das famílias associadas e contribui para a modificação, embora pequena, nas relações de poder das comunidades com o poder público, sobretudo, na instância municipal.

Sendo assim, esta pesquisa evidencia a importância das práticas associativas enquanto mecanismo de desenvolvimento e de conquista da cidadania para os agricultores familiares de Brejetuba, e para as comunidades onde estas associações se inserem, confirmando que o associativismo rural, motivado pelo estado ou não, têm influenciado os processos de desenvolvimento dos pequenos produtores rurais do município ao elevar o acesso a tecnologias nos processos produtivos, potencializando assim, a economia local e melhorando as condições de vida por meio do incremento da renda via associação.

O estudo também confirma um grande potencial ainda a ser explorado pelas associações, como a realização em conjunto da compra dos insumos para as lavouras e da comercialização da produção de café, algo já vislumbrado como possibilidade de ampliar as oportunidades econômicas para um futuro próximo.

Por fim, compreendemos com esta pesquisa, que a união dos produtores rurais familiares de Brejetuba em organizações associativas, representa uma alternativa de grande relevância para a viabilidade produtiva dos estabelecimentos rurais de porte familiar. Dessa forma, fica evidenciada a necessidade de fortalecimento desses mecanismos de atuação coletiva para superar os obstáculos reproduzidos no cotidiano dos pequenos produtores nas comunidades do município pesquisado.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** – vol 28, nº 1,2 3 e vol 29, nº1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

ABRAMOWAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2012.

AGUIAR, Audrey Merlin Leonardi de. **O desafio do associativismo na Agricultura Familiar: o caso dos produtores rurais feirantes do município de Pato Branco-PR**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - Ponta Grossa, 2007.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas** – organizado por João Carlos Tedesco - 3ª edição. Passo Fundo: UPF, 2001.

ALMEIDA, Leonardo Faé. **Projovem Campo Saberes da Terra Capixaba: propostas e resultados na elevação de escolaridade e na qualificação social e profissional** - Dissertação (mestrado). Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes, RJ, 2014.

ALVES, Venícios Oliveira. O Associativismo na Agricultura Familiar dos Estados da Bahia e Minas Gerais: potencialidades e desafios frente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **V ENAPEGS - Gestão Social como caminho para a redefinição da esfera pública**. Florianópolis/SC, 26 a 28 de Maio de 2011.

ATHAYDE, Kátia Rosane de. **Mapeamento do Capital Social no Sistema COAGRO** – Dissertação (mestrado). Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes, RJ, 2009.

BALSAN, Rosane. **Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira**. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 1, nº 2, ago 2006, p.p 123-151.

BANCO MUNDIAL. **Capital Social**. Disponível em: <http://www.worldbank.org/>. Acesso em 09 de janeiro de 2015.

BERGAMIM, Márcia Cristina. **Agricultura familiar no Espírito Santo: constituição, modernização e reprodução socioeconômica** – Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2004.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Associativismo**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. 2º ed, Brasília, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Agricultura Familiar encerra 2013 com recordes e define novas metas no ano internacional do setor**. Brasília, 06 de

janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-encerra-2013-com-records-e-define-novas-metas-no-ano-internacional-do>. Acesso em 10 de janeiro de 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Manual do Crédito Rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Secretaria da Agricultura Familiar – SAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Brasília, 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)**. Ministério do desenvolvimento Agrário - Secretaria de Reordenamento Agrário, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sra-crefun/sobre-o-programa>. Acesso em: 14 de janeiro de 2015.

_____. Presidência da República. Casa Civil: Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em 10 de janeiro de 2014.

_____. Senado Federal - Portal Legislação Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_5_shtm Acesso em 12 de dezembro de 2014.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Agricultura Familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável**: questões para o debate. UNICAMP, Campinas, março de 2005.

BUAINAIN, Antônio Márcio. DEDECCA, Cláudio Salvadori. Mudanças e reiteração da heterogeneidade do mercado de trabalho agrícola. In: **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas / organizadores: José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Zander Navarro** - Brasília: Ipea, 2010. 298 p.

BUFFON, José Antônio. **O café e a urbanização no Espírito Santo**: aspectos ECONÔMICOS e demográficos de uma agricultura familiar – Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, fevereiro de 1992.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O novo arrabalde**. Carlos Teixeira de Campos Júnior. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996, 250 p.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Nº 11, outubro de 1998, p.p 53-75.

CARVALHO, Horacio Martins de. COSTA, Francisco de Assis. Agricultura Camponesa. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CCCV. Centro de Comércio de Café de Vitória. **O Café**. Disponível em: <http://www.cccv.org.br/institucional/historia-cafe/>. Acesso em 15 de maio de 2015.

COLEMAN, James S. Social Capital in the Creation of Human Capital. **Chicago Journals**. Vol. 94,1988, p.p 95-120.

CONTERATO, Marcelo Antônio. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar**: uma análise a partir do Rio Grande do Sul – Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre, 2008.

COSTA, Maria Alice Nunes. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: A favela da Mangueira no Rio de Janeiro. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, 21, p. 147-163, nov. 2003.

DINCA, Tatiane. **Desenvolvimento local**: estudo dos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras no oeste paranaense (1945-2010) – Dissertação (mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, PR, 2012.

FALEIROS, Rogério Naques. História e extraterritorialidade do complexo cafeeiro capixaba: uma proposta de interpretação. **HEERA - Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada** – Vol. 5, Nº 8, Jan-Jun 2010.

FIDELIS, Leandro. Cafeicultura de Brejetuba ganha reconhecimento nacional. **SAFRAES – Portal de Notícias da Agricultura Capixaba**. Guaçuí, 23 maio de 2014. Disponível em: <http://www.safraes.com.br>. Acesso em 09 de janeiro de 2015.

FRANÇA, Caio Galvão de, et al. **O Censo Agropecuário 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

FREY, Klaus. Capital social, comunidade e democracia. **Revista Política e Sociedade**, nº 2, abril de 2003.

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **ANO Internacional da Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming-2014/pt>. Acesso em 10 de janeiro de 2014.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. Por um Olhar Inverso: prismas e questões de pesquisa sobre a Economia Solidária. **Revista Sociedade e Estado** – V. 27, nº 2, - Maio/Agosto 2012.

GALVÃO, Claudia Andreoli, et al. Análise de algumas experiências de Associações Rurais sob a ótica do Capital Social: Discussão teórica e algumas evidências empíricas na Área Rural. In: **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no meio rural**/ Eric

Sabourin (organizador) – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados, v.6, nº. 23, 2006. 280p.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil**: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa - Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política. Brasília, 2006.

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas**: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS - Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, José. Os desafios das agriculturas brasileiras. In: **A Agricultura Brasileira**: desempenho, desafios e perspectivas / organizadores: José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Zander Navarro.- Brasília: Ipea, 2010. 298 p.

GROOTAERT, Christiaan et al. Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS), Grupo Temático sobre Capital Social, **Banco Mundial**, junho de 2003.

GUANZIROLLI, Carlos Enrique. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, abr/jun 2007.

GUEDES, Enildo Marinho. **Curso de Metodologia Científica**. 2ª edição, HD LIVROS editora, Curitiba, 2000.

HOFFMANN, Rodolfo. NEY, Marlon Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil**: grandes regiões e unidades da federação (de 1970 a 2008). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=es&tema=censoagro>
Acesso em 15 de dezembro de 2013.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 10 de maio de 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Espírito Santo, Brejetuba infográficos**: histórico. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=320115&search=espírito-santo|brejetuba|infograficos:-historico>. Acesso em: 12 de janeiro de 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. Brejetuba: Planejamento e programação de ações 2011. **Programa de assistência técnica e extensão rural PROATER 2011 a 2013**, Brejetuba, 2011.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. Café sustentável. **INCAPER em Revista** - Informativo Especial do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, Ano 1 - Nº 1 - Janeiro a Dezembro de 2010.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Histórico da questão Agrária**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/historico-da-questao-agraria>. Acesso em 09 jan de 2014.

JALES, Edilene Fernandes. **Associativismo nos municípios rurais: uma alternativa de desenvolvimento local em Portalegre/RN**. UFRGN, mestrado em Ciências Sociais. Natal/RN, 2009.

LOPES, Iza Paula de Carvalho. **Proposta de aproveitamento do resíduo sólido proveniente do descascador de café na Fazenda Experimental Vale do Piranga** – Monografia, Faculdade Redentor, Ponte Nova, MG, 2011.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, nº 23, São Paulo, março de 1991.

MATOS, Aécio Gomes. Organizações Sociais e Economia Solidária. In: **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no meio rural**/ Eric Sabourin (organizador) – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados, v.6, nº. 23, 2006. 280p.

MATOS, Patrícia Francisca. PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **A modernização da Agricultura no Brasil e os novos usos do território**. GEO UERJ, ano 13, nº 22, v.2, 2º semestre de 2011, p.p 290-322.

MATTEI, Lauro, et al. Uma análise dos impactos do PRONAF sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil. **XLV Congresso da SOBER**. Londrina, 22 a 25 de julho de 2007.

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores** / Lauro Mattei. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005, 136 p.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A Produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão (GO)**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia – Presidente Prudente, 2005.

MILANI, Carlos R. S. Nem cola, nem lubrificante sociológico, mas campo eletromagnético: as metáforas do Capital Social no campo do desenvolvimento local. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n.1, p. 195-224 jan/abr. 2007.

MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **IV Conferência Regional ISTR-LAC**, San José, Costa Rica, 2003.

NAVARRO, Zander. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas** / organizadores: José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Zander Navarro. Brasília: IPEA, 2010.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Associativismo e desenvolvimento rural no Brasil: olhares sobre a região do Pontal do Paranapanema, estado de São Paulo. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, Costa Rica, 2011, pp. 1-17.

PASE, Hemerson Luiz. Capital social e qualidade de vida. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.6, n.1, p. 35-59, jan.-abr. 2012.

PEDROSO, Ízula Luiza Pires Bacci. **Produção familiar e associativismo: modos de vida e reprodução socioeconômica da comunidade rural de Taquaruçu Grande** – Palmas/TO. 142 p. Uberlândia, 2006.

PEREIRA, Julia Rossato Oliveira, et al. Os instrumentos de mensuração do capital social: principais diferenças entre métodos reconhecidos mundialmente. **XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação** - Universidade do Vale do Paraíba, Taubaté/SP, 2010.

PINHEIRO, Diógenes. A agricultura Familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas** – organizado por João Carlos Tedesco - 3ª edição. Passo Fundo: UPF, 2001.

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Exportações de café crescem 34,7% e chegam a US\$ 569,1 milhões em 2014**. Vitória, 12 de novembro de 2014. Disponível em: <http://www.es.gov.br/Noticias/172413/exportacoes-de-cafe-crescem-347-e-chegam-a-us-5691-milhoes-em-2014.htm>. Acesso em 22 de novembro de 2014.

_____. **Mapas**. Disponível em: <http://www.es.gov.br/EspiritoSanto/Paginas/mapas.aspx>. Acesso em 28 de janeiro de 2014.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 5ª edição, Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006.

SABOURIN, Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza (organizador). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – v. 18, nº 51, fevereiro de 2003.

SCHNEIDER, Sérgio, et al. Pluriatividade e plurirrendimentos nos estabelecimentos agropecuários do Brasil e das regiões Sul e Nordeste. In: **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006** / organizadores: Sergio Schneider, Brancolina Ferreira, Fabio Alves. – Brasília: Ipea, 2014, 387 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 edição, 4ª reimpressão, ed Cortez, São Paulo, 2007.

SEHEM, Alyne. **Desenvolvimento regional e mensuração do capital social em três regiões pertencentes a secretarias de desenvolvimento regional do extremo oeste de Santa Catarina** – Dissertação (mestrado). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, 2011.

SEHNEM, Alyne. MACKE, Janaina. Avaliação do capital social no ambiente universitário: uma experiência no Extremo-Oeste catarinense. **Roteiro**, Joaçaba, v. 36, n. 1, p. 81-104, jan./jun. 2011.

SILVA, Tiago Martins da. **Cooperativismo, Capital Social e desenvolvimento local: o caso da COAPROCOR de Corumbataí do Sul e Região** – Dissertação (mestrado). Universidade estadual do Oeste do Paraná. Toledo, PR, 2013.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. Editora Perseu Abramo, 1ª edição, São Paulo, 2002.

SINGER Paul. Políticas públicas de economia solidária. In: **Encontro anual da ANPOCS**, 29, Caxambu: ANPOCS, 2005.

SIQUEIRA, Márcia Smarzar. **O trabalho das crianças na agricultura familiar capixaba** – Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles. **A modernização violenta: principais transformações na agricultura capixaba** – Dissertação (mestrado). Universidade de Campinas, Campinas, SP, 1990.

SOUZA, Paulo Marcelo de, et al. Análise do crescimento da produção agrícola da região norte fluminense nas últimas três décadas. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. XLIV Congresso da SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”. Fortaleza, 23 a 27 de Julho de 2006.

SOUZA, Paulo Marcelo de. BARBÉ, Luciane da Costa. Desigualdades regionais na distribuição dos financiamentos do PRONAF: uma análise do período de 1998 a 2012. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, p 31-43, 2014.

TEDESCO, João Carlos. **Agricultura Familiar**: realidades e perspectivas. Introdução – organizado por João Carlos Tedesco - 3ª edição. Passo Fundo: UPF, 2001.

VEIGA, José Eli da. Agricultura Familiar e Sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.13, nº 3, p.383-404, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Revista Brasileira de Reforma Agrária**. Campinas: ABRA, vol. 25, maio/dez 1995.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, nº 21, outubro de 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura Familiar**: realidades e perspectivas – organizado por João Carlos Tedesco - 3ª edição. Passo Fundo: UPF, 2001.

ZAVARIZE, Grasiéli Aparecida. **Brejetuba**: o despertar de sua história. Gráfica e Editora GSA, 1ª edição, Vitória, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AGRICULTORES MEMBROS DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS FAMILIARES DE BREJETUBA/ES.



UENF

Universidade Estadual
do Norte Fluminense

ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS RESULTADOS SOCIAIS E ECONÔMICOS: UM ESTUDO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE BREJETUBA/ES.

Prezado associado, essa é uma pesquisa que pretende analisar as práticas associativas dos produtores rurais familiares do município de Brejetuba/ES, com o intuito de demonstrar se o associativismo é uma alternativa viável para a melhoria de vida das famílias e da comunidade local. A profissional que está aplicando o questionário é estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro. As informações são consideradas sigilosas e, desde já, a equipe de pesquisa da UENF agradece a sua colaboração.

Nome da Associação: _____

Nº do questionário: _____

1. PERFIL DO RESPONDENTE

1.1) NATURALIDADE: 01. _____ 99. NS/NR

1.2) ESTADO CIVIL: 01. _____ 99. NS/NR

1.3) QUAL O GRAU DE ESCOLARIZAÇÃO?

01. Não alfabetizado

02. Fundamental incompleto

03. Fundamental completo

04. Ensino médio incompleto

05. Ensino médio completo

06. Superior incompleto

07. Superior completo

99. NS/NR

1.4) CATEGORIA DO PESQUISADO:

01. Parceiro

02. Arrendatário

03. Proprietário

04. Comodatário

05 Outros _____

99. NS/NR

1.4.1) SE FOR PARCEIRO, COMO SÃO DIVIDIDOS OS CUSTOS E A PRODUÇÃO?

_____ 99. NS/NR

2. CARACTERÍSTICAS DA PROPRIEDADE

2.1) QUAL O TAMANHO DA ÁREA QUE TRABALHA EM SUA PROPRIEDADE: _____ 99.
NS/NR

2.2) A RENDA FAMILIAR É TODA GERADA NA PROPRIEDADE?

01. Sim 02. Não 99. NS/NR

2.2.1) SE NÃO, QUAL A OUTRA FONTE DE RENDA? E QUANTO % DA RENDA VEM DE FORA?

99.NS/NR

2.3) QUANTO À RENDA GERADA NA PROPRIEDADE, FOI OBTIDA APENAS COM ATIVIDADES AGRÍCOLAS? SE NÃO, COM QUE OUTRAS ATIVIDADES?

99. NS/NR

3. FAMÍLIA E FORÇA DE TRABALHO

3.1) SUA FAMÍLIA É FORMADA POR QUANTAS PESSOAS: _____ 99. NS/NR

3.1.1) TODAS ELAS MORAM NA PROPRIEDADE?

01. Sim 02. Não 99. NS/NR

3.2) QUANTAS PESSOAS DA FAMÍLIA TRABALHAM NA PROPRIEDADE: _____

99. NS/NR

3.3) QUANTAS PESSOAS DA FAMÍLIA TRABALHAM EM TEMPO INTEGRAL?

99.NS/NR

3.4) QUANTAS PESSOAS DA FAMÍLIA TRABALHAM EM TEMPO PARCIAL? (A QUANTOS DIAS-HOMEM EQUIVALEM NO ANO)

99.NS/NR

3.4.1) DESSAS, QUANTAS SÃO ADULTAS?

99.NS/NR

3.5) A FORÇA DE TRABALHO USADA NA PROPRIEDADE É TODA FAMILIAR?

01. Sim 02. Não 99. NS/NR

3.5.1) SE NÃO, POSSUI FUNCIONÁRIOS TEMPORÁRIOS OU PERMANENTES?

01. Sim 02. Não 99. NS/NR

3.5.2) CASO POSSUA, QUAL O NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS? E ESTES, CORRESPONDEM A QUANTOS DIAS-HOMEM?

99. NS/NR

4. ACESSO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA E À TECNOLOGIA

4.1) UTILIZA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EM SUA PROPRIEDADE?

01. Sim 02. Não 99. NS/NR

4.1.1) SE SIM, QUAIS SÃO:

ALUGADOS:

99.NS/NR

PRÓPRIOS:

99. NS/NR

4.2) QUAIS DESTES INSUMOS UTILIZA EM SUAS LAVOURAS E CRIAÇÕES?

01. Adubos ()Sim ()Não
02. Corretivos ()Sim ()Não
03. Agrotóxicos/ produtos contra pragas ou doenças ()Sim ()Não
04. Sementes ()Sim ()Não
05. Medicamentos ()Sim ()Não
06. Rações para animais ()Sim ()Não
07. Outros _____
99. NS/NR

4.3) O SENHOR COSTUMA FAZER ANÁLISE DE SOLO?

01. Sim 02. Não 99. NS/NR

4.4) UTILIZA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PÚBLICA?

01.Sim 02. Não 99. NS/NR

4.4.1) O SENHOR JULGA ESSA ASSISTÊNCIA SATISFATÓRIA EM TERMOS DE FREQUENCIA E QUALIDADE?

01.Sim 02. Não 99. NS/NR

5. ACESSO A FINANCIAMENTOS

5.1) JÁ FEZ ALGUM TIPO DE FINANCIAMENTO?

01. Sim 02. Não 99. NS/NR

5.1.1) SE SIM, DE QUAL INSTITUIÇÃO? _____ 99. NS/NR

5.1.2) SE NÃO, POR QUE? _____ 99. NS/NR

5.2) O VALOR RECEBIDO FOI TOMADO PARA FINANCIAR QUAL ATIVIDADE?

_____ 99. NS/NR

5.3) QUAL A IMPORTÂNCIA DO FINANCIAMENTO PARA O DESEMPENHO ECONÔMICO DE SUA PROPRIEDADE?

01. Muito grande
02. Grande
03. Razoável
04. Pequena
05. Nenhuma importância
99. NS/NR

5.3.1) POR QUÊ?

99. NS/NR

5.4) COMO CONSIDERA O ACESSO AO FINANCIAMENTO:

- 01. Fácil
- 02. Normal
- 03. Difícil
- 99. NS/NR

5.4.1) POR QUÊ?

99. NS/NR

6. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, INSUMOS E COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

6.1) DE QUEM SÃO COMPRADOS OS EQUIPAMENTOS E INSUMOS UTILIZADOS NA PROPRIEDADE?

- 01. Lojas da Sede do município ()Sim ()Não
- 02. Lojas de outros municípios ()Sim ()Não
- 03. Intermediários ()Sim ()Não
- 04. Outros _____
- 99. NS/NR

6.2) FAZ COMPRA CONJUNTA DESTES PRODUTOS?

- 01. Sim 02. Não 99. NS/NR

6.3) QUAL O PRINCIPAL PRODUTO QUE COMERCIALIZA?

99. NS/NR

6.3.1) FAZ ALGUM BENEFICIAMENTO DESTES PRODUTOS?

- 01. Sim 02. Não 99. NS/NR

6.3.2) SE SIM, ESPECIFIQUE?

99. NS/NR

6.4) DESTINA OUTROS PRODUTOS PARA COMERCIALIZAÇÃO?

- 01. Sim 02. Não 99. NS/NR

6.4.1) SE SIM, QUAIS?

99. NS/NR

6.4.2) FAZ ALGUM BENEFICIAMENTO DESTES OUTROS PRODUTOS DESTINADOS AO COMÉRCIO?

- 01. Sim 02. Não 99. NS/NR

6.4.3) SE SIM, ESPECIFIQUE?

99. NS/NR

6.5) POSSUI OUTROS PRODUTOS DESTINADOS PARA CONSUMO DA FAMÍLIA, INCLUINDO HORTA?

01. Sim 02. Não 99. NS/NR

6.5.1) SE SIM, ESPECIFIQUE?

99. NS/NR

6.6) PRA QUEM VENDE SUA PRODUÇÃO PRINCIPAL?

- 01. Comprador do próprio município
- 02. Comprador de outro município
- 03. Agroindústria
- 04. Consumidor
- 05. Outros _____
- 99. NS/NR

6.7) FAZ VENDA CONJUNTA DO PRODUTO?

01. Sim 02. Não 99. NS/NR

7. PRINCIPAIS DIFICULDADES

7.1) NA VISÃO DO (A) SENHOR (A), QUAIS DESTES SÃO OS DOIS MAIORES PROBLEMAS QUE ENFRENTAM NA CONDIÇÃO DE AGRICULTOR (A) RURAL FAMILIAR?

- () Produção. Especifique _____
- () Aquisição de insumos. Especifique _____
- () Comercialização. Especifique _____
- () Acesso ao crédito. Especifique _____
- () Acesso aos órgãos públicos (Incapar, secretaria de agricultura, etc.). Especifique _____
- () Outros. _____
- 99. NS/NR

7.2) COMO AVALIA O PAPEL DO ESTADO EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A AGRICULTURA?

- 01. Ótimo
- 02. Bom
- 03. Regular
- 04. Ruim
- 05. Péssimo
- 99. NS/NR

7.2.1) POR QUÊ? _____

99. NS/NR

8. ASSOCIATIVISMO

8.1) COMO CONHECEU A ASSOCIAÇÃO DA QUAL FAZ PARTE:

- 01. Através da Igreja
- 02. Amigos, parentes, vizinhos
- 03. Convite pelos membros da associação
- 04. Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município
- 05. Secretaria de Agricultura do município
- 06. INCAPER
- 07. Outros _____
- 99. NS/NR

8.2) QUEM ORIGINALMENTE A FUNDOU?

- 01. O governo local

- 02. Um líder local
- 03. Membros da comunidade
- 04. Órgãos públicos
- 05. Outros _____
- 99. NS/NR

8.3) FOI FUNDADA COM QUAIS OS OBJETIVOS?

99.NS/NR

8.4) DESDE QUANDO É ASSOCIADO?

99. NS/NR

8.5) QUAL O PRINCIPAL MOTIVO QUE TE FEZ SE ASSOCIAR:

- 01. Comercialização da produção
- 02. Aquisição de insumos
- 03. Assistência técnica
- 04. Possibilidade de trabalhar em conjunto
- 05. Outros associados indicaram-na
- 06. Outros _____
- 99. NS/NR

8.6) POR QUE ACHA QUE MAIS PESSOAS DA COMUNIDADE NÃO SE ASSOCIAM?

- 01. Porque não entenderam as propostas da associação
- 02. Porque não se identificaram com os ideais associativistas
- 03. Porque acham que não serão beneficiados
- 04. Porque tem desavenças com outros associados
- 05. Por perceberem que poderiam ser explorados por outros membros
- 06. Outros _____
- 99. NS/NR

8.7) É FILIADO A ALGUM SINDICATO RURAL?

- 01. Sim
- 02. Não
- 99. NS/NR

8.8) EXISTE ALTERNÂNCIA QUANTO À DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO?

- 01. Sim
- 02. Não
- 99. NS/NR

8.9) QUANDO HÁ UMA DECISÃO A SER TOMADA ENTRE OS ASSOCIADOS, GERALMENTE, COMO ISSO ACONTECE?

- 01. A decisão já vem formada de fora
- 02. O líder decide e informa os outros membros do grupo
- 03. O líder pergunta aos outros membros do grupo o que eles acham e então decide
- 04. Os membros do grupo discutem o assunto e decidem em conjunto
- 05. Outros _____
- 99. NS/NR

8.10) DE MODO GERAL, VOCÊ DIRIA QUE A LIDERANÇA DA ASSOCIAÇÃO É:

- 01. Muito efetiva
- 02. Relativamente efetiva
- 03. Não é efetiva
- 99. NS/NR

8.11) QUAIS OS BENEFÍCIOS OBTIVE COM A ASSOCIAÇÃO?

- 01. Melhoria na renda.
- 02. Acesso a serviços (assistência técnica, crédito, capacitação e treinamento)
- 03. União da comunidade
- 04. Força junto aos governos
- 05. Aumento do poder de negociação na compra ou na venda.

06. Possibilidades de compra conjunta
07. Outros _____
99. NS/NR

8.12) TODOS SE BENEFICIAM NA MESMA MEDIDA?

01. Sim 02. Não 03 Mais ou menos 99. NS/NR

8.13) E NA COMUNIDADE HOUVE ALGUMA MUDANÇA INCENTIVADA PELA ASSOCIAÇÃO?

01. Sim 02.Não 99. NS/NR

8.13.1) SE SIM, QUAIS?

99. NS/NR

8.14)NO SEU ENTENDIMENTO, O QUE IMPEDE QUE A ASSOCIAÇÃO GERE MAIS BENEFÍCIOS PARA OS ASSOCIADOS?

99. NS/NR

8.15) A ASSOCIAÇÃO DA QUAL FAZ PARTE TEM FUNCIONADO BEM? ESTÁ ATINGINDO OS OBJETIVOS?

01. Sim 02. Não 03. Mais ou menos 99. NS/NR

9. INDICADORES DE CAPITAL SOCIAL

9.1) ATRIBUA NOTA DE 0 (AUSENCIA) A 10 (FORTE PRESENÇA) PARA OS FATORES CARACTERÍSTICOS NAS RELAÇÕES ENTRE OS MEMBROS DA COMUNIDADE:

01 Confiança _____ 99. NS/NR
02 Cooperação _____ 99. NS/NR
03 Reciprocidade _____ 99. NS/NR
04 Respeito _____ 99. NS/NR
99. NS/NR

9.2) DE 1 A 5, QUAL A ALTERNATIVA QUE MAIS EXPRESSA A SUA OPINIÃO, DE ACORDO COM A SEGUINTE CLASSIFICAÇÃO:

01. Inexistente (s) 02. Baixo (s) / Baixa (s) 03. Médio (s) / Média(s) 04. Bom (bons) / Boa (s) 05. Excelente (s)

	1	2	3	4	5
9.2.1)Qual o seu grau de participação nas decisões tomadas no interesse da associação? 99. NS/NR					
9.2.2) Qual a sua frequência de participação nas reuniões em prol da associação? 99. NS/NR					
9.2.3) Quando participa das reuniões, em que grau suas opiniões são ouvidas? 99. NS/NR					
9.2.4) Se tivesse que pedir apoio (financeiro, emocional, etc.) a um membro da associação da qual faz parte, como seria o grau de atenção dado a você? 99. NS/NR					

9.2.5) De um modo geral, como você vê o grau de confiança que você tem nos participantes da associação da qual faz parte? 99. NS/NR					
9.2.6) De um modo geral, como você vê o grau de reciprocidade que você tem nos participantes da associação da qual faz parte? 99. NS/NR					
9.2.7) De um modo geral, como você vê o grau de solidariedade que você tem nos participantes da associação da qual faz parte?					
9.2.8) Sua participação nas atividades voluntárias na sua comunidade ou na associação pode ser considerada: 99. NS/NR					

MUITO OBRIGADA PELA SUA ATENÇÃO!

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS APLICADO AOS PRESIDENTES DAS ASSOCIAÇÕES DE BREJETUBA



UENF

Universidade Estadual
do Norte Fluminense

ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS RESULTADOS SOCIAIS E ECONÔMICOS: UM ESTUDO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE BREJETUBA/ES.

Prezado associado, essa é uma pesquisa que pretende analisar as práticas associativas dos produtores rurais familiares do município de Brejetuba/ES, com o intuito de demonstrar se o associativismo é uma alternativa viável para a melhoria de vida das famílias e da comunidade local. A profissional que está aplicando o questionário é estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro. As informações são consideradas sigilosas e, desde já, a equipe de pesquisa da UENF agradece a sua colaboração.

Nome da associação: _____

Número da entrevista: _____

- 1) Porque a associação na qual o senhor é presidente foi criada?
- 2) O senhor julga que a associação tem cumprido o seu papel?

- 3) Quais foram as maiores dificuldades para criar a associação e quais são as maiores dificuldades para mantê-la funcionando?
- 4) O senhor enxerga melhorias na vida dos associados e suas famílias propiciadas pela associação?
- 5) Como enxerga a confiança dos associados para com o senhor e para com os demais associados?
- 6) Qual é o maior desafio e qual é a maior vantagem de ser o presidente da associação?
- 7) Por que mais pessoas da comunidade não se associam? O que limita isso?
- 8) Quais seriam os passos mais importantes que a associação não deu, mas deveria dar?
- 9) O que impede que isso aconteça?
- 10) Há contradições nas relações entre os associados no que se refere aos princípios associativos e da economia solidária?
- 11) Como o senhor enxerga a gestão da associação da qual o senhor preside?
- 12) Como o senhor avalia o papel do Estado para a Agricultura Familiar?